

Observatório das Metrôpoles nas Eleições

Um outro futuro é possível

ARACAJU



LETRACAPITAL



**OBSERVATÓRIO
DAS METRÓPOLES**

Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia

Observatório das Metrôpoles nas Eleições

Um outro futuro é possível

ARACAJU



LETRAPITAL



**OBSERVATÓRIO
DAS METRÓPOLES**

Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia



Copyright © Observatório das Metr6poles, 2024

*Todos os direitos reservados e protegidos pela Lei n9 9.610, de 19/02/1998.
Nenhuma parte deste livro pode ser reproduzida ou transmitida, sejam quais forem os meios empregados, sem a autoriza96o pr6via e expressa do autor.*

EDITOR: Jo6o Baptista Pinto

ORGANIZA96O: Sarah L6cia Alves Fran9a e Ana Rocha dos Santos

ILUSTRA96O DA CAPA: Gabriel Pon6

PROJETO GR6FICO: Letra Capital Editora

EDITORA96O: Luiz Guimar6es

Dados Internacionais de Cataloga96o na Publica96o (CIP)

A67

Aracaju [livro eletr6nico] / Observat6rio das Metr6poles ; [organiza96o de Sarah L6cia Alves Fran9a e Ana Rocha dos Santos]. - Rio de Janeiro : Letra Capital : Observat6rio das Metr6poles, 2024. 7MB; PDF. (Cole96o Caderno de Propostas : Observat6rio das Metr6poles nas Elei96es ; 1)

Formato: epdf

Requisitos do sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: world wide web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7785-984-9

1. Brasil - Regi6es metropolitanas 2. Sociologia urbana 3. Planejamento urbano 4. Aracaju (SE)
I. Observat6rio das Metr6poles II. Fran9a, Sarah L6cia Alves III. Santos, Ana Rocha dos

CDD 307.76

CDU 316.334.56

24-3973

Ang6lica Ilacqua - Bibliotec6ria - CRB-8/7057

Observat6rio das Metr6poles - IPPUR/UFRJ

Coordena96o Geral: Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro

Av. Pedro Calmon, 550, sala 537, 59 andar - Ilha do Fund6o

Cep 21.941-901 - Rio de Janeiro, RJ

☎ 55-21-971197857

observatoriodasmetrolopes.net.br/

LETRA CAPITAL EDITORA

Tels.: (21) 3553-2236/2215-3781

www.letracapital.com.br

FICHA TÉCNICA

Comitê Gestor

Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro

Adauto Lucio Cardoso

Juciano Martins Rodrigues

Jupira Gomes de Mendonça

Lívia Izabel Bezerra de Miranda

Luciana Corrêa do Lago

Luciano Joel Fedozzi

Marcelo Gomes Ribeiro

Maria do Livramento Miranda Clementino

Orlando Alves dos Santos Junior

Renato Bezerra Pequeno

Organização:

Sarah Lúcia Alves França

Ana Rocha dos Santos

Apoio técnico:

Karoline de Souza

Thais Velasco

Tuanni Borba

Catarina Nunes Cruz

Viviane Luise de Jesus Almeida

Helen Cristina dos Anjos Santos

Antônio Francisco dos Santos Neto

Gabriele Ferreira dos Santos

10 **PREFÁCIO** **POR QUE (E COMO) PENSAR O FUTURO?**

Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro

14 **APRESENTAÇÃO** *Sarah Lúcia Alves França* *Ana Rocha dos Santos*

19 **EIXO SEGREGAÇÃO E REDUÇÃO DAS** **DESIGUALDADES SOCIOESPACIAIS**

NOVO ARRANJO POPULACIONAL DE ARACAJU:
configurações socioespaciais e econômicas 20

Vera Lúcia Alves França
Fernanda Esperidião

PRODUÇÃO IMOBILIÁRIA, EXPANSÃO URBANA E
CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS NA REGIÃO
METROPOLITANA DE ARACAJU28

Sarah Lúcia Alves França
José Wellington Carvalho Vilar

TRANSPARÊNCIA NAS CONCESSÕES COMERCIAIS E NAS
INFORMAÇÕES SOBRE ACESSO PÚBLICO ÀS PRAIAS E
AOS RIOS 36

Marina de Souza Sartore
Eliene Oliveira da Silva
João Paulo Batista de Almeida
Laupa Carla Pimentel Gomes da Silva

43 **EIXO GOVERNANÇA E FORTALECIMENTO** **INSTITUCIONAL**

EXPERIÊNCIAS, DESAFIOS E PROPOSIÇÕES PARA O
PLANEJAMENTO E GESTÃO INTEGRADOS PARA A REGIÃO
METROPOLITANA DE ARACAJU 44

Laís de Andrade Lima
Arthur Almeida Resende
Sarah Lúcia Alves França
Marianna Martins Albuquerque

51 EIXO ILEGALISMOS E VIOLÊNCIA NA PRODUÇÃO DA CIDADE E SERVIÇOS URBANOS

O PAPEL DOS PLANOS DIRETORES NA PRODUÇÃO DO ESPAÇO DA REGIÃO METROPOLITANA DE ARACAJU:

podemos falar sobre boiadas urbanísticas? 52

Sarah Lúcia Alves França

Catarina Carvalho Santos Melo

Raíssa Santana Quintiliano dos Santos

59 EIXO MORADIA E A PRODUÇÃO HABITACIONAL DE INTERESSE SOCIAL (HIS) NAS ÁREAS CENTRAIS, PERIFÉRIAS E FAVELAS

PRECARIÉDADE DA HABITAÇÃO POPULAR: desafios à efetivação do direito à moradia e à cidade na

Região Metropolitana de Aracaju 60

Viviane Luise de Jesus Almeida

Antônio Francisco do Santos Neto

Sarah Lúcia Alves França

Catharina Nunes Cruz

VIOLAÇÕES DO DIREITO À MORADIA EM ARACAJU:

realidade, lutas e reforma urbana como cenário possível..... 68

Carla Alessandra da Silva Nunes

Marcelo Santos do Nascimento

Tainara Paixão

Levy Santos Nascimento

PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA: financeirização imobiliária e produção da segregação socioespacial na

Região Metropolitana de Aracaju 76

Mário Jorge Silva Santos

Ana Rocha dos Santos

PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA E O ACESSO ÀS OPORTUNIDADES URBANAS EM ARACAJU..... 84

Viviane Luise de Jesus Almeida

Maria Clara Haywanon Santos Araujo

Sarah Lúcia Alves França

**EXPERIÊNCIAS E DESAFIOS DA ASSESSORIA TÉCNICA
PARA HABITAÇÃO SOCIAL NA REGIÃO METROPOLITANA
DE ARACAJU92**

Ana Maria de Souza Martins Farias

Sarah Lúcia Alves França

Catharina Nunes Cruz

97 EIXO MOBILIDADE E DESIGUALDADES SOCIOESPACIAIS

**TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO NA REGIÃO
METROPOLITANA DE ARACAJU: o direito de ir e vir com qualidade..... 98**

César Henriques Matos e Silva

Magno Evangelista Pereira

107 EIXO SANEAMENTO AMBIENTAL E DESIGUALDADES SOCIOESPACIAIS

**O QUE FAZER COM A ÁGUA DA CHUVA NA REGIÃO
METROPOLITANA DE ARACAJU? Possibilidades
de renaturalização o direito de ir e vir com qualidade108**

Lina Martins de Carvalho

Wesley Rodrigues de Aquino

Clarice Mendes Cavalcante Barros

João Victor Silva Espínola

115 EIXO TRANSIÇÃO ECOLÓGICA E CLIMÁTICA DÁS CIDADES E QUALIFICAÇÃO DO AMBIENTE URBANO

**ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE URBANAS E A
(IN)SUSTENTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL ÀS MARGENS
DO RIO POXIM EM ARACAJU116**

Ingrid Carvalho Santos Oliveira

Jailton de Jesus Costa

Lindemberg Medeiros de Araujo

Ticiano Rodrigo Almeida Oliveira

ARRANJO CLIMÁTICO E RELAÇÃO COM RISCOS E DESASTRES AMBIENTAIS NA REGIÃO METROPOLITANA DE ARACAJU	120
<i>Josefa Eliane Santana de Siqueira Pinto</i>	
<i>Alizete dos Santos</i>	
<i>João Luiz Santana Brazil</i>	

129 UM OUTRO FUTURO É POSSÍVEL	
UM OUTRO FUTURO É POSSÍVEL PARA REGIÃO METROPOLITANA DE ARACAJU	130
<i>Sarah Lúcia Alves França</i>	
<i>Ana Rocha dos Santos</i>	

137 SOBRE OS AUTORES

PREFÁCIO

POR QUE (E COMO) PENSAR O FUTURO?

Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro

Coordenador Nacional do INCT Observatório das Metr6poles

Pesquisador 1A do CNPq

Pesquisador Em6rito FAPERJ e Professor Colaborador da UENF

Professor Titular IPPUR/UFRJ

O INCT Observatório das Metrôpoles vem se empenhando, através de várias iniciativas nos campos da pesquisa, formação, extensão e difusão de conhecimentos, em suscitar a reflexão e o debate sobre o futuro da sociedade urbana brasileira. Algo tanto mais necessário diante da crise disruptiva que atravessamos e das mudanças estruturais e aceleradas da civilização capitalista. E tanto mais relevante, do ponto de vista acadêmico e político, tendo em vista que observamos uma espécie de “cancelamento” da discussão sobre os caminhos que possam orientar o debate social sobre o futuro do nosso país.

Há 40 anos, o debate sobre o futuro era muito comum no Brasil. As universidades se posicionavam, existiam visões ideológicas de direita e esquerda, publicavam-se relatórios e organizações não governamentais eram consultadas. Enfim, o debate sobre o futuro estava na ordem do dia, mas está muito ausente na atualidade.

Desde 2022, o INCT Observatório da Metrôpoles vem orientando seus pesquisadores e pesquisadoras na direção de mobilizar os conhecimentos e informações geradas em seu programa de trabalho com o intuito de transformá-los em subsídios ao debate em torno da construção de um outro projeto para as metrôpoles brasileiras. Um projeto que, mirando o futuro, materialize os princípios e objetivos reformistas e democráticos que emergiram na era progressista inaugurada com a Constituinte de 1988. Esse foi o caso, por exemplo, das publicações “Metrópole e pandemia: presente e futuro” (Rio de Janeiro: Letra Capital, 2022) e “Reforma urbana e direito à cidade: questões, desafios e caminhos” (Rio de Janeiro: Letra Capital, 2022).

Decidimos dar continuidade a esse esforço, aproveitando o clima político das eleições de 2024, ao conceber e realizar o projeto “Observatório das Metrôpoles nas Eleições: um outro futuro é possível!”. Como resultado desse projeto, publicamos, em vários veículos da mídia corporativa, alternativa e de rede, aproximadamente 300 artigos. Artigos escritos em formato quase “jornalístico”, mas através dos quais divulgamos o nosso diagnóstico sobre as dimensões mais relevantes da questão urbana-metropolitana. Para tanto, levamos em consideração os seguintes temas: desigualdades sociais e segregação urbana; habitação; gestão democrática da cidade; mobilidade, saneamento; transição ecológica e ilegalismos. Tudo isso articulado, em nome da promoção de mecanismos de governança metropolitana.

A presente publicação reúne esse extenso e diversificado conjunto de textos, na forma de Cadernos de Propostas elaboradas pelas pesquisadoras e pesquisadores que integram os 18 Núcleos do INCT Observatório das Metrôpoles. A intenção é que a publicação e circulação desta coletânea possam subsidiar os debates eleitorais, influenciando os atores da sociedade e do sistema político engajados no compromisso de construir alternativas à aguda crise urbana que vivemos. Uma crise que ameaça a reprodução da vida biológica, social, individual e coletiva, como ficou tão

fortemente evidenciado nos mais recentes eventos do ciclo recorrente de desastres socioambientais que assolam as nossas cidades e metrôpoles.

Acreditamos que essa iniciativa ajuda a concretizar os objetivos de construção da Plataforma de Conhecimentos, Informações e Inovação para o desenvolvimento urbano que fundamenta nossa agenda de pesquisa e ação. Cumpre mencionar que, ao fazê-lo, inspiramo-nos em três importantes autores que se empenharam em refletir sobre as possíveis estratégias (cognitivas-éticas-políticas) de construção de um projeto de futuro alternativo, diante dos desafios e das mudanças disruptivas que marcaram, até agora, o século XXI.

Em primeiro lugar, recorremos a Immanuel Wallerstein, renomado sociólogo e cientista político, que propôs o conceito de *utopística*. Trata-se da proposta de um novo modelo de produção de conhecimentos sobre o “devir histórico”, capaz de ajudar na busca de alternativas diante da bifurcação e das turbulências do sistema mundial. A partir de uma perspectiva crítica, desafiando as noções convencionais de utopia como algo inalcançável e irrealizável, Wallerstein sugere que a *utopística* seja um exercício intelectual e prático, visando conceber e trabalhar em direção a futuros sociais e políticos alternativos. Ou seja, trata-se de estimular a “conexão entre ciência, ética e a política. Tem a ver com a produção de conhecimento que mobiliza simultaneamente a ciência e a busca pela verdade objetiva, a ética e o compromisso do conhecimento com os ideais da promoção do ‘bem’ e da ação política traduzida no uso do conhecimento para a realização terrestre dos nossos objetivos e não no plano da utopia” (Utopística ou as Decisões Históricas do Século XXI. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2003, p. 10).

Em segundo lugar, mobilizamos os argumentos do livro “Como ser Anticapitalista no Século XXI” (São Paulo: Boitempo, 2019.), escrito pelo sociólogo e economista Erik Olin Wright. Nele, o autor propõe a reflexão estratégica sobre como transformar o capitalismo com “utopias reais”, que representariam visões de um futuro desejável, alcançáveis por meio de mudanças concretas e realizáveis na estrutura social e econômica. Ao contrário das utopias tradicionais, que, frequentemente, são vistas como idealizações inatingíveis, Wright defende a crítica ao capitalismo tornando centrais os conceitos de igualdade e justiça, democracia e liberdade, comunidade e solidariedade. Conceitos que permitiriam a conexão entre as noções abstratas com as quais trabalhamos no campo da pesquisa acadêmica e os saberes gerados nas experiências dos ativismos. Porém, ainda de acordo com o autor, não se trata de elaborar um “manifesto em abstrato”, mas, antes, de usar os conhecimentos e informações para dar voz e visibilidade às experiências e possibilidades alternativas nascidas das práticas de atores, movimentos, projetos políticos, mesmo comunidades, famílias e até indivíduos que procuram reagir às opressões, danos sociais, dominações e alienações impostos pelo capitalismo.

Por último, também nos inspira a proposição de Naomi Klein, em seu livro-manifesto “Não Basta Dizer Não. Resistir à Política de Choque e Conquistar o Mundo do Qual Precisamos (Rio de Janeiro: Bertrand, 2019). Para a autora, não basta apenas resistir, dizer “não”, à estratégica dos choques praticada pelas forças capitalistas, mas proclamar um “sim” inspirador, capaz de gerar confiança e suscitar a construção de um território de unificação das forças progressistas. Forças que o choque populista-direitista pretende dividir e, no limite, destruir. Para tanto, segundo Klein, duas tarefas precisam ser realizadas. Primeiro, a elaboração de uma sólida compreensão de como a “política do choque” funciona, paralisando as resistências e promovendo os interesses de quem ela serve. Essa compreensão é a maneira de sairmos, rapidamente, do estado de choque e começarmos a lutar. Segundo, e igualmente importante, temos que contar uma história diferente daquela que os “mentores do choque” estão promovendo, uma visão de mundo convincente o bastante para competir diretamente com a deles. Essa visão, baseada em valores progressistas, deve oferecer um caminho diferente, distante dos choques em série. Um caminho baseado na união, que vá além das fronteiras de raça, etnia, religião e gênero, um caminho, enfim, que se baseie na cura do planeta, em vez de provocar mais guerras desestabilizantes e aprofundar a crise socioecológica.

Acima de tudo, o caminho, ou melhor, os caminhos alternativos que justificam e orientam o pensar o futuro sugeridos por Klein, mas também por Wallerstein e Wright, apontam para a necessidade de aproveitarmos o momento eleitoral para oferecer àqueles que estão sofrendo pelas consequências da precariedade urbana uma plataforma de esperança, compreensão e ação para a conquista de uma vida tangivelmente melhor. Não afirmamos saber exatamente como tudo isso resultaria, efetivamente, em um “futuro alternativo”. Esta coleção contém a contribuição do INCT Observatório das Metrópoles para a compreensão dos desafios das nossas cidades para a construção de visões sobre o devir histórico. Seja como for, estamos convencidos de que um “outro futuro” só será possível se for gerado o conhecimento resultante de um processo genuinamente colaborativo. Uma colaboração entre ciência e ética, verdade e valores, pensar e fazer, saberes e práticas, capaz de colocar na liderança do processo histórico aqueles mais brutalizados e diretamente atingidos pelas mudanças radicais e disruptivas que as forças capitalistas estão promovendo no início do século XXI.

Que este Caderno de Propostas seja mais um passo no caminho desse outro futuro possível!

APRESENTAÇÃO

Sarah Lúcia Alves França

Ana Rocha dos Santos

O comprometimento moveu a escrita desse livro! Os autores assumiram o compromisso de produzir seus textos na expectativa de ter suas pesquisas servindo à sociedade para a resolução dos problemas que afligem as pessoas que vivem na cidade, especialmente, na Região Metropolitana de Aracaju. Comprometimento carregado de utopia! A utopia que alimenta e serve para que o caminho de conquista da emancipação humana seja construído a cada dia, rumo à vida digna, com a cidade plena de justiça social, de direitos experienciados no cotidiano de quem a vivencia. A utopia para a felicidade, que significa a ruptura da estrutura societal do sistema do capital que transforma tudo e todos, inclusive, a cidade, em mercadoria.

A construção de outra lógica de produção das relações sociais depende dos esforços para provocar ruptura na estrutura de poder político, econômico e financeiro que comanda os destinos e determina as condições de vida das pessoas. Vivenciar a realidade urbana aponta para que as questões reveladoras das contradições da sociedade sejam expostas. Desde o morador que tem sua vida suprimida pelo ambiente urbano caótico aos estudiosos que dispendem seu tempo a fim de pensar alternativas mitigadoras dos problemas urbanos.

É nesse sentido que se inscreve a iniciativa da escrita desse livro. O trabalho ora apresentado, resulta das ações empreendidas pelo Observatório das Metrôpoles, um Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia (INCT), que em seu Núcleo Regional de Aracaju se dispôs a apresentar as reflexões e propostas dos pesquisadores para os diferentes sujeitos sociais, quer sejam representantes políticos de governos, movimentos sociais e outras organizações da sociedade civil. Desde a inserção de Aracaju no Observatório das Metrôpoles, coordenado desde 2022 pela profa. Dra. Sarah Lúcia Alves França, que são realizados trabalhos voltados para que os resultados de pesquisas científicas estejam acessíveis ao público em geral, através da elaboração de mídias digitais, vídeos e boletins.

Por outro lado, são produzidos também, relatórios e documentos que podem nortear a elaboração de propostas pelos gestores municipais e estaduais, assim como pelos legisladores que têm a seu dispor material substantivo para subsidiar a elaboração de projetos e legislação que garantam o direito à cidade como proposto por Lefebvre (2001). Produzir um saber que aponte para a prática desse direito significa fomentar o direito à vida urbana, fundamental para o humanismo e a democracia.

O fenômeno urbano é a realidade da humanidade na atualidade. A maior parte da população vive nas cidades e mesmo quem não vive está envolto pelo modo de vida urbano. Morar nas cidades é um fato irreversível, mas as implicações sociais, econômicas e ambientais escancaram a natureza da produção de um espaço que tem a cidade como o lugar da realização do mundo da mercadoria. A sociedade urbana é por excelência, a sociedade em que as diferenças são convertidas em desigualdades

e isso se manifesta na cidade pela segregação, fragmentação, exclusão, impondo à maioria dos cidadãos a viver sob condições precárias de existência.

Essa realidade precisa mudar. Esse compromisso está posto neste livro intitulado *Observatório das Metrôpoles nas eleições: um outro futuro é possível - Caderno de Propostas*. Sob a coordenação do INCT Observatório Nacional das Metrôpoles, os Núcleos Regionais se dispuseram a apresentar propostas para que candidatos a pleitos eleitorais, associações, moradores, movimentos sociais, entre outros segmentos da sociedade possam ter nesse documento, uma referência para elaboração de suas proposições de trabalho e luta.

Escrito de maneira coletiva, o livro está organizado em 15 capítulos, com a participação de 37 pesquisadores de diversas formações acadêmicas, o que demonstra a importância de uma análise multidisciplinar do fenômeno urbano e das questões que envolvem a Região Metropolitana de Aracaju. Os capítulos estão agrupados por eixos temáticos: Segregação e redução das desigualdades socioespaciais; Governança e fortalecimento institucional — Participação cidadã e controle social; Illegalismos e violência na produção da cidade e serviços urbanos; Moradia e a produção habitacional de interesse social (HIS) nas áreas centrais, periferias e favelas; Mobilidade e desigualdades socioespaciais; Saneamento ambiental e desigualdades socioespaciais; Transição ecológica e climática das cidades e qualificação do ambiente urbano e, por último, é apresentada a Proposta Final - Carta aos Candidatos.

No eixo Segregação e redução das desigualdades socioespaciais, estão dispostos os capítulos "*Novo arranjo populacional de Aracaju: configurações socioespaciais e econômicas*", de autoria de Vera Lúcia Alves França e Fernanda Esperidião. As autoras analisam o novo arranjo espacial de Aracaju a partir da publicação mais recente do IBGE sobre a área de influência das cidades, constatando a ampliação da influência de Aracaju sobre os municípios sergipanos. As autoras propõem que para a adoção de políticas públicas é necessário considerar a dinâmica urbano-regional desse novo arranjo.

O capítulo "*Produção Imobiliária, Expansão Urbana e Conflitos Socioambientais na Região Metropolitana de Aracaju*" foi escrito por Sarah Lúcia Alves França e José Wellington Vilar. Neste capítulo, os autores elucidam como os interesses imobiliários se espacializam, gerando conflitos socioambientais e aprofundando desigualdades socioespaciais. O enfrentamento desses problemas demanda a adoção de medidas de planejamento e gestão urbana e ambiental que resultem da participação popular e do atendimento dos requisitos de sustentabilidade.

No capítulo "*Transparência nas concessões comerciais e nas informações sobre acesso público às praias e aos rios*", os autores Marina de Souza Sartore, Eliene Oliveira da Silva, João Paulo Batista de Almeida e Laupa Carla Pimentel Gomes da Silva abordam o tema do acesso à praia, tomando como referência a recente PEC nº

03/2022 que tramita no Senado. A aprovação dessa PEC pode levar à privatização das praias pelos condomínios e empreendimentos privados. Os autores chamam atenção para a necessidade de garantir o equilíbrio no uso da praia pelos proprietários de bares, de empreendimentos imobiliários e os banhistas.

No eixo Governança e fortalecimento institucional — Participação cidadã e controle social, se encontra o capítulo *"Experiências, desafios e proposições para o planejamento e gestão integrados para a Região Metropolitana de Aracaju"*. Os autores Laís de Andrade Lima, Arthur Almeida Resende, Sarah Lúcia Alves França e Marianna Martins Albuquerque tratam da problemática da governança urbana em espaços metropolitanos, destacando a importância de estruturas institucionais para elaboração de políticas comuns, com planejamento integrado e participativo do conjunto das cidades que compõem a RMA.

O eixo Ilegalismos e violência na produção da cidade e serviços urbanos conta com o capítulo *"O papel dos planos diretores na produção do espaço da Região Metropolitana de Aracaju: podemos falar sobre boiadas urbanísticas?"*. As autoras Sarah Lúcia Alves França, Catarina Carvalho Santos Melo e Raíssa Santana Quintiliano dos Santos analisam a legislação urbanística e suas fragilidades regulatórias para ordenamento do uso do solo urbano. A reversão dessa situação passa, necessariamente, pela elaboração de estudos diagnósticos, adoção de práticas democráticas de gestão, revisão de planos diretores, capacitação e educação urbanística para os movimentos populares.

O eixo Moradia e a produção habitacional de interesse social (HIS) nas áreas centrais, periferias e favelas é constituído pelos capítulos: *"Precariedade da habitação popular: desafios à efetivação do direito à moradia e à cidade na Região Metropolitana de Aracaju"*, autoria de Viviane Luise de Jesus Almeida, Antônio Francisco do Santos Neto, Sarah Lúcia Alves França e Catharina Nunes Cruz; *"Violações do direito à moradia em Aracaju: realidade, lutas e reforma urbana como cenário possível"*, escrito por Carla Alessandra da Silva Nunes, Marcelo Santos do Nascimento, Tainara Paixão e Levy Santos Nascimento; *"Programa Minha Casa Minha Vida: Financeirização imobiliária e produção da segregação socioespacial na Região Metropolitana de Aracaju"*, de autoria de Mário Jorge Silva Santos e Ana Rocha dos Santos; *"Programa Minha Casa Minha Vida e o acesso às oportunidades urbanas em Aracaju"*, escrito por Viviane Luise de Jesus Almeida, Maria Clara Haywanon Santos Araujo e Sarah Lúcia Alves França. O conjunto desses capítulos aborda a temática da moradia sob a perspectiva da análise da política habitacional, as lutas empreendidas por aqueles que têm esse direito negado, os processos de segregação que resultam, em grande medida, da propriedade e valorização da terra urbana. Os autores advogam a necessidade de uma política habitacional que ofereça infraestrutura, qualidade dos

18 Observatório das Metrôpoles nas Eleições: Aracaju

imóveis, acesso a serviços urbanos e, principalmente, a reversão da mercantilização da cidade.

No eixo Mobilidade e desigualdades socioespaciais, o capítulo "*Transporte público coletivo na Região Metropolitana de Aracaju: o direito de ir e vir com qualidade*", foi escrito por César Henriques Matos e Silva e Magno Evangelista Pereira. A centralidade do texto está na qualidade do transporte público, que é responsável pela circulação da maioria da população que se desloca diariamente de seu local de residência para o trabalho ou para estudar, percorrendo longas distâncias, uma vez que a expansão urbana ocorreu sem considerar as políticas de transporte público. Os autores propõem que os órgãos de mobilidade urbana estejam atentos para a mobilidade ativa e sua integração com o transporte coletivo, adoção de consórcio, envolvendo os municípios da Região Metropolitana de Aracaju.

No eixo Saneamento ambiental e desigualdades socioespaciais se encontra o capítulo "*O que fazer com a água da chuva na Região Metropolitana de Aracaju? Possibilidades de renaturalização*", redigido por Lina Martins de Carvalho, Wesley Rodrigues de Aquino, Clarice Mendes Cavalcante Barros e João Victor Silva Espínola. Os autores refletem sobre as possibilidades de implementação de estratégias que aumentem o aporte natural capaz de reduzir os efeitos de inundação, pela presença de espaços livres que permitam a drenagem das águas pluviais.

No eixo Transição ecológica e climática das cidades e qualificação do ambiente urbano constam os capítulos: "*Áreas de Preservação Permanente urbanas e a (IN) Sustentabilidade Socioambiental às margens do Rio Poxim em Aracaju*" escrito por Ingrid Carvalho Santos Oliveira, Jailton de Jesus Costa, Lindemberg Medeiros de Araújo e Ticiano Rodrigo Almeida Oliveira e "*Arranjo climático e relação com riscos e desastres ambientais na Região Metropolitana de Aracaju*", cujos autores são Josefa Eliane Santana de Siqueira Pinto, Alizete dos Santos e João Luiz Santana Brazil. Esses capítulos evidenciam a urgência de tratar a natureza como fundamental no processo de expansão urbana diante dos problemas ambientais decorrentes de uma urbanização acelerada, afetando sobremaneira, os mais pobres.

O último capítulo faz uma síntese de todas as propostas elencadas nos anteriores com o propósito de oferecer aos que concorrem aos pleitos eleitorais do ano 2024, intitulado como "*Um outro futuro é possível para a Região Metropolitana de Aracaju*". Foi escrito por Sarah Lúcia Alves França e Ana Rocha dos Santos como uma maneira de tornar o conhecimento científico abordado por todos os autores deste livro um instrumento de reivindicação para a construção de uma Região Metropolitana de Aracaju democrática, ambientalmente sustentável e de justiça social.

Boa leitura a todos!

EIXO
SEGREGAÇÃO E REDUÇÃO
DAS DESIGUALDADES
SOCIOESPACIAIS

NOVO ARRANJO POPULACIONAL DE ARACAJU:

configurações socioespaciais e econômicas

Vera Lúcia Alves França

Fernanda Esperidião

As cidades refletem, no seu arranjo espacial, a dinâmica social e econômica a que estão submetidas ao longo de um dado período, resultando, assim, em alterações que merecem ser estudadas na busca de soluções que minimizem as desigualdades socioespaciais e econômicas e proporcionem melhor qualidade de vida a população.

Estudos recentes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística indicam um novo arranjo populacional para Aracaju, o que evidencia a necessidade de novas estratégias de gestão do poder público no sentido de garantir o equacionamento dos problemas existentes de forma mais eficiente e democrática. O Estudo Regiões de Influência das Cidades Brasileiras-2018, publicado em 2020, pelo IBGE, traz para Aracaju um Arranjo populacional bem mais amplo do que aquele apresentado pelo referido estudo em 2008, quando era formado apenas por quatro municípios: Aracaju, Barra dos Coqueiros, Nossa Senhora do Socorro e São Cristóvão que constituíam a Região Metropolitana de Aracaju, desde 1995.

Este artigo visa apresentar uma breve caracterização do novo arranjo espacial da Grande Aracaju, e contribuir com propostas para o equacionamento de problemas presentes na organização socioespacial.

Novo arranjo espacial

O novo arranjo populacional evidencia a existência de um espaço bem mais amplo que ocupa uma área de 1.631 km² (7% do território sergipano), sendo constituído por 12 municípios: Aracaju, Barra dos Coqueiros, Carmópolis, Divina Pastora, General Maynard, Laranjeiras, Maruim, Nossa Senhora do Socorro, Riachuelo,

Rosário do Catete, São Cristóvão e Siriri que abrigam uma população de 1.024.574 habitantes, representando 46,37% da população estadual (Figura 1).

A população está mais concentrada nos quatro municípios que compõem a Região Metropolitana de Aracaju, com 932.210 habitantes (90% do total do arranjo). Dos demais municípios, apenas Laranjeiras, Maruim e Carmópolis têm população superior a 10.000 habitantes. Causa estranheza a ausência, nesse arranjo populacional, dos municípios de Itaporanga d'Ajuda, Santo Amaro das Brotas e Pirambu, muito ligados à capital, na procura de bens e serviços.

Como ocorre em vários estados brasileiros, constata-se forte concentração populacional na capital e municípios no seu entorno, enquanto nos 93% do território, isso é, nos demais 63 municípios interioranos estão dispersos apenas 54% da população.

Analisando o último período intercensitário, isto é, entre 2010 e 2022, constata-se que nesse novo arranjo houve um acréscimo de 92.612 habitantes, representando um crescimento de 10% quando comparado a 2010 (Tabela 1). Esse crescimento relativo é bem superior ao que ocorreu em Sergipe, que aumentou apenas 6,87%. Barra dos Coqueiros se destaca no conjunto com um crescimento relativo de 66%, sendo reflexo da intensificação da ocupação do espaço, após a construção da ponte sobre o Rio Sergipe, com a implantação de loteamentos e construção de condomínios, além da instalação de unidades industriais que intensificaram a dinâmica econômica local atraindo a população. São Cristóvão (21, 24%) e Nossa Senhora do Socorro (19,59%) também tiveram crescimento acentuado fruto de políticas habitacionais, principalmente

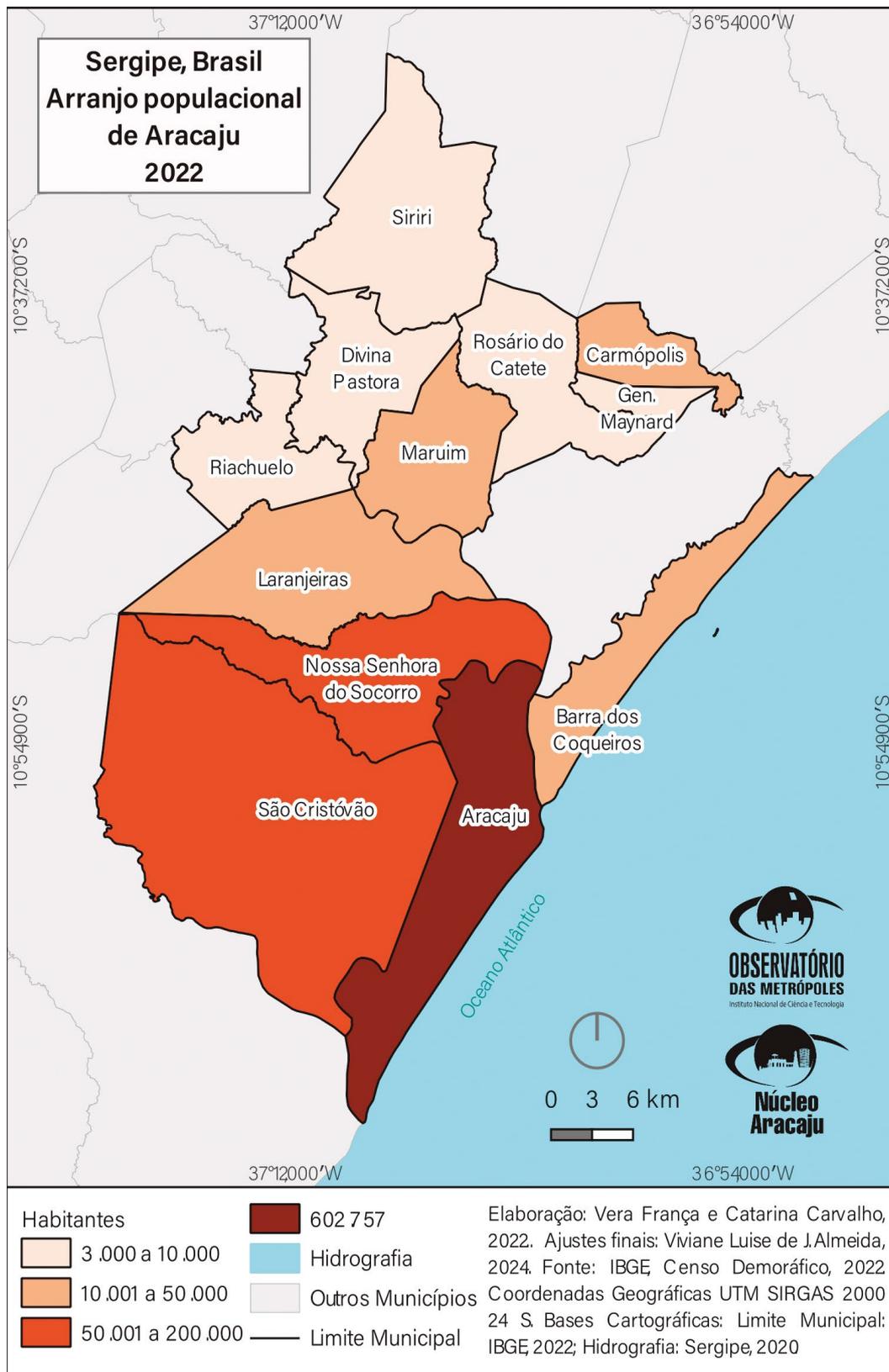


Figura 1: Arranjo populacional de Aracaju

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2022. Elaboração: Vera França e Catarina Carvalho, 2022. Ajustes finais: Viviane Almeida, 2024.

pelo Programa Minha Casa Minha Vida. Aracaju, como a maioria dos municípios núcleos metropolitanos apresentou crescimento inferior à média estadual. Laranjeiras, Riachuelo e Siriri perderam população, sendo a perda mais significativa no primeiro deles. Admite-se que essa perda de população tenha ocorrido em função da desativação de atividades ligadas à indústria mineral que liberou muitos postos de trabalho, favorecendo a emigração.

Quanto à composição da população por idade, como vem acontecendo no Brasil e em Sergipe, no período analisado, observa-se a redução da população jovem que representa apenas 31% do total, enquanto a população adulta é predominante com 57% e os idosos 12%. Essa situação é semelhante à que ocorre em Sergipe. Entre 2010 e 2022, apenas Barra dos Coqueiros ganhou população jovem (33%) enquanto todos os demais municípios que integram o Novo Arranjo perderam, demonstrando a inserção no processo de envelhecimento que vem passando a população brasileira. Por outro lado, a população adulta ampliou sua participação em dez municípios, enquanto Laranjeiras (-6,6%) e Riachuelo (2,14%) reduziram. A população idosa apresentou aumento em todos eles, confirmando o processo de envelhecimento que vem ocorrendo no país.

A evolução do Produto Interno Bruto sergipano é, como a dos demais Estados, em geral, fortemente correlacionada ao desempenho da economia brasileira como um todo. Porém, as gestões políticas locais e choques externos, acabam repercutindo nas economias locais. No entanto, alguns destaques chamam a atenção na trajetória da economia sergipana: nos anos 1970/80 investimentos industriais de empresas públicas e privadas moveram as atividades urbanas do

estado. Contrariamente a isso, nos anos subsequentes, o setor terciário tornou-se mais dinâmico, acompanhando novamente a tendência nacional. Esse disruptor setorial teve reflexos no crescimento do Estado e de importantes cadeias produtivas, a exemplo do petróleo, gás e outros minérios. Entre 2010 e 2021, o Produto Interno Bruto estadual apresentou variação relativa de 47,36%

O Novo Arranjo populacional tem participação significativa na economia sergipana, correspondendo a 54,82% do PIB estadual. Ao analisar os dados para o período entre 2010 e 2021, observa-se que o município de Aracaju teve o maior crescimento em termos absolutos, mas isso não ocorreu em termos relativos (91,65%) (Tabela 2). Embora a principal atividade do município de Aracaju seja o setor de serviços que representa aproximadamente 87% do seu PIB, também se destacam as atividades industriais de Construção (6,8%) e Eletricidade e gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação (4,5%).

Municípios	Censo 2010	Censo 2020	Variável Absoluta	Variável Relativa (%)
Sergipe	2.068.017	2.210.004	141.987	6,87%
Aracaju	571.149	602.757	31.608	5,53%
Barra dos Coqueiros	24.976	41.511	16.535	66,20%
Carmópolis	13.503	13.853	350	2,59%
Divina Pastora	4.326	4.340	14	0,32%
General Maynard	2.929	3.037	108	3,69%
Laranjeiras	26.902	23.975	-2.927	-10,88%
Maruim	16.343	15.719	-624	-3,82%
Nossa Senhora do Socorro	160.827	192.330	31.503	19,59%
Riachuelo	9.355	8.748	-607	-6,49%
Rosário do Catete	9.221	9.295	74	0,80%
São Cristóvão	78.864	95.612	16.748	21,24%
Siriri	8.004	7.834	-170	-2,12%
Total	926.399	1.019.011	92.612	10,00%

Tabela 1: Sergipe e municípios, População 2010 a 2022

Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2010 e 2020

24 Observatório das Metrôpoles nas Eleições: Aracaju

Variáveis das Características Econômicas (Produto Interno Bruto - a preço corrente - Série Revisada - R\$ X 1000)				
Municípios	PIB - 2010	PIB - 2020	Variável Absoluta	Variável Relativa (%)
Sergipe*	R\$ 35.193.000	R\$ 51.861.000	R\$ 16.668.000	47,36%
Aracaju	9.603.945,00	18.405.677,79	R\$ 8.801.732,79	91,65%
Barra dos Coqueiros	298.387,00	2.581.591,80	R\$ 2.283.204,80	765,18%
Carmópolis	556.044,00	422.600,83	-R\$ 133.443,17	-24,00%
Divina Pastora	175.757,00	188.619,16	R\$ 12.862,16	7,32%
General Maynard	17.631,00	43.532,07	R\$ 25.901,07	146,91%
Laranjeiras	712.380,00	1.162.006,54	R\$ 449.626,54	63,12%
Maruim	170.273,00	448.413,88	R\$ 278.140,88	163,35%
Nossa Senhora do Socorro	1.976.864,00	3.232.697,92	R\$ 1.255.833,92	63,53%
Riachuelo	115.348,00	222.400,95	R\$ 107.052,95	92,81%
Rosário do Catete	616.807,00	468.956,06	-R\$ 147.850,94	-23,97%
São Cristóvão	577.308,00	1.031.740,47	R\$ 454.432,47	78,72%
Siriri	136.887,00	176.735,57	R\$ 39.848,57	29,11%
Total	14.992.824,00	28.436.834,04	13.444.010,04	89,67%

Tabela 2: Produto Interno Bruto, Novo Arranjo Populacional, 2010 e 2021

Fonte: SUFRAMA / IBGE *dados de Sergipe 2013.

Barra dos Coqueiros, no período analisado, foi o município que obteve o maior crescimento relativo (765,18%), fruto de alguns investimentos tais como: a construção da ponte Construtor João Alves, em 2006, aquecendo o setor imobiliário, além da implantação de unidades industriais como a usina termelétrica Centrais Elétricas de Sergipe (Celse) e a Usina Eólica, assim como da intensificação das atividades do Terminal Portuário. Essa atividade representou 74,8% do valor adicionado da indústria de Barra dos Coqueiros e 60,1% do seu PIB total.

Municípios que apresentaram variações positivas em relação ao PIB avançadas pela indústria foram: Nossa Senhora do Socorro, 32%; Laranjeiras, 65%; e São Cristóvão 24%. As indústrias são na sua maioria do segmento alimentício, fertilizante e agroquímica. A participação relativa desses municípios no PIB da Região Metropolitana

de Aracaju é de 11,36%; 3,62% e 4,09%, respectivamente. Por outro lado, Carmópolis e Rosário do Catete apresentaram decréscimo do PIB, com reflexos na evolução do emprego formal. Em Carmópolis, no período compreendido entre 2016 e 2019, a Administração Pública e a Indústria Extrativo Mineral tiveram aumento no número de empregos formais, nos demais setores, ocorreram reduções.

Ainda com relação à dinâmica do número de empregos formais, segundo dados da RAIS, o setor de serviços no município de Nossa Senhora do Socorro para o período de 2016 a 2021 sai de 5.841 vagas para 11.838, tendo uma variação de 102%. Outros municípios como São Cristóvão, Siriri e Barra dos Coqueiros também apresentam crescimento do setor de serviços com percentuais de 51%; 33% e 29% respectivamente. Uma possível explicação pode estar atrelada à falta de dinamismo do setor industrial, reflexo de uma política de desindustrialização no país como um todo. Outro ponto a ser destacado são as fontes de financiamentos dadas as atividades de baixa intensidade tecnológica, a exemplo do comércio, prestação de serviços de maneira geral.

Quanto à faixa de remuneração média salarial dos trabalhadores formais com exceção do município de Divina Pastora, a maior concentração de trabalhadores tem a remuneração na faixa de 2,01 a 3,00 salários mínimos, para os demais municípios o maior contingente de trabalhadores proporcional ao total de trabalhadores formais é na faixa entre 1,51 a 2,00 salários mínimos (RAIS, 2022).

Pensando em propostas para solução de problemas comuns

Neste ano em que se realizarão eleições municipais, é pertinente buscar soluções para os problemas comuns que afligem as populações que vivem nesse novo arranjo urbano. Portanto, sugere-se propostas que podem ser implementadas por cada um dos municípios ou de forma conjunta, com o desenvolvimento de estratégias que busquem soluções comuns. Nesse último caso, a formação de parcerias intermunicipais, assim como a formação de consórcios, além do fortalecimento dos já existentes, a exemplo do consórcio de Resíduos sólidos na busca de soluções para problemas que se arrastam ao longo dos anos e que podem ser sanados, com uma tomada de posição responsável e permanente.

- 1) **Infraestrutura urbana:** A melhoria das condições de infraestrutura urbana com a pavimentação de vias, assim como os projetos de drenagem urbana são de grande importância contribuindo para a melhoria das condições de mobilidade urbana. Todas as sedes municipais carecem desses serviços, portanto, sendo necessária sua realização.
- 2) **Habitação de Interesse Social:** Desenvolvimento de ações visando reduzir o déficit habitacional quantitativo, com a construção de unidades habitacionais para aquelas pessoas que estão vivendo em condições precárias. Desenvolvimento de Programas de Regularização fundiária, com a finalidade de promover a propriedade do imóvel para a população mais carente.
- 3) **Saneamento ambiental:** A carência dos serviços de saneamento ambiental também está presente em todas

as sedes urbanas. Embora o serviço de abastecimento de água esteja presente em todas as sedes, a sua cobertura ainda merece ser ampliada, assim como a realização de serviços de manutenção, a fim de garantir o menor desperdício de água possível. Um grande problema no saneamento ambiental é a cobertura de rede de esgotamento sanitário e o seu devido tratamento uma vez que parte significativa das sedes não dispõe desse serviço, o que gera reflexos negativos para a saúde da população. A coleta e tratamento dos resíduos sólidos é outro problema que afeta esse arranjo populacional. Mesmo havendo o Consórcio que trata dessa questão e os lixões já tenham sido erradicados, ainda é necessário o desenvolvimento de Programas de Educação Ambiental, junto à população, a fim de melhorar as condições de limpeza urbana. A coleta seletiva é uma ação que precisa ser intensificada em todos os centros do Arranjo.

- 4) **Mobilidade urbana:** A intensa movimentação de pessoas entre os municípios do arranjo populacional exige que as vias estejam preparadas para a movimentação de veículos e para a diversidade de opções de transportes. As calçadas, muitas vezes, apresentam péssimas condições de conservação e de ocupação, dificultando a acessibilidade. Portanto, garantir a acessibilidade é uma obrigação do poder público a fim de possibilitar os deslocamentos das pessoas e, principalmente daquelas que apresentam necessidades especiais. A criação de opções de mobilidade deve ser considerada principalmente nos centros maiores, com a criação de ciclovias que garantem a

movimentação da população em veículo leve e sem poluição.

- 5) Melhoria do transporte público**, com ampliação do número de linhas e de veículos, assim como a celebração de consórcio entre os centros urbanos do Arranjo populacional.
- 6) Educação:** ampliação da cobertura de matrícula para os níveis da Educação Básica, assim como da melhoria da qualidade de Ensino, com o desenvolvimento de estratégias para a melhoria dos níveis do IDEB. Redução da repetência e da distorção idade/série. Ampliação da Educação Infantil, com a construção de novas unidades e ampliação das matrículas.
- 7) Saúde:** Ampliação e melhoria dos serviços públicos de saúde, com a oferta de serviços que garantam o bem-estar da população. Ampliar a cobertura vacinal dentro do Programa de Vacinação.
- 8) Ocupação e renda:** Ampliar os níveis de ocupação da população, com o desenvolvimento de estratégias

junto ao setor produtivo no sentido de oportunizar maior geração de novos postos de trabalho e, conseqüentemente, da geração da renda. Desenvolvimento de Programas de Qualificação Profissional visando dar condições aos trabalhadores de bom desempenho nas suas atividades laborais e melhorias dos níveis salariais.

- 9) Indústria e Energia:** Fortalecimento da cadeia produtiva da indústria extrativo-mineral a fim de promover melhores condições de ocupação e de renda da população. Desenvolvimento de ações a fim de fomentar a utilização de energia limpa, a exemplo da energia solar.
- 10) Economia e Turismo:** Desenvolvimento de Programas voltados para o fortalecimento do Turismo, com definição de roteiros e eventos. Estímulo à formação de novas empresas voltadas para o comércio e os serviços.

Referências

IBGE. **Censo Demográfico, 2010 e 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2024.

IBGE. **Contas Nacionais**, SUFRAMA. Rio de Janeiro: IBGE, 2024.

MT. RAIS. **Empregos Formais**, 2022.

**PRODUÇÃO IMOBILIÁRIA,
EXPANSÃO URBANA
E CONFLITOS
SOCIOAMBIENTAIS NA
REGIÃO METROPOLITANA
DE ARACAJU**

Sarah Lúcia Alves França

José Wellington Carvalho Vilar

As desigualdades sociais são marcas históricas das cidades brasileiras, desde as pequenas cidades às maiores metrópoles, sendo evidenciadas no espaço urbano pela separação das formas de ocupação residencial por níveis de renda e classes sociais. Na Região Metropolitana de Aracaju (RMA), verifica-se que nas últimas décadas, a paisagem urbana tem sido modificada, com a intensificação da produção imobiliária segregada e fragmentada, resultando em dispersão urbana e entraves ambientais. Assim, esse texto visa apresentar o cenário da expansão urbana e conflitos socioambientais na RMA, elencando propostas de ação, a serem coordenadas pelas gestões municipais e estadual, que possam contribuir para a superação dessa problemática.

Cenário da expansão urbana e metropolitana: a produção imobiliária...

A Região Metropolitana de Aracaju (RMA) apresenta um cenário de grande crescimento da produção habitacional, em função dos investimentos privados e financiamentos públicos que o país vem deslançando desde o final dos anos 2000. Em 2022, o Censo Demográfico do IBGE registrou 413.025 domicílios particulares permanentes, 69,9% a mais que em 2010, quando registrou 244.520. Desse, cabe salientar que Barra dos Coqueiros registrou maior taxa de crescimento (109,7%), seguido de Nossa Senhora do Socorro (64,9%) e São Cristóvão (64,8%) (IBGE, 2010; 2022). A taxa de crescimento dos domicílios em Aracaju, de 35,3%, demonstra fenômeno recente de expansão em direção aos municípios da franja metropolitana, especialmente marcada pela

intensificação da urbanização litorânea.

Nesse sentido, fica evidenciado que a RMA tem sido objeto da reprodução do capital imobiliário, com novos vetores de expansão delineados pelo protagonismo da atuação combinada entre mercado e Estado. A construção de empreendimentos fechados, cujo discurso da violência e a sensação de insegurança e medo são usados na publicidade para venda, tem se dado de forma articulada ao sistema viário, ainda que em espaços fragmentados e distantes das áreas urbanizadas. Isso se revela, na maioria dos casos, em áreas sem oferta de saneamento, serviços e equipamentos públicos suficientes para atender a nova demanda de moradores, mas com permissividade das leis urbanísticas, que não têm possibilitado um controle rigoroso da ocupação do solo (França, França, 2021).

Partindo de Aracaju, com 266.598 domicílios (IBGE, 2022), desenhou-se quatro vetores de expansão ao norte, nordeste, oeste e sul, que fortalecem as relações metropolitanas. No espaço intraurbano da capital, demarcam-se alterações na configuração urbana, principalmente nos bairros Industrial, Porto D'Antas, Santo Antônio (norte), Jabotiana (oeste), Luzia, Jardins, Farolândia e a antiga Zona de Expansão (sul), com novos empreendimentos imobiliários residenciais fechados e novos shoppings (França, 2019).

No vetor oeste, a expansão no bairro Jabotiana extrapola o limite com São Cristóvão, formando o bairro Marcelo Déda, caracterizada pela construção recente de condomínios verticais. Essa rápida apropriação do espaço urbano, com subsídios do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) a partir de 2009, trouxe impactos socioambientais, como inundações e alagamentos, diante da insuficiência de

infraestrutura para atender esse acréscimo rápido de domicílios, o que desencadeou intervenção da Justiça Federal de Sergipe para bloqueio de novas licenças de construção (2014). Na Grande Rosa Elze, demarcam-se novas configurações socioespaciais, com a construção de condomínios verticais do PMCMV nos bairros Marcelo Déda e Madre Paulina, adensando terrenos vazios no bairro Rosa Maria, nas proximidades da Rodovia João Bebe Água.

No vetor sul, os bairros Jardins, Farolândia e Atalaia registraram a chegada da verticalização a partir de 2000, beneficiando-se pela proximidade a elementos naturais e construídos. A antiga ZEU, nos últimos 30 anos, foi o *locus* da construção de condomínios horizontais, privilegiando-se das características ambientais, como faixa litorânea e o rio Vaza Barris, para que famílias de média alta e alta renda desfrutem de uma moradia com exclusividade, segurança e homogeneidade social. Entretanto, a Justiça Federal de Sergipe também estabeleceu o bloqueio do licenciamento de novos empreendimentos (2011), em função das inundações constantes que ocasionaram transtornos aos residentes, especialmente no bairro Aruana (França, 2019).

Além disso, observa-se um vetor nordeste, a partir da construção da ponte Construtor João Alves (2006) e da revisão do Plano Diretor da Barra dos Coqueiros (2008), que ampliou os limites urbanos para todo território municipal e a disponibilidade de terrenos com maiores dimensões e baixo valor, localizados à beira-mar, na tipologia “pé-na-areia”, redirecionaram a continuidade da urbanização litorânea sob protagonismo do capital imobiliário. Os condomínios fechados ganharam força com a pandemia da Covid-19 quando

várias famílias que viviam em apartamentos na capital optaram por mudar-se para uma “moradia exclusiva”. Todavia, o distanciamento das áreas de comércio e serviços estreitou a dependência do automóvel individual, mas as estruturas viária e do transporte público não acompanharam o crescimento urbano na mesma medida (França, França, 2021).

Por fim, o vetor norte, no Complexo Taiçoca, em Nossa Senhora do Socorro, assim como ocorreu em São Cristóvão, assinala a formação de núcleos de condomínios verticais do PMCMV, às margens da área urbanizada e de rios e mangues, acirrando entraves na oferta de infraestrutura e intensificando conflitos socioambientais (CSA). Além disso, intensifica-se a precariedade habitacional, excluindo a população carente da moradia digna, ampliando as ocupações irregulares no entorno dos empreendimentos habitacionais.

De fato, é relevante ressaltar que esse crescimento disperso e segregado da Região Metropolitana de Aracaju revela uma série de contrapontos: ampliação das desigualdades socioespaciais, com empreendimentos que marcam, socialmente, localizações privilegiadas; pressão do mercado imobiliário para apropriação das melhores áreas; aumento dos valores da terra em bairros-alvo desses empreendimentos; constituição de espaços de moradia exclusiva, formando “micro-cidades” paralelas e fechadas, com equipamentos coletivos internos, com pouca ou nenhuma relação com o exterior; dificuldades quanto à circulação de pedestre nas calçadas nesses espaços monofuncionais, cercados por muros altos e vedados; a perda dos espaços de identidade das comunidades; a insuficiência das redes de saneamento básico, de equipa-

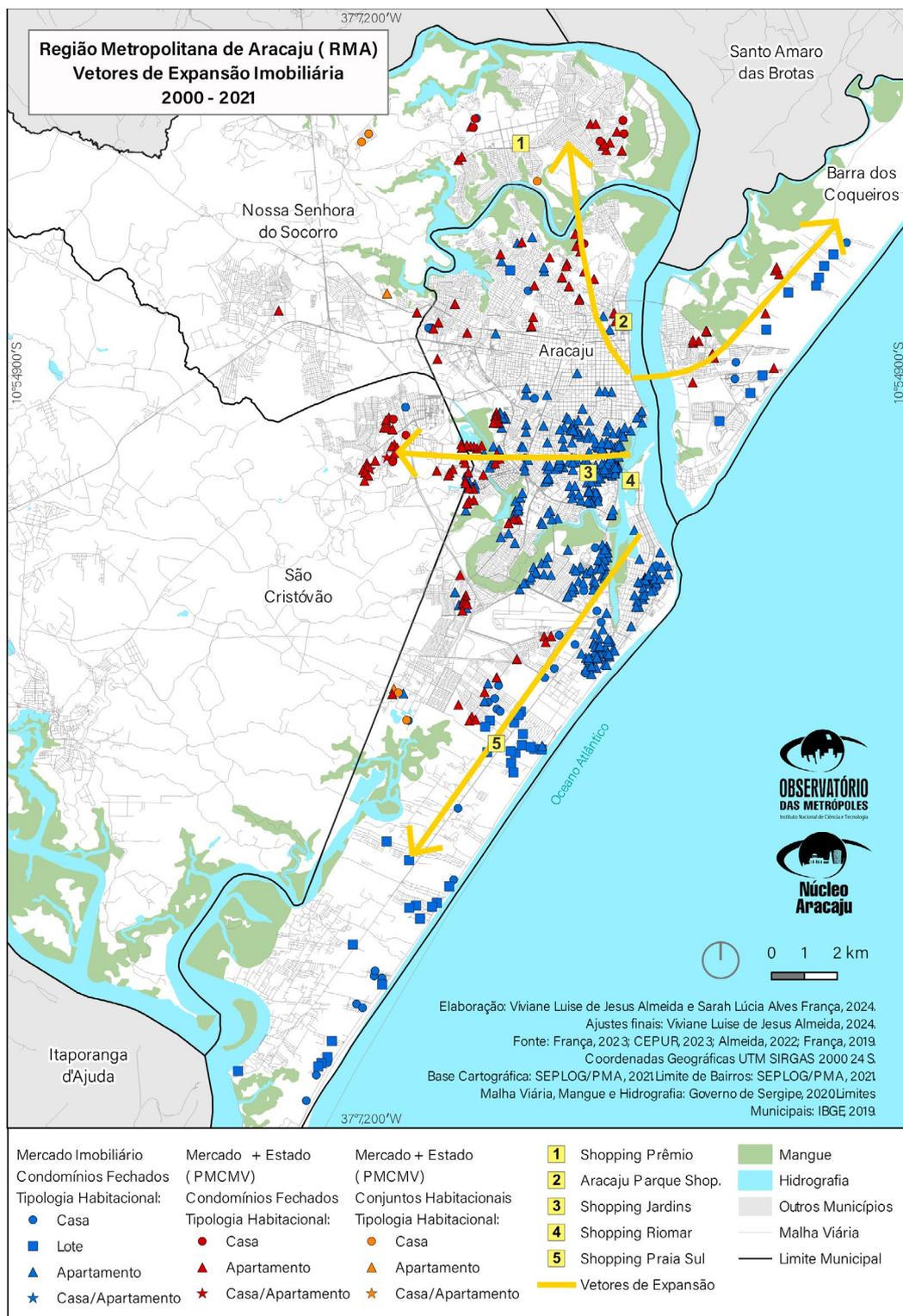


Figura 1: Região Metropolitana de Aracaju, Vetores de Expansão Imobiliária, 2000-2021
 Fonte: Dados do CEPUR, 2022. Elaboração: Viviane Almeida e Sarah França, 2024. Ajustes finais: Viviane Almeida, 2024.

mentos como escolas, postos de saúde, creches; distanciamento das linhas de transporte público; além dos conflitos socioambientais de vários tipos, os quais exigem vontade política e planejamento de políticas públicas efetivas, somados a um grande volume de recursos.

Sobre conflitos socioambientais...

Os vetores de expansão metropolitana de Aracaju apresentam problemas de vários tipos e magnitudes, na maioria associados aos conflitos socioambientais urbanos, à lógica capitalista do mercado imobiliário e às questões de mobilidade e infraestrutura, além das dificuldades de gestão urbana e metropolitana.

Entretanto, antes de apresentar algumas propostas de ação na perspectiva de contribuir para a gestão urbana e ambiental nesses municípios metropolitanos, é necessário discutir, ainda que brevemente, os conflitos socioambientais mais significativos da RMA. Num primeiro esforço de síntese, os CSA da RMA podem ser categorizados a partir da trilogia defendida por Little (2021): a) em torno do controle dos recursos naturais; b) associados aos impactos ambientais e sociais gerados pela ação humana; e c) em torno do uso dos conhecimentos ambientais.

No primeiro caso, em geral, a salvaguarda e o uso sustentável dos recursos naturais não são considerados e concebidos como prioritários na agenda pública e nas práticas do setor imobiliário. Como a RMA se situa em boa parte no domínio da planície costeira, o ecossistema manguezal predomina juntamente com os resquícios da mata de restinga e da mata atlântica. Poucas são as iniciativas práticas para preservar esses ecossistemas e

essas dificuldades podem comprometer o funcionamento da base física e a beleza cênica da paisagem.

No caso dos conflitos em torno dos impactos socioambientais, as mudanças a partir do espaço construído, principalmente pelo mercado imobiliário e poder público, também são significativas, e as metamorfoses e a reestruturação metropolitanas são igualmente expressivas, comprometendo as condições de vida da população menos favorecida e a qualidade dos ambientes naturais e antropizados que afetam a todos (Vilar, 2022).

Um exemplo representativo do terceiro tipo de CSA é a destruição das mangabeiras, principalmente nos terraços da Barra dos Coqueiros e Aracaju. A resistência do movimento das catadoras de mangaba e as iniciativas das universidades e centros de pesquisa são insuficientes para reverter esse quadro de destruição da mata de restinga da qual as mangabas são extraídas. Além de colocar em xeque um modo de vida tipicamente local, oferece dificuldades para o uso de conhecimentos específicos no fazer cultural e em práticas gastronômicas que os sergipanos conhecem tão bem e se confundem com nossa identidade territorial.

Vale ainda ressaltar um tipo de conflito bastante comum na RMA, que se confunde com a urbanização litorânea e se enquadra na trilogia de Little (2021): o uso e a ocupação da faixa de praia. A partir do sonho consumista de morar à beira-mar, o mercado imobiliário vende a ilusão da segurança e do usufruto de condições ambientais em condomínios “pé na areia” e esquece que a praia no Brasil é de domínio público e de livre acesso para todos. Os conflitos nas praias refletem a perversidade, a desi-

gualdade e o elitismo da nossa geografia litorânea (Vilar, 2024).

Algumas propostas de ações...

Uma série de propostas efetivas podem ser elencadas na perspectiva de mitigar problemas socioespaciais e ambientais e defender formas de planejamento e gestão urbana e ambiental mais acordes com a participação popular e requisitos da sustentabilidade urbana. A primeira é muito conhecida e está na base da mudança de mentalidade, que inclui ações de sensibilização e conscientização: a Educação Ambiental. Práticas pedagógicas que considerem problemas e conflitos da RMA devem ser constantes nas escolas e oficializadas na rede oficial de ensino como parte obrigatória do currículo. Conhecimentos da arquitetura e urbanismo, aliados aos saberes e competências pedagógicas que a geografia como disciplina escolar oferece sobre a cidade, o urbano e a complexidade do espaço metropolitano, são de grande valia para a mudança de mentalidade tão necessária ao ordenamento de territórios complexos, como é a RMA, que podem ser efetivadas através de convênios e parcerias com as universidades, escolas públicas e movimentos sociais.

A segunda proposta refere-se à promoção da participação popular como caminho inelutável para o sucesso do ordenamento territorial metropolitano, através da real efetivação dos instrumentos democráticos, como reuniões locais, conselhos municipais e audiências públicas, especialmente antecedendo a construção de equipamentos de impacto. Os conflitos somente são compreendidos com o diagnóstico socioambiental, que exige consulta à população diretamente

afetada. Dessa forma, é possível oferecer caminhos mais acordes com as necessidades comunitárias, pois cotidianamente é essa população que convive com problemas e conflitos de natureza variada.

A terceira urgência é que as prefeituras retomem e priorizem as políticas urbana e ambiental, com a instrumentalização do planejamento e gestão do controle do uso e ocupação do solo alinhados aos princípios do direito à cidade. Nesse caso, observa-se um conjunto de propostas, detalhadas a seguir: **1)** revisão participativa dos Planos Diretores Municipais como centro do debate, de forma a considerar a busca pelo equilíbrio entre desenvolvimento urbano e coesão social enfatizando os impactos e os conflitos socioambientais das transformações urbanas na vida de todos os cidadãos; **2)** inserção da discussão sobre conflitos sociais como prioridade, nas metas, diretrizes e estratégias nos planos, programas e projetos concernentes ao urbano; **3)** definição de estratégias de articulação da política urbana integrada com as políticas de habitação social, mobilidade, saneamento básico e equipamentos públicos, meio ambiente e transições climáticas, bem como a promoção de revitalização de centros históricos, especialmente nos casos de Aracaju e São Cristóvão; **4)** institucionalização de instrumentos de controle do valor da terra; **5)** fortalecimento e efetivação de instrumentos de controle e fiscalização das áreas ambientais que impeçam o fechamento de elementos naturais pelos empreendimentos; **6)** parcerias com universidades e centros de pesquisa para construção de estudos e diagnósticos que subsidiem políticas públicas.

Por fim, a quarta proposta é, de fato, focar na institucionalização do planejamento e governança interfederativa pro-

posta no Estatuto das Metrôpoles (Lei nº 13.089/15). A elaboração e institucionalização do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI) da RMA é urgente para encaminhar soluções efetivas para problemas sociais, urbanísticos e am-

bientais, inerentes às funções públicas de interesse comum, como saneamento básico (abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem urbana e resíduos sólidos), meio ambiente, transporte público e habitação.

Referências

FRANÇA, S. L. A. **Vetores de expansão urbana:** Estado e mercado na produção da habitação em Aracaju-SE – São Cristóvão, SE: Editora UFS, 2019. [recurso eletrônico].

_____; FRANÇA, V. L. A. Sim! Moro em condomínio fechado! Contrapontos das novas formas de urbanização litorânea na Região Metropolitana de Aracaju. – **Revista Geonordeste**. São Cristóvão, v. 32 n. 2 (2021): Ano XXXII - Dossiê Territórios Costeiros - Edição Especial [recurso eletrônico].

LITTLE, P. E. Os conflitos ambientais: um campo de estudo e ação política. *In:* BURSZTYN, M. (Org.). **A difícil sustentabilidade: política energética e conflitos ambientais**. Rio de Janeiro: Garamond, 2001. p. 57-64.

VILAR, J. W. C. Cenário territorial, conflitos ambientais e expansão urbana na Região Metropolitana de Aracaju. *In:* FRANÇA, S. L. A. (Org.). **Reforma Urbana e direito à Cidade. Aracaju**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2022. p. 77-94.

VILAR, J. W. C. **A maritimidade e a privatização das praias no Brasil**. Disponível em: <<https://www.observatoriodasmetrosoles.net.br/a-maritimidade-e-a-privatizacao-das-praias-no-brasil/>>. Acesso em julho de 2024.

TRANSPARÊNCIA NAS CONCESSÕES COMERCIAIS E NAS INFORMAÇÕES SOBRE ACESSO PÚBLICO ÀS PRAIAS E AOS RIOS

Marina de Souza Sartore

Eliene Oliveira da Silva

João Paulo Batista de Almeida

Laupa Carla Pimentel Gomes da Silva

Cenário atual sobre o acesso público às praias e aos rios

O artigo 10 da Lei nº 7.661/1988 diz que “as praias são bens de uso comum do povo, sendo assegurado, sempre, livre e franco acesso a elas e ao mar, em qualquer direção ou sentido, ressalvados os trechos considerados de interesse de segurança nacional ou incluídos em áreas protegidas por legislação específica”. Isso garante aos cidadãos brasileiros e turistas a possibilidade de irem à praia quando quiserem.

É bastante comum entre nós, brasileiros e brasileiras, não nos preocuparmos se o acesso à determinada praia estará fechado. Também não é nosso costume pensarmos que sempre que queremos ir à praia, temos que reservar nossas espreguiçadeiras e o guarda-sol. As nossas praias, em geral, não são como, por exemplo, algumas praias de Malibu, no estado da Califórnia nos Estados Unidos, onde moradores endinheirados fecham o acesso, colocando placas com mensagens de “proibido entrar” ou contratando seguranças que abordam as pessoas, coagindo-as a deixarem o local. Algumas praias brasileiras possuem bares de praia que exigem o pagamento de um *day-use*, como também é o caso das praias de Rimini, na Emilia Romagna, Itália, onde se paga para reservar espreguiçadeiras e guarda-sol e ter acesso à estrutura de lazer montada na praia.

Existem duas questões atuais e importantes no que tange ao acesso às praias: a primeira é o cuidado que precisamos ter para que não ocorra o fechamento do acesso às praias por residências privadas e particulares; a segunda é garantir a transparência dos dados sobre as concessões comerciais nas praias e o melhor

equilíbrio entre espaços da praia que são livres e os que são ocupados por concessões comerciais. O debate sobre os problemas que vêm “do mar rumo à terra” que consistem nos processos erosivos e no aumento do nível do mar é muito importante. Porém, não é menos importante o debate sobre os problemas que vêm “da terra rumo ao mar” e que consistem nas formas de apropriação da praia pelas pessoas.

Atualmente, está em trâmite no Senado a PEC nº 03/2022, conhecida pelo público e pela mídia como a “PEC das praias”. A proposta implica na modificação do inciso VII do caput do artigo 20 da Constituição Federal e propõe a retirada da exclusividade da propriedade dos Terrenos de Marinha da União, transmitindo-a aos estados, municípios e particulares. O Decreto-Lei nº 3.438/1941 aponta que Terrenos de Marinha são trechos de 33 metros de terra medidos a partir da margem das praias, lagos e rios, considerando a maré alta do ano de 1831. A outra modificação está no parágrafo terceiro do artigo 49º do Ato das Disposições Constitucionais Provisórias. A proposta é excluir a exigência da aplicação da *enfiteuse* dos terrenos de marinha, permitindo a transmissão da propriedade dos terrenos para os atuais foreiros. Ou seja, a ideia é transmitir a propriedade aos donos de imóveis (sejam eles pessoas endinheiradas ou comunidades ribeirinhas) que já estão construídos de forma regular em Terrenos de Marinha e com isso, extinguir taxas como a taxa de laudêmio e taxa de foro, que hoje são pagas à União por quem tem imóveis em Terrenos de Marinha.

Ao longo do mês de junho de 2024, o tema ganhou centralidade na mídia nacional. De um lado, há o argumento de que a PEC é necessária, pois a ideia de

Terrenos de Marinha está obsoleta. De outro, há o argumento de que a PEC, ao transferir a propriedade para municípios, estados e particulares, terá como consequência o fim do controle da União em garantir o acesso livre e irrestrito às praias, já que os terrenos de marinha, apesar de não serem necessariamente localizados nas praias, são terrenos que dão acesso a elas.

Independentemente dos prós e contras, há um dado alarmante apresentado pela Secretaria do Patrimônio da União (SPU) em audiência pública sobre a PEC “das praias”. Segundo a representante, os terrenos de marinha demarcados correspondem apenas a 11.100 quilômetros de um total de 48.000 quilômetros. Ou seja, apenas 30% dos Terrenos de Marinha estão demarcados. Sergipe quase não tem demarcação desses terrenos. Adicionalmente, foi apresentado o dado de que se estima existir 3 milhões de imóveis em terrenos de marinha, porém, apenas 565.000 estão oficialmente cadastrados na SPU.

Este dado alarmante levanta inevitavelmente as duas seguintes questões, uma decorrente da outra. A primeira é como é possível aprovar uma mudança na Constituição se não sabemos quem de fato está nesses terrenos e nem ao menos onde estão localizados esses terrenos? A segunda questão é referente à questão da privatização das praias. Se não sabemos onde os terrenos estão e quem os ocupa, como podemos afirmar que os atuais ocupantes limitam o acesso livre e irrestrito ao mar? Assim, precisamos dividir a discussão em duas partes: uma trata da propriedade dos Terrenos de Marinha e a outra trata da relação entre Terrenos de Marinha e acesso às praias.

A PEC nº 03/2022 interessa diretamente à Região Metropolitana de Aracaju por três motivos. O primeiro porque

evoca o debate sobre a propriedade dos Terrenos de Marinha serem transferidos ao estado, município e particulares. Qual o impacto dessa proposta para a RMA? O segundo motivo é devido à importância do litoral, dos rios e das praias para o desenvolvimento econômico, social e ambiental da RMA. Como aliar desenvolvimento econômico, social e ambiental e ao mesmo tempo, garantir que o acesso aos rios e mares sejam garantidos? Por fim, o terceiro motivo é o crescimento de propriedades privadas e comerciais nas praias e em terrenos adjacentes a ela, que podem ser ou não Terrenos de Marinha, e que podem reduzir o acesso livre ao mar e ao rio. Para ilustrar esse terceiro ponto, vamos apresentar dois fenômenos atuais: 1) o crescente número de construção de condomínios horizontais fechados pé-na-areia ou beira-rio e 2) o crescente grau de comercialização nas praias de Aracaju.

Apropriação privada e cerceamento do acesso pela construção de condomínios horizontais fechados: o caso da Barra dos Coqueiros e do Rio Vaza Barris

Segundo o Censo do IBGE (2022), a população de Barra dos Coqueiros (SE) cresceu 66,2% de 2010 a 2022, a maior taxa do estado. O motivo desse crescimento está atrelado ao *boom* imobiliário na região. O mapa a seguir aponta que atualmente existem 18 condomínios pé-na-areia (06 construídos e 12 em fase de construção). Os condomínios pé-na-areia ocupam uma extensão de aproximadamente 14 quilômetros e 3,68 quilômetros de ocupação com acesso direto ao mar.

Para além do mar, o rio também tem recebido crescente atenção do mercado imobiliário. O mapa a seguir mostra a ocupação mais recente das margens do Rio Vaza-Barris por seis condomínios horizontais fechados com acesso exclusivo

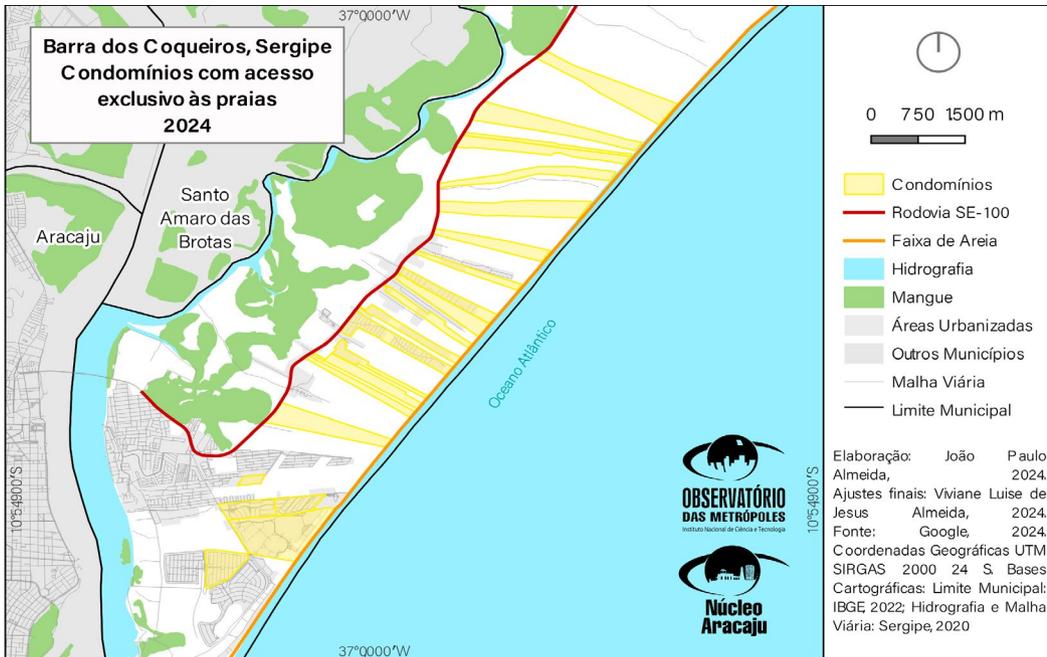


Figura 1: Barra dos Coqueiros, Sergipe, Condomínios com acesso exclusivo às praias, 2024
 Fonte: Google, 2024. Elaboração: João Paulo Almeida, 2024. Ajustes finais: Viviane Almeida, 2024.

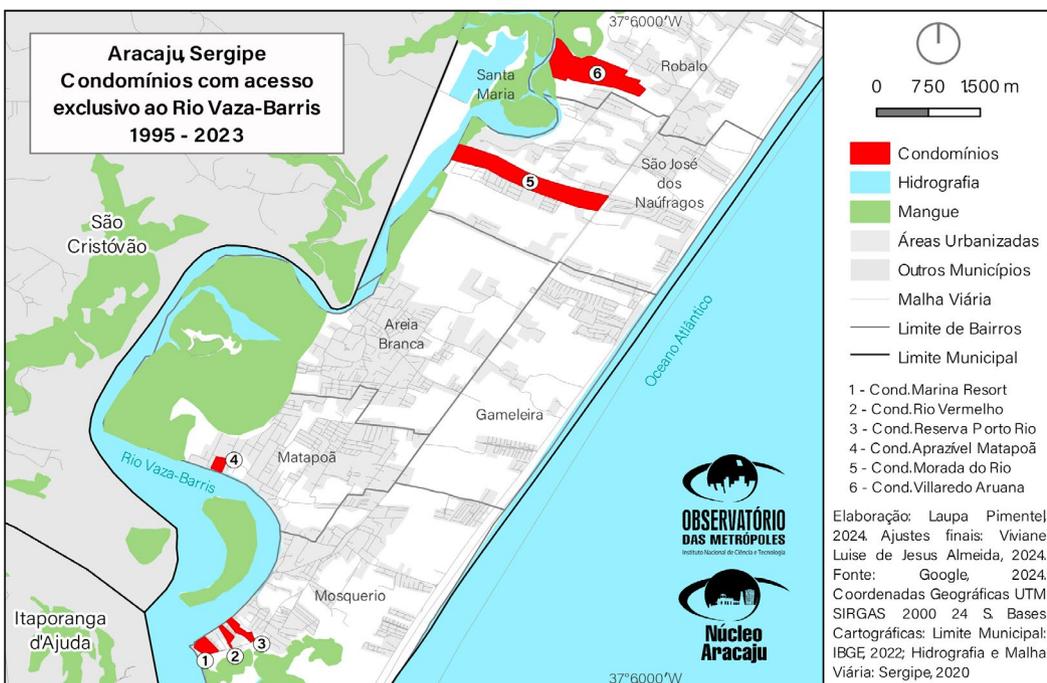


Figura 2: Aracaju, Sergipe, Condomínios com acesso exclusivo ao Rio Vaza-Barris, 1995 - 2023
 Fonte: Elaboração: Laupa Pimentel, 2024. Ajustes finais: Viviane Almeida, 2024.

ao rio: *Morada do Rio* (1995), *Rio Vermelho* (2002), *Marina Resort* (2004), *Aprazível Matapoã* e *Villaredo Aruana* (ambos de 2022, em construção), e o *Reserva Porto-Rio* (2023, em construção).

A especificidade dos condomínios fechados à beira-mar e à beira-rio é que o discurso mobilizado nas propagandas apresenta de maneira bastante evidente o acesso exclusivo à praia e ao rio como

privilégio. Como as propagandas a seguir evidenciam, o que se vende é a exclusividade de acesso, oposta à ideia de acesso livre e irrestrito.

Apropriação comercial e fechamento simbólico do acesso pelos bares de praia da Orla Sul de Aracaju

Desde a abertura da estrada de acesso às praias do litoral sul aracajuano, na década de oitenta, houve um crescimento acelerado de ocupação dessa área por bares chamados “pé na areia”. A região chamada de Orla Sul abrange as praias Aruana, do Sarney, do Robalo, do Refúgio e do Mosqueiro (Figura 3).

Um estudo do SEBRAE realizado em 2007 (Provinciali e Campos, 2008) mostrou que 62% dos frequentadores de praia em Aracaju compravam comida de bares de praia, 16% compravam de ambulantes e 22% traziam de casa. Basta

uma ida à praia ao domingo para ver que a maior proporção das pessoas está em bares de praia. Em 2014, o Ministério Público Federal moveu uma ação visando demolir os bares situados ao longo da orla. No entanto, até o momento, os bares foram incorporados em um projeto de revitalização chamado de “Orla Sul”.

Em Aracaju se desenhou um cenário no qual os bares pé-na-areia conseguiram garantir os seus espaços comerciais sobre as areias das praias. Mas quem são esses proprietários e proprietárias? Uma das autoras deste texto (Eliene) desenvolve uma tese de doutorado no tema e em pesquisa de campo mapeou 65 bares (Figura 3). Em conversas informais com os donos dos bares, averiguou que 28% deles são aracajuanos, 80% têm idade acima de 50 anos; 43,1% sempre trabalharam como proprietário de bar; mais de 70% não possuem graduação; 28% estudaram até a 5ª série e 66% informaram que são membros ativos da associação de bares.



Figura 3: Aracaju, Sergipe, Extensão Orla Sul
Fonte: Eliene Silva, 2023.

Um dado interessante é a longevidade dos estabelecimentos. Mais de 20% dos bares da Orla Sul existem há mais de 30 anos. Apesar dos dados apontarem para o perfil dos proprietários, não há divulgação pública sobre quem são eles, quais os tipos de concessão para o seu comércio etc.

Os bares de praia são empresas que oferecem serviços de recreação e turismo. Em Aracaju, os bares têm ficado cada vez mais sofisticados, ampliando o leque de opções gastronômicas, bebidas, infraestrutura e atrações de lazer. No final de 2023, foi anunciada a construção do Península Club, um *beach club* inspirado no modelo europeu que alia luxo e lazer em uma área considerada paradisíaca.

A presença dos bares pé-na-areia consiste na presença de comércio na praia (Sartore, 2020). Eles existem na forma de concessões e precisamos de dados para saber se eles estão em Terrenos de Marinha, pois, se for esse o caso, uma eventual aprovação da PEC abriria a possibilidade de privatizar a areia da praia. Caso não estejam, a discussão não perpassa necessariamente a PEC nº 03/2022, mas sim a presença de comércio com fins de lucro em bens da União, como é o caso das praias.

Existem várias formas de “curtir” a praia: a “farofa”, comer comida vendida pelos ambulantes e os bares de praia. Apesar de, em tese, os bares serem abertos a todos, existem restrições físicas e simbólicas que limitam o acesso, como a própria arquitetura do bar, os preços do menu e a proibição de levar alimentos de casa (Sartore, Pereira, Rodrigues, 2019). Outro ponto que merece destaque é a busca dos estabelecimentos comerciais em se instalarem em locais privilegiados ou paradisíacos, criando uma segregação econômica que culmina em injustiça ambiental, pois somente podem ter acesso ao

paraíso (praias limpas e desertas) aqueles que podem pagar por ele.

A preocupação geral sobre a aprovação da PEC é sobre as implicações de tirar do governo federal a exclusividade da propriedade dos terrenos de marinha e, ao passar para o município e para particulares, abrir brechas para que o processo de fechamento de acesso às praias se intensifique. Mas, o que os dados apresentados mostram é que processos de ocupação e de cerceamento das praias e rios já estão ocorrendo. Muitas perguntas precisam ser respondidas para podermos decidir enquanto sociedade sergipana como buscar soluções que a coloque na vanguarda do uso de políticas que não apenas preservem o meio ambiente, mas também garantam o equilíbrio entre diversos interesses como os dos proprietários dos bares e dos banhistas que querem garantir o acesso livre e irrestrito às praias hoje e no futuro. A Região Metropolitana de Aracaju tem a oportunidade de inserir essa discussão em suas pautas públicas eleitorais.

Proposições

São dois blocos de proposições. O primeiro implica em investimento em pesquisa. O segundo em ações imediatas para permitir que possamos construir uma sociedade ambiental, econômica e socialmente justa.

Eixo 01 - Pesquisa

A obtenção de dados é uma das principais ferramentas para um bom governo. Assim, a primeira proposição é que o governo invista em pesquisas que busquem os seguintes dados: **1)** Mapeamento e demarcação dos terrenos de marinha; **2)** Censo dos imóveis já construídos em ter-

renos de marinha; **3)** Política de regularização dos imóveis que já estão em terrenos de marinha; **4)** Perfil socioeconômico dos ocupantes dos imóveis que estão em terrenos de marinha; Perfil da natureza dos imóveis: pública, privada, comercial etc.; **5)** Perfil socioeconômico daqueles que adquiriram concessões comerciais para explorar as praias; **6)** Mapeamento da quantidade e extensão de acessos públicos para a praia; **7)** Levantamento de dados sobre o perfil socioeconômico de quem frequenta as praias a partir do uso de aplicativos de geolocalização¹.

Eixo 02 - Ações imediatas

- 1)** Criar um índice de acesso público à praia e correlacionar esse índice com o perfil de imóveis ocupantes dos terrenos de marinha para compreender a correlação entre propriedade privada e comercial e fechamento ou diminuição do acesso à praia;
- 2)** Realizar parceria com a SPU, nos moldes da prefeitura de Belém e Florianópolis, para uma gestão compartilhada dos terrenos de marinha para demarcá-los;
- 3)** Realizar consulta pública para compreender se há uma taxa de

comercialização aceitável das praias por parte da população. A partir disso, criar um “plano diretor” da areia, estipulando regras para estabelecimentos comerciais, principalmente os que garantem o acesso livre às praias e aos rios;

- 4)** Realizar censo oficial dos bares de praia (perfil dos donos, rendimento anual, dentre outros) e das concessões comerciais e disponibilizar os dados para o público;
- 5)** Realizar campanhas de esclarecimento sobre os processos de concessão econômica nas praias;
- 6)** Criar programa em que se exija a colocação de placas indicando que o acesso às praias é público e irrestrito;
- 7)** Comprar novos terrenos para recuperação da vegetação costeira e garantir o acesso público;
- 8)** Criar um aplicativo de acesso à praia e aos rios para o cidadão acessar o mapa e verificar a extensão de concessões comerciais, propriedades privadas e áreas públicas no litoral, nos moldes dos aplicativos existentes, por exemplo, nas Ilhas Cayman e de Massachusetts, nos Estados Unidos.

¹ Um estudo desse tipo está sendo desenvolvido na Califórnia.

Referências

- PROVINCIALI, V. L. N.; CAMPOS, W. O. **Economia da praia:** espaço de lazer e negócios. SEBRAE/SE, 2008.
- SARTORE, M. de S. **Bares pé-na-areia e a farofada na praia:** uma análise Durkheimiana das distinções público/ gratuito-privado/pago no litoral de Aracaju-SE. Revista Pós-Ciências Sociais, 16, 219-238, 2020.
- SARTORE, M. S.; PEREIRA, S. A.; RODRIGUES, C. **Aracaju beach bars as a contested market:** Conflicts and overlaps between market and nature. Ocean & Coastal Management, 179, 2019.

EIXO
GOVERNANÇA E
FORTALECIMENTO
INSTITUCIONAL

EXPERIÊNCIAS, DESAFIOS E PROPOSIÇÕES PARA O PLANEJAMENTO E GESTÃO INTEGRADOS PARA A REGIÃO METROPOLITANA DE ARACAJU

Laís de Andrade Lima

Arthur Almeida Resende

Sarah Lúcia Alves França

Marianna Martins Albuquerque

Experiências e desafios

A governança refere-se à capacidade financeira, gestora e técnica governamental para desenvolver políticas que articulem múltiplos atores, capazes de cooperar, em vista da criação de espaços de planejamento participativos para a tomada de decisão conjunta. No caso da governança metropolitana, visto que as regiões metropolitanas (RMs) não constam como um Ente próprio no federalismo brasileiro, são necessárias estruturas institucionais que permitam articular as esferas estadual e municipal. Isso possibilita o fomento a ações integradas para responder a problemas comuns como transporte público, saneamento, habitação social, entre outros, e garantir uma gestão compartilhada.

Nesse sentido, o Art. 25º da Constituição Brasileira de 1988 faculta aos Estados a competência de criar RMs, embora não tenham sido definidas maiores orientações acerca dessa gestão. Com o advento do Estatuto da Cidade (EC) (Lei nº 10.257/2001), o planejamento metropolitano foi incluído na política urbana, mas foi posteriormente através do Estatuto da Metrópole (EM) (Lei nº 13.089/2015) que houve de fato a regulamentação acerca do planejamento e gestão em regiões metropolitanas e aglomerações urbanas. Como uma de suas valorosas contribuições, o EM prevê a obrigatoriedade de implementação do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI), instrumento obrigatório que estabelece diretrizes para o planejamento e gestão territorial nas RMs, devendo ser compatível com os planos diretores (PDs) locais. No caso do Plano da Região Metropolitana de Aracaju (RMA), verificam-se lacunas e retrocessos em sua efetividade, os quais são objeto de apreciação deste artigo,

que objetiva apontar experiências, desafios e propostas para enfrentar o desafio de pensar a RMA na escala metropolitana.

A RMA – composta pela capital sergipana, Barra dos Coqueiros, Nossa Senhora do Socorro e São Cristóvão – foi criada através da Lei Complementar nº 25/1995, que estabelece em seu Art. 4º que as ações comuns devem ser conduzidas por um Órgão Colegiado, a ser estabelecido e regulamentado por legislação própria. Com a nova redação dada pela Lei Complementar nº 86/2003, observa-se que houve uma subordinação das chamadas Funções Públicas de Interesse Comum (FPICs) à execução, planejamento e coordenação do Estado.

Numa perspectiva histórica, observa-se, que desde a criação da RMA, houve dispersão nas diferentes estruturas administrativas estabelecidas pelo Governo Estadual, referente ao planejamento e gestão do arranjo metropolitano. Isso é flagrante nas disposições do Decreto Estadual nº 22.646/2003, que transferiu para diversas secretarias do Estado a coordenação e execução das FPICs. Todavia, permanecia pendente a regulamentação de uma instância deliberativa.

Essa lacuna é preenchida mediante Lei Ordinária nº 5.355/2004, que institui o Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Aracaju (CONDEMETRO), com caráter normativo, deliberativo e consultivo, embora na composição (Lei Complementar nº 5.658/2005) não tenha representação da sociedade civil. Assim, decisões quanto ao transporte público, saneamento básico, habitação e planejamento integrado ficam dominadas pelo Estado, com doze votos, contra quatro das prefeituras. Isso é mais alarmante ao considerar que nenhum dos municípios aprovaram a RMA nas suas Câmaras de Vere-

adores, como previsto na Constituição do Estado de Sergipe (1989).

O quadro institucional metropolitano no início do século foi marcado pela ausência das atividades do CONDEMETRO, fundamental na operação do arranjo. Apesar disso, o planejamento ficou a cargo da Secretaria de Estado de Integração de Serviços Públicos Metropolitanos (SECMETRO), desfeita na reforma administrativa de 2007. Ao longo dos últimos vinte anos, a gestão da RMA foi transferida sete vezes entre nove secretarias com diferentes atribuições, em algumas vezes pouco correlatas, dificultando a clareza do responsável sobre as políticas relacionadas à temática metropolitana.

Na atual gestão do governo estadual, a retomada da questão metropolitana ga-

nhou novo enfoque, desencadeando em nova configuração administrativa, concedendo à Secretaria de Estado da Casa Civil (SECC) a coordenação e o auxílio no desenvolvimento das ações de interesse das Regiões Metropolitanas (Lei Complementar nº 9.156/2023). Nesse sentido, mais um passo foi articulado em janeiro de 2024, com a criação da Secretaria Especial de Planejamento, Orçamento e Inovação (SEPLAN), vinculada a SECC, que dentre suas atribuições, é responsável por organizar e executar as FPICs da RMA e seus respectivos planos, programas e projetos (Lei Complementar nº 9.373/2024). Em sua estrutura, a SEPLAN trouxe a Subsecretaria de Desenvolvimento Regional e Gestão Metropolitana (SDR), com a competência direta da temática metropolitana (Figura 1).

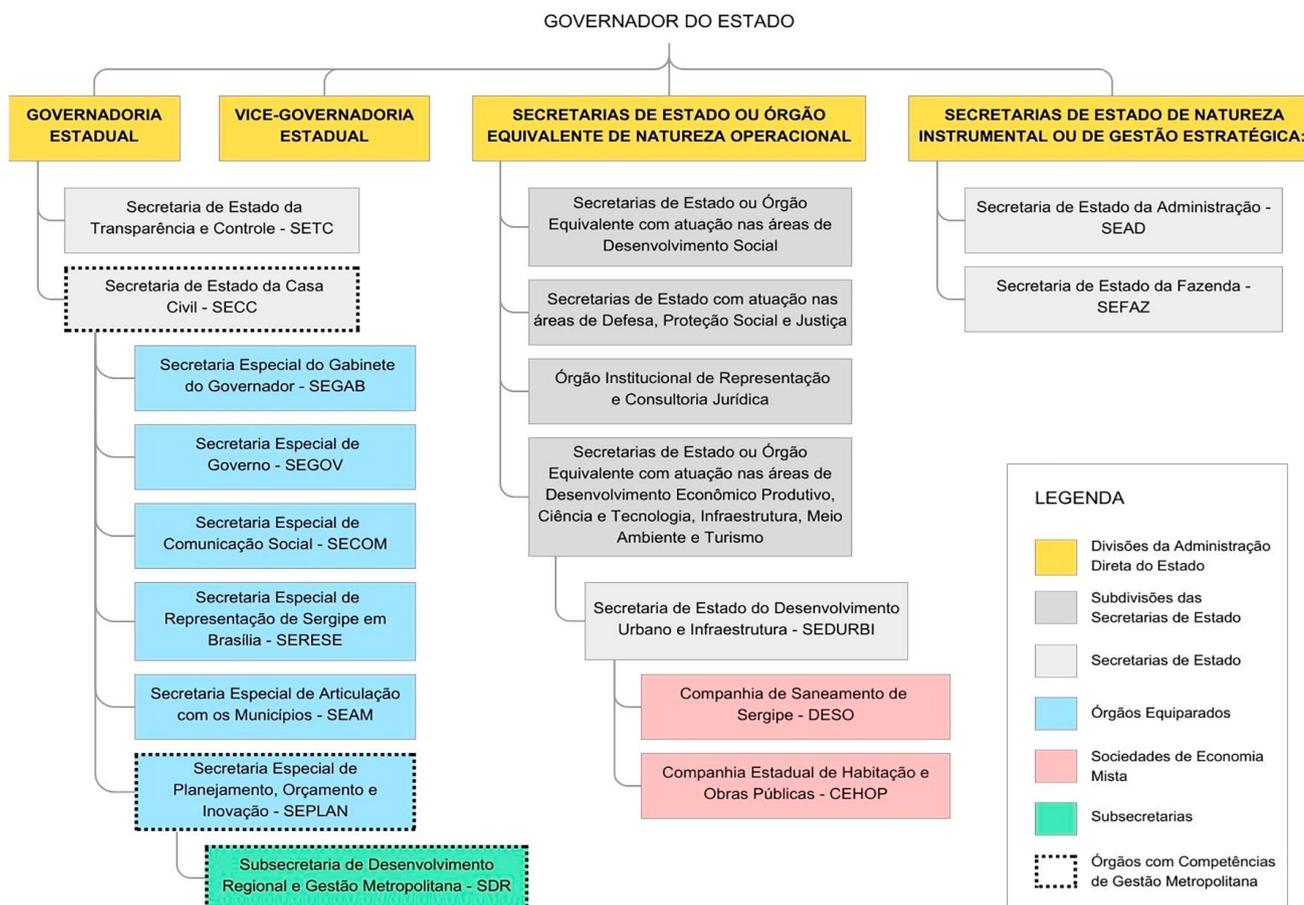


Figura 1: Estrutura organizacional parcial da Administração Estadual e seus aspectos metropolitanos em 2024

Fonte: Leis Ordinárias nº 9.156/2023, nº 9.373/2024 e nº 9.434/2024. Elaboração: Laís Lima, Arthur Resende, Sarah França, 2024.

Entretanto, quanto aos municípios que integram a RMA, por sua vez, persiste a falta de diálogo e cooperação intermunicipal, resultando na não efetivação de políticas urbanas integradas. Entre as experiências falhas desse tipo de governança, o Consórcio Público de Saneamento Básico da Grande Aracaju (CONSBAJU) pretendia somar esforços entre a RMA e outros sete municípios para integrar uma política de resíduos sólidos. Todavia, Aracaju, Nossa Senhora do Socorro e Rosário do Catete decidiram não pactuar e criar suas próprias soluções individuais para essa questão (Souza, 2020).

Em 2015, houve uma tentativa, mediante Lei Complementar nº 266, de estabelecer o Consórcio de Transporte Público Coletivo Intermunicipal de Caracter Urbano da Região Metropolitana de Aracaju (CTM) e uma Política Estadual de Mobilidade Urbana da Região Metropolitana. No entanto, somente em 2024 o CTM foi devidamente efetivado, sendo composto pelos quatro municípios metropolitanos e o Governo do Estado, e coordenado pela Prefeitura Municipal de Aracaju. Esta, apesar de ter atribuições intramunicipais, tem poder decisório sobre o planejamento desse serviço público, embora seja feito junto aos gestores representantes dos demais entes que fazem parte do consórcio.

Com o Estatuto da MetrÓpole, foram fixadas como obrigadoriedades a definição e formalização do arranjo metropolitano em lei pelo Estado, com implantação de estrutura de governança interfederativa própria e do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI). A partir disso, surgiu a necessidade de reestruturação institucional da RMA, na figura do Grupo de Trabalho Intersecretarias (GTI), instituído em 2016 pela então Secretaria de

Estado da Infraestrutura e do Desenvolvimento Urbano¹ (SEINFRA), que procurou revisar a conjuntura metropolitana e formular o PDUI. Entretanto, devido a tensões políticas aliadas a inseguranças jurídicas e discordâncias quanto às FPICs, Aracaju declarou sua saída do Grupo, o que forçou a continuidade dos trabalhos sem a capital.

Conforme as Leis Complementares nº 25/1995 e nº 86/2003, o planejamento, organização e execução de FPICs e a captação de recursos cabem ao Estado, além disso, as deliberações do Órgão Colegiado também deveriam ser coordenadas pelo mesmo. Ainda, seria formado, em sua maioria, por representantes do poder executivo estadual (Leis Complementares nº 5.355/2004 e nº 5.658/2005). Por conta disso, a gestão metropolitana é extremamente dependente do corpo do Estado e sujeita a alternância de gestão, denotando a necessidade de reformulação, visando uma estrutura horizontalizada e participativa, conforme o Estatuto da MetrÓpole.

De fato, nota-se que a conjuntura da gestão metropolitana é frágil, marcada pela falta de diálogo entre os entes federativos, o que resultou em tentativas frustradas de cooperação. A limitação das gestões locais impede a solução dos déficits de infraestrutura, serviços, habitação e transporte intermunicipal, serviços públicos essenciais que, se tratados na escala metropolitana, geram racionalização dos custos técnicos e financeiros. Carece a compreensão de que as problemáticas urbanas ultrapassam os limites municipais, exigindo visão integrada que garanta uma governança efetiva e insira essa pauta nas agendas municipais, uma

¹ Hoje Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Infraestrutura (SEDURBI)

vez que a coordenação estadual, apesar de essencial, não é condição única para a efetivação da gestão e governança metropolitanas na RMA.

Proposições para governança metropolitana

A questão chave na perspectiva de contribuir para soluções da questão urbana e metropolitana em Sergipe é a estrutura institucional. O enfraquecimento do planejamento e das gestões municipais, que também encontram dificuldades de condução na RMA, foi evidenciado e merece atenção especial, focada nos instrumentos e no modelo de governança. Em termos específicos, faz-se necessário elencar algumas propostas a serem inseridas na agenda de debates para o pleito eleitoral.

Nesse sentido, é fundamental a reformulação institucional da governança metropolitana, objetivando planejar, de forma articulada e interdisciplinar, entre os municípios integrantes da RMA. O escopo da política urbana e regional deve associar temáticas como: mobilidade, habitação, economia, meio ambiente, saúde e saneamento básico. Essas temáticas podem ser objeto de estudo de uma entidade de pesquisa, que comporia a instância metropolitana, a ser coordenada por uma agência, para o suporte técnico-operacional das políticas. Ademais, a criação de um sistema de informações metropolitanas manteria bases de dados atualizadas, essenciais para subsidiar estudos e tomada de decisões de forma transparente. Também pode-se propor Câmaras Técnicas, com caráter consultivo, para apresentar e discutir, entre técnicos e representantes do Estado,

municípios e sociedade civil organizada, propostas e projetos relativos às suas respectivas competências, nos mesmos moldes da Região Metropolitana da Grande Vitória e da Região Metropolitana da Baixada Santista

Em ambas as RMs adotadas como exemplo, observa-se a existência de um tripé composto por um conselho normativo-deliberativo (e suas câmaras temáticas consultivas), um fundo metropolitano (e sua instância administrativa), e entidade autárquica de funções técnico-administrativas (agência ou instituto). Na RMGV, são expressivas as instâncias de participação popular, que estão integradas em todas as entidades metropolitanas, enquanto na RMBS há uma forte participação municipal, base legal sólida e grande autonomia por conta de sua Agência Metropolitana autárquica. As experiências das duas RMs indicam possibilidades de arranjo institucional que permitem um equilíbrio de forças entre estado, município e sociedade civil, beneficiando a formulação de soluções integradas para os problemas metropolitanos.

Em se tratando de práticas democráticas na RMA, é importante incluir e estruturar um sistema de participação popular no arranjo. Nessa orientação, a reformulação do CONDEMETRO pode contemplar a representação da sociedade civil organizada, movimentos sociais e gestão pública, prevendo composições paritárias em todas as instâncias, tendo em vista o equilíbrio de forças. Para que isso ocorra, é necessário que os gestores municipais mantenham diálogo aberto e reivindiquem essa reorganização, garantindo seu espaço no planejamento e gestão conjuntos da Região Metropolitana. Também faz-se importante a criação

do Fundo Metropolitano, que subsidie as ações com recursos financeiros.

Ainda, revela-se urgente a elaboração de estudos diagnósticos para a revisão da delimitação do arranjo metropolitano atual, em face das mudanças e transformações sociais, econômicas e urbanas que se delinearão nos últimos 30 anos de instituição da RMA. Nesse sentido, a realização de estudos diagnósticos para identificação das fragilidades e potencialidades quanto aos aspectos urbanístico, econômico, ambiental, habitacional, social e institucional dos municípios integrantes. Tais pesquisas podem orientar os rumos do planejamento e gestão metropolitana, que devem ser compatíveis com as políticas e interesses de cada ente e com a atual configuração do arranjo, exigindo, por sua vez, também a atualização do seu arcabouço legal.

É fundamental apontar a retomada da elaboração do PDUI, alinhado às determinações do Estatuto da MetrÓpole. O processo de desenvolvimento pode e deve contemplar etapas prévias como elaboração de diagnóstico e concepção de diretrizes e propostas do plano, de forma

amplamente participativa. Ainda, o detalhamento das FPICs a serem partilhadas entre os municípios e das ações a serem desenvolvidas, visando o desenvolvimento metropolitano, seriam as bases para o desenvolvimento das políticas metropolitanas.

A política urbana carece de um reposicionamento no centro do debate local. Nesse sentido, tratar-se-ia a cidade não pelo viés da dotação de infraestrutura, mas como um sistema integrado de pessoas e estrutura construtiva correlacionados, que exige planejamento de usos, ocupação, deslocamentos e as diversas atividades que desempenhamos na nossa vida nas cidades. Assim, dotar as Secretarias Municipais de Planejamento Urbano de aparato técnico capacitado e concursado (arquitetos e urbanistas, assistentes sociais, engenheiros etc.), com equipamentos de ponta e cursos de atualização, sem dúvida, perpassa na importância de centralizar as questões urbanas integradas entre os municípios e especialmente entrelaçadas às setoriais, como educação, transporte, lazer, saúde, habitação, entre outras.

Referências

BRASIL. **Lei nº 10.257, de 10 de Julho de 2001** – Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências.

BRASIL. **Lei nº 13.089, de 12 de Janeiro de 2015** – Institui o Estatuto da MetrÓpole.

IBGE. **Censo Demográfico**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

SERGIPE. **Constituição (1989)**. Constituição do Estado de Sergipe. Aracaju, SE: Assembleia Legislativa do Estado de Sergipe, 1989.

SERGIPE. **Lei Complementar nº 25, de 29 de dezembro de 1995**. Cria a Região Metropolitana de Aracaju e dá providências correlatas.

SERGIPE. **Lei Complementar nº 86, de 25 de agosto de 2003**. Dá nova redação à Lei Complementar nº 25, de 29 de dezembro de 1995, que cria a Região Metropolitana de Aracaju e dá outras providências correlatas.

SERGIPE. **Decreto n.º 22.646, de 29 de dezembro de 2003.** Dispõe sobre a Regulamentação da Lei Complementar n.º 25, de 29 de dezembro de 1995, que cria a Região Metropolitana de Aracaju, e dá providências correlatas.

SERGIPE. **Lei Ordinária nº 5.355, de 04 de junho de 2004.** Dispõe sobre a instituição do Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Aracaju – CONDEMETRO, e dá providências correlatas.

SERGIPE. **Lei nº 266, de 13 de novembro de 2015.** Dispõe sobre a concessão do transporte público da Região Metropolitana de Aracaju aos Municípios de Aracaju, Barra dos Coqueiros, Nossa Senhora do Socorro e São Cristóvão, e dá providências correlatas.

SERGIPE. **Lei nº 9.156, de 09 de Janeiro de 2023.** Dispõe sobre a Estrutura Organizacional Básica da Administração Pública Estadual – Poder Executivo, e dá providências correlatas.

SOUZA, M. C. **Redes de relações, grupos políticos e políticas públicas:** uma história dos consórcios de saneamento básico da Grande Aracaju. III Seminário Nacional de Sociologia UFS, 2020.

**EIXO
ILEGALISMOS
E VIOLÊNCIA NA
PRODUÇÃO DA CIDADE
E SERVIÇOS URBANOS**

O PAPEL DOS PLANOS DIRETORES NA PRODUÇÃO DO ESPAÇO DA REGIÃO METROPOLITANA DE ARACAJU:

podemos falar sobre boiadas urbanísticas?

Sarah Lúcia Alves França

Catarina Carvalho Santos Melo

Raíssa Santana Quintiliano dos Santos

O papel dos planos diretores na produção urbana da Região Metropolitana de Aracaju

Uma das conquistas da luta pela reforma urbana foi o Capítulo da Política Urbana na Constituição Federal, que estabelece a obrigatoriedade da elaboração de Planos Diretores (PDs) em municípios acima de 20 mil habitantes e integrantes de regiões metropolitanas. Em 2001, o Estatuto da Cidade, Lei nº 10.257/2001, reforçou essa determinação, acrescentando outros critérios para inclusão de cidades, além de estabelecer o prazo de 5 anos para os municípios elaborarem ou revisarem seus PDs para adequar-se à Lei Federal. No caso da Região Metropolitana de Aracaju (RMA), os quatro municípios têm obrigatoriedade de atender esse pleito, aprovando suas leis na Câmara dos Vereadores.

Em Aracaju, a Lei nº 042/2000, referente ao Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU) foi aprovada anteriormente ao Estatuto da Cidade, necessitando assim, de revisão para adequação. Embora tenha havido tentativas de revisão em 2005, 2015 e 2021, a capital segue regida por uma lei distante da atual realidade. Nesse período, destacam-se: o acréscimo populacional de cerca de 200 mil habitantes, espalhando domicílios por bairros distantes do centro, através da verticalização e da implantação de condomínios horizontais em meio às características rurais e amenidades naturais. Também ficou marcada a construção de grandes equipamentos, como dois *shoppings*, abertura de vias e pontes, além de conflitos socioambientais em função do desequilíbrio entre adensamento do solo, oferta de infraestrutura e qualidade de vida urbana (França, 2019).

Entretanto, vale retomar que houve mudanças na legislação urbanística ao longo dos anos, especialmente referente ao número máximo de pavimentos, desde os Códigos de Obras e Urbanismo, aprovados em 1966. O gabarito foi objeto de uma sucessão de alterações normativas, que tiveram início nos anos 1970, com a Lei nº 466/1976, Resolução nº 38/1977 e o Decreto nº 154/1999, seguindo após a aprovação do Plano Diretor com as Leis Complementares nº 62/2003, nº 74/2008 e nº 132/2014, dificultando seu cumprimento por parte dos órgãos de licenciamento. Ao longo dessas mudanças, o gabarito¹ foi se estendendo, sem considerar as diferentes capacidades de oferta de infraestrutura e acessibilidade nos bairros, para controlar o adensamento naqueles que têm mais restrições e evitar impactos sociais, urbanísticos e ambientais (Santos, 2022).

Além disso, o Plano Diretor estabelece o instrumento do macrozoneamento, a fim de controlar a ocupação a partir de níveis de adensamento populacional, capacidade de infraestrutura e acessibilidade e condições ambientais. Para tanto, utilizaram-se índices urbanísticos (que deveriam ser diferentes!) para as zonas, como coeficiente de aproveitamento² (CA básico 3, sendo 4 com isenção de outorga onerosa do direito de construir em toda cidade, e CA máximo 6). Definidas

1 Gabarito (G): é o número máximo de pavimentos ou a maior altura que uma construção pode atingir, é utilizado principalmente nos arredores de aeroportos, o chamado cone aéreo.

2 Coeficiente de Aproveitamento (CA): é a relação entre a área construída e a área do terreno, quanto maior é esse índice, mais vezes o solo foi multiplicado, permitindo maior adensamento. Existem 2 CAs: o básico, que é até onde o proprietário pode construir normalmente e o máximo, que é o limite máximo a ser construído. Se o proprietário construir acima do CA básico, deve pagar uma taxa à prefeitura pela área construída a mais, a denominada Outorga Onerosa do Direito de Construir.

em Zona de Adensamento Preferencial (ZAP), de Adensamento Básico (ZAB) e de Adensamento Restrito (ZAR), França (2019) aponta que a que menos teve ocupação é a que tem mais oportunidades urbanas (ZAP), contrapondo-se à ZAR que, apesar de ser “restrito”, recebeu diversos empreendimentos nas últimas décadas. A ausência de diferenciação nos índices, tornou as zonas “livres” para escolha do capital imobiliário (França, 2019; França e Melo, 2022).

A autora ainda argumenta que a legislação permitiu a formação de novos vetores de verticalização a partir dos bairros Centro e São José (ZAP) na direção sul, nos bairros 13 de Julho, Jardins, Farolândia e Atalaia e adentrando o interior, ao oeste, para o Salgado Filho, Grageru, Ponto Novo, Luzia, que correspondem à ZAB 2, além da Aruana (ZAR). Nesse sentido, essas normas tiveram papel relevante na expansão urbana, porque além do mercado imobiliário buscar áreas com atributos naturais ou construídos, a localização deve oferecer potencialidades construtivas, para aproveitar, cada vez mais, o terreno, e convertendo-o em maior número de apartamentos (França, 2019).

Com isso, verifica-se que o PDDU não estabeleceu controle efetivo da ocupação, e sim de permissividade da expansão para bairros sem oferta de infraestrutura, gerando transtornos à população, ao afetar sua qualidade de vida (França e Melo, 2022). Nos bairros Jabotiana e Aruana a rápida ocupação impermeabilizou o solo, reduzindo áreas de drenagem natural, resultando em conflitos socioambientais com ocorrências de inundações e alagamentos, alvos de judicialização do Ministério Público Federal (França, 2019).

No caso da Barra dos Coqueiros, essa judicialização de bloqueio de licencia-

mentos de novos empreendimentos na antiga ZEU de Aracaju, se estabeleceu como um dos fatores que fomentou intensas transformações socioespaciais nos últimos anos, em função da busca de novas áreas para reprodução do capital imobiliário, com características semelhantes, como a presença de elementos ambientais. Soma-se a isso, a inauguração da ponte Governador João Alves, em 2006, e a aprovação do Plano Diretor Sustentável e Participativo (PDSP), Lei nº 02/2008. Alterações nos índices urbanísticos e no macrozoneamento em 2014 (Lei Complementar nº 07), 2015 (Lei Complementar nº 09) e 2016 (Lei Complementar nº 04) modificaram a totalidade do território municipal para zona urbana, possibilitando maiores oportunidades de ganhos lucrativos.

Nessa última alteração, o PDSP estabeleceu, através do macrozoneamento, três zonas: Zonas de Adensamento Básico (ZAB), Zona de Adensamento Prioritário (ZAP) e a Zona de Adensamento Restrito (ZAR), que corresponde à Zona de Expansão Urbana e antiga zona rural, assemelhando-se às denominações da capital. Nesse caso, é importante enfatizar a contradição na definição dos CAs, que no caso do básico para ZAP e ZABs é 1,0 (um) e o máximo da ZAP é 2 e da ZAB 3, sendo que na primeira zona a ocupação deveria ser “prioritária”, ou seja, deveria ter o maior índice de modo a incentivar a multiplicação do solo de forma onerosa (Barra dos Coqueiros, 2016). Apesar de para a ZAR o CA básico ser 0,5 e o máximo 0,8, entende-se que na tendência à tipologia horizontalizada, característica dos condomínios de lotes ou casas, e com aproveitamento de áreas ambientais como elemento de valorização do empreendimento, esses índices não impossibili-

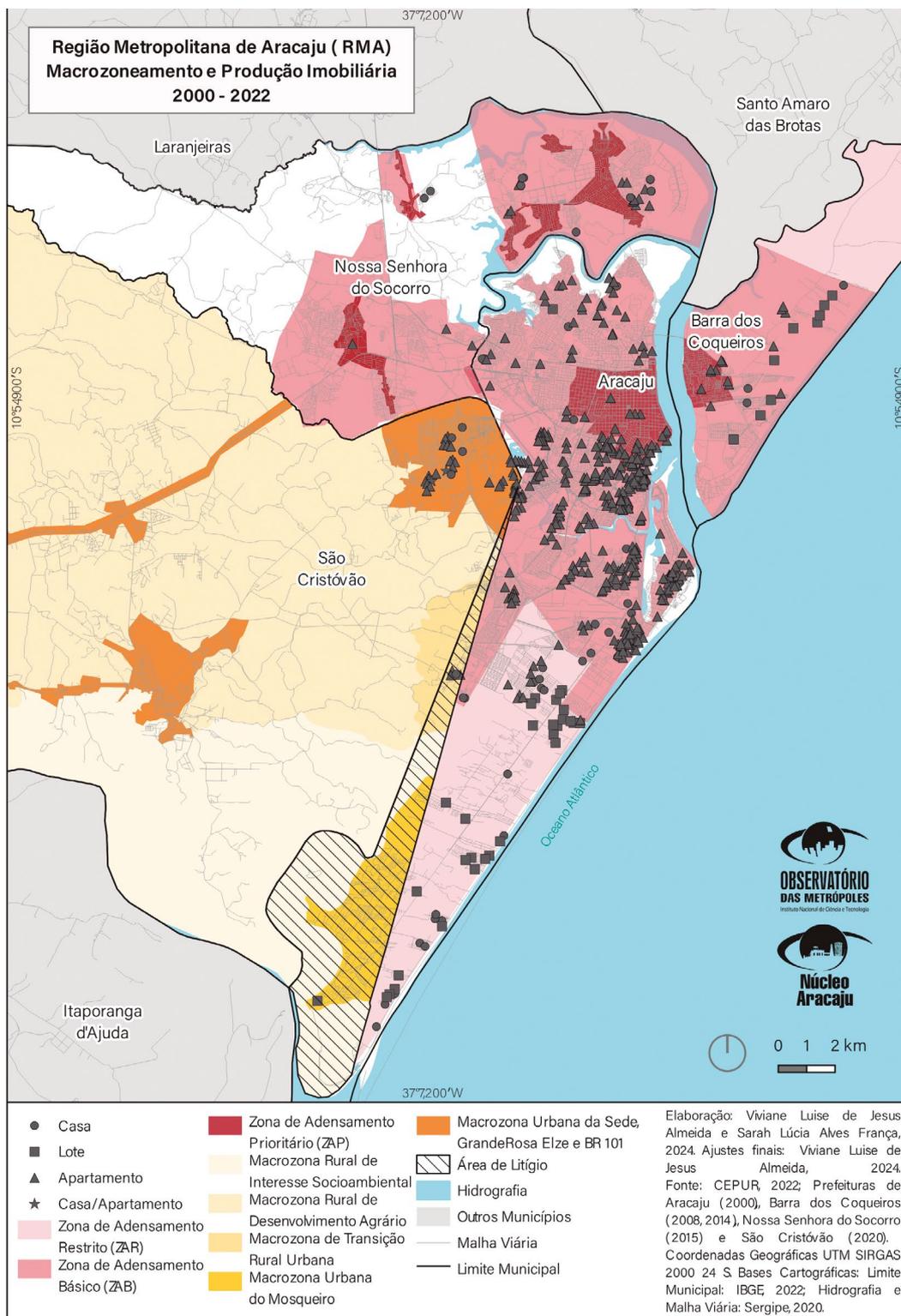


Figura 1: Região Metropolitana de Aracaju, Macrozoneamento e Produção imobiliária, 2000-2022
Fonte: CEPUR 2022. Elaboração: Viviane Almeida e Sarah França, 2024. Ajustes finais: Viviane Almeida, 2024.

tam a ocupação com essa característica dispersa.

Com isso, o processo de dispersão se desloca para outro município, através da implantação de condomínios horizontais na faixa litorânea, chamados “pé-na-areia”, que privatizam o acesso à praia em áreas distantes da sede, sem infraestrutura e serviços públicos, e desencadearam conflitos socioambientais, especialmente para os moradores nativos. Além disso, o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) foi responsável por subsidiar a construção de empreendimentos verticais de até quatro pavimentos na sede, e na rodovia SE-100, destinados a atender famílias de menor renda.

O que se observa para Aracaju e Barra dos Coqueiros é o atendimento aos objetivos econômicos de setores empresariais, mediante alterações na legislação municipal, possibilitando permissividades por meio de índices urbanísticos, favorecendo a construção de empreendimentos imobiliários em grande escala e também grandes equipamentos como shoppings e supermercados atacadistas. O único intuito é impor seus interesses em detrimento da democratização da terra urbanizada, afastando especialmente os grupos de menor renda que estão sendo empurrados da cidade e do direito à moradia digna.

Em Nossa Senhora do Socorro, o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano teve sua revisão efetivada através da Lei nº 1.118/2015, cujo artigo 105 define que esta deve ser realizada em períodos não superiores a 5 anos. A Lei define três zonas: Zona de Adensamento Preferencial (ZAP), de Adensamento Básico (ZAB) e Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS), sendo que a maior parte dos empreendimentos imobiliários são subsidiados pelo PMCMV e PAR estão na ZAB

(CA básico=máximo de 1,0), embora com incentivos de multiplicação do solo na ZAP, com o CA básico de 2,0 e CA máximo de 3,0. Nesse caso, a hipótese perpassa por dois pontos: pelo adensamento na ZAP no Complexo Taiçoca, e pela tendência à horizontalidade, apesar de haver tentativa de substituição da tipologia nas áreas estruturadas. Vale ressaltar ainda que a Lei não define limite de gabarito, embora a maioria dos empreendimentos tenha até 4 pavimentos.

A produção do espaço urbano demarcou-se a partir da construção de dois *shoppings* no Complexo Taiçoca e de condomínios de apartamentos concentrados nas áreas periféricas, abrindo frentes de expansão. Na sede, merece atenção o grande empreendimento habitacional, que dobra a quantidade de domicílios, promovendo a extensão no tecido, sem infraestrutura. Isso aponta a necessidade de maior controle da ocupação através de normativas mais efetivas, a fim de reduzir impactos negativos e transtornos à população, afetando sua qualidade de vida. Assim, ainda que o Plano estabeleça a revisão em um menor intervalo de tempo, ele já carece de nova revisão.

Por fim, São Cristóvão é o único município da RMA cujo plano diretor foi revisado recentemente. O Plano Diretor Participativo (PDP) (Lei nº 470/2020) apresenta divisão do município em sete Macrozonas, sendo cinco em perímetro urbano: as Macrozona Urbana da Sede, da Grande Rosa Elze, da BR 101, de Transição Rural Urbana e do Mosqueiro, com zonas que detalham suas diferentes nuances. A segunda Macrozona recebeu empreendimentos verticais de até quatro pavimentos nas duas últimas décadas, a maioria contratados através do PMCMV, que fortaleceram a abertura de novas áreas entre os bairros

Marcelo Déda e Jabotiana. Quanto aos índices urbanísticos dessa macrozona, o CA máximo é 1,0 (o recomendado pelo Ministério das Cidades), sem definição de gabarito para edificações, o qual determina controle do uso e ocupação do solo, sem incentivar a multiplicação do solo de forma gratuita, ao contrário do estabelecido para a capital.

De fato, o Plano considera as recentes transformações reverberadas pela expansão do tecido urbano da Grande Rosa Elze, através da produção habitacional e das intervenções urbanísticas, especialmente nos bairros Eduardo Gomes, Madre Paulina, Marcelo Déda e Rosa Maria, fortalecendo, cada vez mais, sua relação próxima e intensa com a capital, especialmente no entorno do Campus da Universidade Federal de Sergipe, que passou por ampliação nos últimos anos.

Como propor soluções? Algumas propostas para o debate...

Diante desse cenário, torna-se crucial que os planos diretores expressem o tipo de cidade que a população deseja, ao invés de priorizar interesses econômicos de pequenos grupos. Observa-se nos casos da Barra dos Coqueiros e Aracaju, o incentivo a uma cidade dispersa, partida, segregada e excludente, marcada por ilhas protegidas por extensos e altos muros, que se afastam cada vez mais dos centros e induzem deslocamentos por transporte individual pelas famílias de renda média e alta, causando, por outro lado, transtornos diários à população carente dependente do transporte público de má qualidade.

Nesse sentido, cabem as seguintes reflexões: o que desejamos para o futu-

ro das nossas cidades? Quais valores e prioridades devem orientar o desenvolvimento urbano? Sem dúvida, algumas propostas corroboram o debate atual, como inicialmente pensar na promoção de espaços democráticos na gestão municipal para tomada de decisões referente à política urbana, em especial, nos planos e projetos a serem elaborados. A retomada das conferências das cidades, do conselho das cidades, do orçamento participativo, de audiências públicas devem ser prioridade.

Além disso, a transparência nos documentos, estudos e ações na gestão pública é direito constitucional para dar conhecimento à população. Por exemplo, leis e outras informações importantes, como diagnósticos e relatórios elaborados, deveriam estar disponíveis e atualizados nos *sites* das prefeituras, o que é regulamentado pela Lei nº 12.527/2011, de Acesso à Informação. Outra proposta é a promoção de ações de capacitação de movimentos populares e de educação urbanística para a população que não tem conhecimento sobre questões urbanas.

Sobre a legislação urbanística, é urgente que os municípios revisem os seus planos diretores, de forma participativa, associando o saber técnico ao saber popular, de quem vive e enfrenta diariamente os problemas da cidade. Ou seja, a convocação e participação dos diferentes setores da sociedade civil organizada, movimentos populares, universidades, gestores, conselhos profissionais, empresários é imprescindível para o plano abarcar os interesses da totalidade. É uma pena que Aracaju, que deveria ser exemplo para os demais municípios, tenha o plano diretor mais atrasado dentre as capitais do país, sem implementação dos instrumentos do Estatuto da Cidade.

É o ponto de recomeço do protagonismo da política urbana na cena pública para o enfrentamento das desigualdades socioespaciais e efetividade do direito à cidade e à moradia digna para todos.

Nesse sentido, é obrigatória a elaboração de estudos e diagnósticos que antecedem a elaboração do projeto de lei, com o objetivo de levantar as condições sociais, urbanísticas e ambientais e assim, propor diretrizes e instrumentos que, de fato, democratizem o acesso à cidade. No caso do zoneamento e seus respectivos índices urbanísticos, devem ser consideradas as características de cada local, aptidão a receber novos empreendimentos e população, oferta e disponibilidade de infraestrutura e serviços públicos, anseio da população e outros critérios, para garantir o equilíbrio e sustentabilidade da cidade. Para isso, é obrigatória a participação popular através de audiências públicas, consultas públicas, conselhos etc., com disponibilidade de acesso aos documentos construídos.

Vale recordar como modelo de processo participativo, a revisão do plano diretor de Aracaju, em 2005/2006, coordenado

pela FAPESE/UFS, que durante cerca de 1 ano, envolveu o trabalho de mais de 40 membros integrantes de oito instituições públicas e organismos sociais, na elaboração dos documentos de forma horizontal, coletiva e integrada, a várias mãos. Além disso, também foram realizadas audiências públicas, demarcando a construção democrática do instrumento mais importante da política urbana.

Por fim, propõe-se considerar que o planejamento urbano deve ser pautado no modelo de desenvolvimento que envolva, de forma sistêmica e equilibrada, as dimensões política, econômica, urbanística, social e ambiental, e que se baseie nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU. O foco deve ser a formulação de estratégias que reforcem o compromisso de estabelecer assentamentos humanos inclusivos, seguros e sustentáveis e a garantia da equidade, participação e acesso adequado à moradia, o que tem exigido das gestões municipais, estaduais e federal, o respeito ao ambiente natural e construído, o que até então são questões ignoradas por alguns municípios sergipanos.

Referências

FRANÇA, S. L. A. **Vetores de expansão urbana: Estado e mercado na produção da habitação em Aracaju-SE** – São Cristóvão: Editora UFS, 2019. [recurso eletrônico].

_____; MELO, C. C. S. 20 anos do Estatuto da Cidade e... as tentativas de revisão do Plano Diretor de Aracaju/SE: perdas ou ganhos na Outorga Onerosa do Direito de Construir?. **Revista Brasileira de Direito Urbanístico - RBDU**. Belo Horizonte, ano 8, b. 15, p. 139-163, jul/dez.2022.

MELO, C. C. S. **A Outorga Onerosa do Direito de Construir no Plano Diretor de Aracaju: Perdas ou Ganhos?**. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo) – Laranjeiras: Universidade Federal de Sergipe, 2021. 108f.

SANTOS, R. S. Q. dos. **Entre idas e vindas da legislação urbana: reflexos na verticalização em Aracaju/SE**. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo) – Laranjeiras: Universidade Federal de Sergipe, 2022. 133f.

EIXO
MORADIA E A PRODUÇÃO
HABITACIONAL DE
INTERESSE SOCIAL (HIS)
NAS ÁREAS CENTRAIS,
PERIFERIAS E FAVELAS

PRECARIEDADE DA HABITAÇÃO POPULAR:

desafios à efetivação do direito à moradia
e à cidade na Região Metropolitana de
Aracaju

Viviane Luise de Jesus Almeida

Antônio Francisco do Santos Neto

Sarah Lúcia Alves França

Catharina Nunes Cruz

Nas últimas décadas, diversos foram os termos para tratar de periferia no Brasil. Em 1960, as periferias eram popularmente conhecidas por favelas e em 1980, o IBGE denominou-as de aglomerado urbano, passando para aglomerados subnormais até 2024, quando em nota divulgou a alteração do termo para *Favelas e Comunidades Urbanas*¹.

Esse termo propõe o fortalecimento da sua identidade, humanizando esses espaços, ao evidenciar uma de suas maiores características: o senso de coletividade. Essa mudança constitui um grande passo, não apenas na maneira de apresentação, mas na forma de compreender esses espaços, uma vez que o termo subnormal sugere condição de anormalidade e depreciação, reforçando estigmas de preconceitos com os moradores.

Nesse sentido, a Região Metropolitana de Aracaju (RMA) (formada pelos municípios de Aracaju, Barra dos Coqueiros, Nossa Senhora do Socorro e São Cristóvão), enquanto núcleo urbano em processo de formação desde a segunda metade do século XX, apresenta características especiais no que diz respeito ao surgimento de suas favelas e comunidades, em virtude da geografia natural, com território majoritariamente cercado por manguezais.

Tal particularidade incita um desafio aos gestores públicos, especialmente os municipais, sendo urgente uma atuação focada nos reais problemas da habitação social e em soluções viáveis para atender a realidade local. Assim, esse artigo tem

o objetivo de apresentar as principais características das favelas e comunidades urbanas da RMA, propondo breves soluções para redução do déficit habitacional, de maneira a guiar o poder público nas próximas tomadas de decisões, no cenário das eleições de 2024.

Onde e como estão caracterizadas as “favelas” da Região Metropolitana de Aracaju?

Em mapeamento recente, o IBGE (2019) contabilizou a existência de 161 *Favelas e Comunidades Urbanas* na Região Metropolitana de Aracaju, com 49.364 domicílios. Dentre essas, é possível reconhecer as ocupações do Porto do Gringo no bairro Soledade, a Ponta da Asa no Japãozinho, Ocupação Estrela do Oriente no Bugio na capital sergipana, as Ocupações da Taiçoca em Nossa Senhora do Socorro, o Complexo Andorinha na Barra dos Coqueiros, e a Ocupação Maria do Carmo em São Cristóvão.

Atualmente, conforme o censo demográfico de 2022, essas moradias representam cerca de 12% do total de domicílios permanentes na RMA. Proporcionalmente, embora Aracaju tenha o maior número de moradias em comunidades (33.817), Nossa Senhora do Socorro concentra a maior proporção de unidades em relação ao seu total de domicílios, com 13%. Esses números refletem a carência de moradias efetivamente distribuídas para diminuição do déficit habitacional da população metropolitana, que enfrenta condições inadequadas, carência de urbanização, e em alguns casos, falta de saneamento básico.

É interessante destacar que quase 70% dessas moradias concentram-se em

¹ Para o IBGE (2024, p.52), favelas e comunidades urbanas compreendem “territórios populares originados das diversas estratégias utilizadas pela população para atender, geralmente de forma autônoma e coletiva, às suas necessidades de moradia e usos associados (comércio, serviços, lazer, cultura, entre outros), diante da insuficiência e inadequação das políticas públicas e investimentos privados dirigidos à garantia do direito à cidade”.

Aracaju, majoritariamente nas franjas periféricas, entre os limites com os demais municípios da RMA, o que por muito tempo colaborou para um mito de inexistência de favelas na capital sergipana, comparada à configuração diferente do modelo de “favelas” cariocas. Isso também provém do processo de evolução urbana de Aracaju ter subordinado esses espaços a localizações sem acesso à infraestrutura e serviços, e contraditoriamente, a paisagem hegemônica de grande apelo estético e turístico, que atrelada principalmente à geografia plana da cidade, mascaram a pobreza da cidade (Santos Neto, 2023).

Assim, a visão local sobre favelas fica turva quando se trata apenas de Aracaju, mas se enfatiza ao ampliar a escala para metropolitana, onde é preciso observar que, nos demais municípios, as comunidades urbanas também ficam, em grande parte, na periferia, como o caso dos Complexo Taiçoca e Conjunto Jardim em Nossa Senhora do Socorro e na Grande Rosa Elze em São Cristóvão.

Diante da produção urbana do século passado, mais precisamente aquelas financiadas pelo Banco Nacional de Habitação (BNH), que subsidiou a construção de 86 conjuntos habitacionais com mais de 50 mil moradias em áreas vazias entre os anos de 1968 a 2002 na RMA. Esse processo desencadeou a formação de novos eixos de expansão metropolitana, provocando os efeitos urbanos observados hoje (França, 1999).

O rompimento da malha urbana foi o principal fator para o surgimento de um novo modelo de construção de ocupações na RMA, que a princípio estavam localizadas mais ao centro da capital (Santos Neto, 2023), e em virtude do crescimento urbano, foram expulsas

para as áreas periféricas, principalmente nas franjas dos conjuntos habitacionais, como forma de pressionar o poder público para obtenção da casa própria, aproximando-se daquelas entregues aos moradores contemplados (França, 1999). Esse processo pode ser verificado no entorno dos conjuntos nos bairros Bugio, Santa Maria, São Conrado em Aracaju, no Complexo Taiçoca em Nossa Senhora do Socorro e Tijuquinha em São Cristóvão, que, sendo expulsos das áreas urbanizadas, aproximam-se de áreas de preservação permanente, caracterizadas por mangues e rios (Figura 1).

Dados do extinto Observatório Social de Aracaju, órgão de pesquisa vinculado à Prefeitura, identificaram em 2018 que os bairros Santa Maria (sudoeste), Porto D’Antas e Japãozinho (norte) abrigam o maior número de famílias em situação de pobreza e extrema pobreza, concentrando também grande número de favelas. Isso reafirma as marcas históricas aracajuanas, pautadas pela desigualdade socioespacial extrema das porções norte e sudoeste em relação à ocupação a leste e sul (França, 2022; Almeida, 2022). Essas favelas são sob a forma de “assentamentos espontâneos”, loteamentos clandestinos e irregulares, ou conjuntos habitacionais degradados, de acordo com a classificação sugerida pelo Ministério das Cidades, para a elaboração dos Planos Locais de Habitação de Interesse Social, obrigatório para os municípios acima de 20 mil habitantes.

Entretanto, apesar das diferenças com grandes metrôpoles, principalmente em virtude da horizontalidade da topografia sergipana, contrapondo-se às favelas nos morros cariocas, a periferação da população carente tem semelhanças, atreladas a terrenos sem valor para o mercado

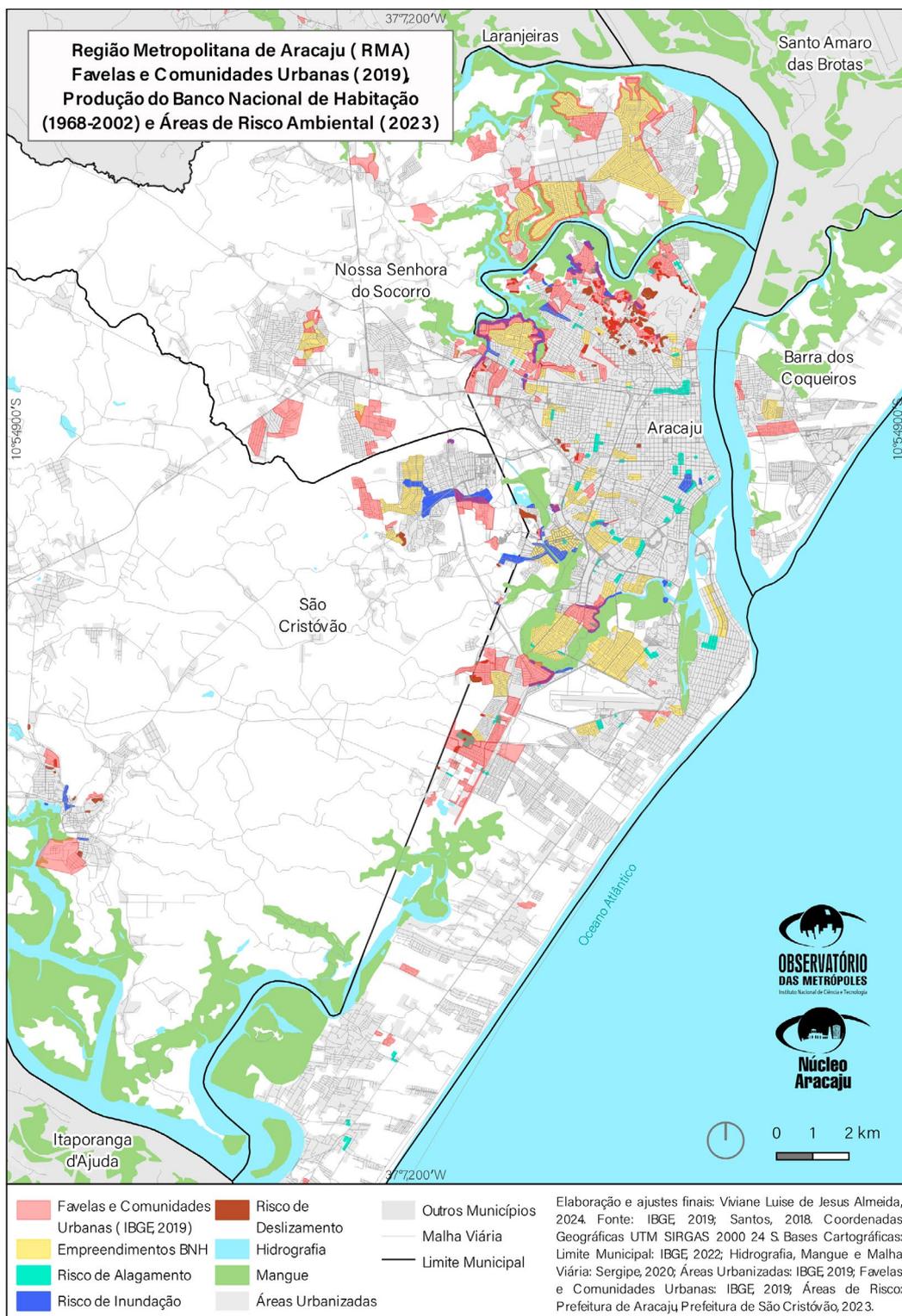


Figura 1: Região Metropolitana de Aracaju, Favelas e Comunidades Urbanas, produção do Banco Nacional de Habitação e Áreas de Risco Ambiental

Fonte: IBGE, 2019; Santos, 2018; Prefeituras de Aracaju e São Cristóvão, 2023. Elaboração e ajustes finais: Viviane Almeida, 2024.

imobiliário, distantes das oportunidades urbanas e das áreas com oferta de infraestrutura, além de alta incidência de áreas de riscos ambientais.

No caso de Aracaju e São Cristóvão, com dados das Secretarias de Defesa Civil das Prefeituras (2023), é possível sobrepor os assentamentos e as áreas de risco e reconhecer que das 95 favelas na capital, 58 incidem em pelo menos uma área de risco, seja de inundação, alagamento ou deslizamento. Em São Cristóvão, dentre as 14 comunidades, contabilizou-se 5, dentre as quais em 4 há incidência periódica de inundação (Figura 1).

Cabe ainda apontar que em muitos casos, como nos bairros Japãozinho, Cidade Nova, Santo Antônio e Bugio em Aracaju, e na Invasão do Maria do Carmo III no Rosa Elze em São Cristóvão, as manchas de riscos correspondem quase à totalidade do limite das favelas, trazendo alerta urgente para fiscalização e acompanhamento constante dos órgãos competentes municipais. Além disso, há necessidade de uma atuação eficiente no problema do déficit habitacional, com um olhar aguçado para as características e necessidades únicas de cada comunidade.

Como propor soluções para o problema da moradia?

É relevante apontar que a ideia local de favelas e comunidades urbanas precisa desmistificar o imaginário de outras metrôpoles brasileiras, pois ainda que haja semelhanças, o arranjo urbano e social não se estruturam da mesma maneira daquela que habitualmente se difunde na mídia nacional e se consolidou no imaginário da população. Apesar da nova terminologia abraçar melhor o tema na escala nacional, o termo ocupações precá-

rias ou assentamentos precários é mais evidente na população sergipana.

Além disso, é extremamente relevante a atualização dos planos diretores municipais com foco na inserção na escala metropolitana, sendo importante destacar que a capital sergipana, que encabeça a RMA, tem o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano vigente datado de 2000, ou seja, antes do Estatuto da Cidade (2001), estando extremamente defasado, não correspondendo com a realidade atual. Esse PDDU (Lei Complementar nº 43) apresenta seis Áreas Especiais de Interesse Social (AEIS), instrumento que garante a democratização do acesso à terra e à moradia digna para a população de baixa renda. Essa defasagem torna-se um entrave para efetivação de intervenções prioritárias nas áreas de precariedade habitacional e na garantia da segurança da propriedade fundiária das famílias residentes dessas moradias precárias, especialmente aquelas existentes e que não estão demarcadas como AEIS. No entanto, é válido pontuar que a Prefeitura Municipal de Aracaju tentou revisar o plano três vezes (2005, 2015 e 2021), embora nenhuma dessas propostas tenha sido aprovada, gerando documentos provenientes de estudos, envolvimento da população em audiências públicas, com propostas não executadas.

Ainda sobre a potência dos instrumentos de planejamento, destaca-se a urgência de atualização e elaboração dos Planos de Habitação de Interesse Social nos municípios de Nossa Senhora do Socorro e Barra dos Coqueiros respectivamente, além de um olhar metropolitano integrado aos já revisados planos de habitação de Aracaju e São Cristóvão. Nesse sentido, elaborar um Plano Metropolitano de Habitação de Interesse Social, de

maneira mais amplificada, atinge a escala metropolitana, justificando pela interseção da localização dessas moradias nas franjas e periferias, especialmente na região dos bairros Santa Maria, Jabotiana e Capucho, na capital, com a Grande Rosa Elze em São Cristóvão, que compartilham o território de mais de um município, e assim se tornando uma questão a ser debatida entre municípios. Sem dúvida, a partir do reconhecimento, identificação, caracterização e mapeamento das áreas de precariedade habitacional, as intervenções urbanas necessárias para melhorar a condição urbana, ambiental, social e econômica desses assentamentos seriam facilitadas de forma planejada e atendendo aos interesses populares e à integridade das famílias nessas moradias a serem objeto de melhorias.

Além da esfera do planejamento, faz-se necessário superar a afirmação de que o problema da moradia precária se resolve apenas com construções de novas habitações, apesar de alguns casos, como incidência em áreas de risco, ser necessária a remoção destas (reposição de estoque), para garantir a segurança da família, com acompanhamento da assistência social. Ainda assim, essas novas moradias devem ser construídas em áreas urbanizadas, próximas às oportunidades urbanas, como postos de emprego, com escolas, postos de saúde e praças no entorno para facilitar seu cotidiano. Também vale ser posto nas proposições, a recuperação de áreas centrais, como carece o Centro Histórico da capital e os bairros São José e Industrial, com inúmeros imóveis abandonados, inclusive patrimônios histórico-arquitetônicos, que carecem de revitalização e poderiam ser utilizados como moradia popular, articulados a outros tipos de usos, como co-

mércios e serviços aproveitando a disponibilidade de infraestrutura.

Deve-se considerar que as metodologias de identificação e caracterização de assentamentos precários devem dividir as necessidades habitacionais e urbanísticas e definir intervenções pontuais para cada área, como obras de urbanização, ou seja, rede de esgoto e/ou água, drenagem urbana, pavimentação, contenção de riscos (geotécnicos e hidrológicos), regularização fundiária, ou mesmo melhorias habitacionais como reforma de piso e/ou cobertura, construção de cômodos e/ou de banheiros.

Esses últimos, podem ser sanados através da implantação de programas de oferta de cesta de materiais de construção e também de Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social (ATHIS), garantindo serviços de arquitetura e engenharia para a população de baixa renda, com formulação de projetos de reforma e/ou de cadastros do imóvel para titulação fundiária. Nesse sentido, articuladamente pelos municípios, ou proposto pelo Governo do Estado, no âmbito de uma "Secretaria Metropolitana", um escritório público de arquitetura, engenharia e direito, através da parceria com os respectivos conselhos profissionais para oferta de serviços para atender essa classe. O apoio institucional e financeiro da gestão pública para atuação profissional nessas áreas, promovido também por meio de editais e concursos de projeto, esse último, inédito na RMA, pode trazer excelentes resultados, como experimentaram outras metrópoles como São Paulo e Rio de Janeiro.

Nesse sentido, ainda outra vertente pode ser a autoconstrução da moradia de forma assistida pode ser uma estratégia interessante para superar o déficit

habitacional, podendo se dar através da oferta de lotes urbanizados pela gestão, ou mesmo pela articulação de movimentos sociais com o Programa Minha Casa Minha Vida, através da modalidade Entidades. Sua dinâmica se dá por meio da concessão de financiamentos a grupos organizados sem fins lucrativos, como associações, sindicatos e outras formas, a partir do uso de recursos públicos, beneficiando famílias com renda mensal de 2 salários mínimos (Portaria MCid nº 725/2023). Cabe aqui reforçar o papel da ATHIS junto ao PMCMV Entidades, para prestar serviço para o desenvolvimento e execução do projeto.

Face a tudo isso, propõe-se a aproximação com a universidade, produtora de conhecimento. Além de projetos de pesquisa, projetos e ações de extensão,

bem como de inovação tecnológica, convênios para realização de cursos de capacitação de gestores e de movimentos sociais, e de articulação em projetos de intervenção nessas áreas, entre profissionais capacitados, os futuros egressos e as comunidades urbanas.

Dessa maneira, reconhecemos o poder do voto como de suma importância para decidir qual gestor terá competência e interesse nessas questões, as quais devem ser prioritárias. Afinal, antes de educação, saúde e emprego, a moradia é condição para sobrevivência e dignidade do ser humano, e especialmente do pleno exercício da cidadania e participação e acesso às oportunidades sociais e urbanas, sendo, portanto, urgente a centralização da política habitacional no debate político.

Referências

ALMEIDA, V. L. de J. **A produção da habitação na região metropolitana de Aracaju: entre semelhanças e contradições.** Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal de Sergipe. Laranjeiras, 2022.

FRANÇA, S. L. A.; ALMEIDA, V. L. de J.; SANTOS NETO, A. F. dos. Dinâmicas da produção da moradia precária e desigualdades sociais na Região Metropolitana de Aracaju. In **Reforma Urbana e Direito à Cidade: Aracaju**. 1. Ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2022.

FRANÇA, V. L. A. **Aracaju: Estado e Metropolização.** São Cristóvão: UFS, 1999.

IBGE. **Aglomerados Subnormais: classificação preliminar e informações de saúde para o enfrentamento à COVID-19.** Rio de Janeiro: IBGE, 2020.

_____. **Favelas e Comunidades Urbanas.** Rio de Janeiro: IBGE, 2024.

SANTOS NETO, A. F. dos. **Segregação na expansão urbana: uma cronologia dos assentamentos precários de Aracaju/SE.** Dissertação (Mestrado em Urbanismo) – FAU, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2023.

VIOLAÇÕES DO DIREITO À MORADIA EM ARACAJU:

realidade, lutas e reforma urbana como
cenário possível

Carla Alessandra da Silva Nunes

Marcelo Santos do Nascimento

Tainara Paixão

Levy Santos Nascimento

Neste artigo problematizamos a questão habitacional no cenário de Aracaju. Nos interessa evidenciar, especificamente, a violação do direito à moradia digna para famílias que vivem nos assentamentos precários, nas favelas, nas ocupações de terrenos e prédios públicos e privados, tantas vezes despejadas, removidas, deslocadas, atingidas por inundações, deslizamentos, sem acesso à água, energia, saneamento básico, serviços públicos de educação, saúde, lazer. Significa dizer que, apesar do abrigo da lei, as famílias da classe trabalhadora estão desabrigadas do acesso ao direito humano e constitucional básico: o direito à habitação.

Se por um lado há um consenso sobre a gravidade da questão habitacional brasileira, principalmente nos últimos vinte anos, por outro, é preciso reconhecer que já se tem um acúmulo sobre proposições e alternativas para o enfrentamento de tal problemática. Os movimentos sociais de luta pelo direito à cidade e à moradia, os espaços coletivos como o Fórum Nacional de Reforma Urbana, as universidades e os coletivos de pesquisadores têm contribuído para avançar esse debate no qual é central a defesa da reforma urbana. O artigo sistematiza algumas dessas proposições por entender que é necessário e urgente avançar para uma reforma urbana em Aracaju e sua região metropolitana, processo que exigirá compromissos do Estado e o protagonismo da classe trabalhadora organizada.

Para dar conta da tarefa, o presente artigo recupera e amplia as reflexões que publicamos em Nunes et al (2024), uma vez que o texto se insere no projeto "Observatório das Metrópoles nas Eleições: um outro futuro é possível". Feita essa consideração, organizamos nosso artigo,

para além desta introdução, em mais dois itens. O segundo item recupera resultados de pesquisas, apresenta o cenário atual de violação do direito à moradia digna em Aracaju e como esse processo deflagra lutas e resistências; o terceiro item apresenta as considerações finais, de caráter mais propositivo, aponta a reforma urbana como um cenário possível.

Cenário de violações e lutas por moradia digna na cidade de Aracaju

A ausência ou precário acesso à moradia é uma condição histórica e socialmente determinada, fruto das contradições de uma sociedade capitalista na qual quem trabalha e produz a riqueza na cidade, não usufrui, não se beneficia do seu crescimento e da sua expansão. Temos acordo com autores como David Harvey (2012), Ermínia Maricato (2015) e Raquel Rolnik (2015), quando advertem que a apropriação capitalista do solo urbano produz desigualdades sociais, promove a segregação socioespacial e precariza ou nega à classe trabalhadora o direito à cidade.

Ora, na cidade capitalista tudo é mercadoria e nessa perspectiva, para ter acesso a uma casa, o trabalhador precisa pagar por ela, mesmo que seus salários sejam rebaixados, mesmo que não saiba se terá ou não uma renda ao final do dia ou do mês, num país com altos índices de informalidade, precariedade e desemprego. Sem condições de comprar um imóvel ou arcar o ônus do aluguel, a classe trabalhadora recorreu historicamente à autoconstrução de suas moradias nas áreas que não são disputadas pelo mercado imobiliário, áreas sem infraestrutura, sem condições de abastecimento de água,

energia, saneamento básico, áreas de risco ou de preservação ambiental, nas áreas periféricas, enfim, nos assentamentos precários.

Para além da prática de autoconstrução, a organização coletiva tem levado a classe trabalhadora a enfrentar a violação do direito à moradia por meio das ocupações dos vazios urbanos, sejam terrenos, prédios públicos ou privados, sem função social. Todavia, o Estado ao invés de proteger o direito dessas famílias, respaldado pelas normativas urbanas que garantem a função social da propriedade, tem respondido a todo esse processo com a criminalização dos movimentos sociais, reintegração de posse, despejos e remoções, uso do aparato policial na defesa da propriedade privada que ali está vazia para alimentar a lógica da especulação imobiliária e os altos preços dos imóveis. Nessa direção, o Estado reforça a lógica do mercado. A habitação é tratada como mercadoria e não como um direito social.

Prestemos atenção para o cenário de Aracaju: “mirando as ondas do mar”, no seu lado leste, podemos nos encantar com a paisagem, a brisa, a beleza do encontro do rio com o mar dessa pequena capital que, segundo o Censo do IBGE de 2022, tem 602.757 mil habitantes. Mas para quem se move “nas ruas de Ará” e atravessa suas pontes, seus viadutos, suas avenidas, descobre por trás da cortina de sofisticados edifícios e bairros elegantes que exhibe a “gente bacana” da cidade, um cenário devastador de gente morando em domicílios inadequados distribuídos em assentamentos precários nas periferias dos bairros, de norte a sul da capital.

Na entrada dos anos 2000, Aracaju já acenava para o desafio de 23.751 domicílios precários (Aracaju, 2014). Duas dé-

cadas depois, as estimativas já anunciam a existência de 46.683 mil domicílios inadequados (Nascimento, 2022). Não precisa muito esforço para constatar que a moradia vem sendo artigo de luxo para poucos e que Aracaju ostenta em seus bastidores a precarização das condições de habitação da classe trabalhadora. São mulheres e homens, trabalhadoras e trabalhadores, crianças, jovens e idosos, negras, negros, pessoas com deficiência, população LGBTQIAPN+, enfim, segmentos pauperizados da classe trabalhadora vivendo em favelas, ocupações, loteamentos do tipo irregular e clandestinos e conjuntos habitacionais degradados. São famílias sustentadas, em sua maioria, por mulheres negras, inseridas em trabalho informal. Em maio de 2024, o Cadastro Único registrou 194.862 pessoas em famílias com renda per capita de até meio salário mínimo na capital Aracaju.

Insistimos que o aumento expressivo de assentamentos precários deve-se à negligência do Estado, dos governos federal, estadual e municipais que até o momento não implementaram uma política urbana e uma política habitacional que priorize o direito à cidade e a habitação de interesse social. São os interesses capitalistas que capturam o Estado e inviabilizam um sistema público de habitação, com orçamento, equipes profissionais, gestão democrática, com vistas a atender às necessidades dos que vivem e moram nas cidades da RMA.

A negação do direito à moradia adequada para milhares de famílias da RMA provoca conflitos socioambientais, lutas sociais por moradia, ocupações de terrenos e prédios vazios cada vez mais frequentes. Nas pesquisas desenvolvidas com o objetivo de identificar e caracterizar tais conflitos, mediados pela questão

habitacional (Nascimento, 2022), foi possível destacar casos emblemáticos de lutas organizadas por movimentos sociais em Aracaju, dentre os quais se destaca o Movimento de Trabalhadores Urbanos (MOTU), o Movimento dos trabalhadores Sem Teto (MTST) e o Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB).

A Ocupação 1º de Maio, no Hotel BrisaMar, por exemplo, reuniu no ano de 2008, 160 famílias no bairro Atalaia, área turística e de grande interesse do mercado imobiliário. Mobilizadas pelo MOTU, as famílias ocuparam o imóvel de propriedade privada, cuja construção estava irregular e ficou abandonado por anos, sem função social. A reintegração de posse foi a resposta do Estado, com uso da violência policial para o despejo de mulheres, crianças, idosos, trabalhadores que exigiam seu direito à moradia. As famílias foram alojadas pelo poder público estadual em um galpão no bairro Siqueira Campos, numa estrutura física sem conservação, insalubre e sem privacidade. Mas as famílias resistiram e em 2016 parte delas foi contemplada com casas em um conjunto residencial no bairro periférico na zona Norte da capital, o bairro Porto Dantas, com menor interesse do mercado imobiliário. Ocupações como "Ocupação das Mangabeiras" que reuniu 1000 famílias (MOTU), "Marielle e Anderson Vivem" que mobilizou 727 famílias (MTST), "João Mulungu" com 73 famílias (MLB) e outras que certamente irão se expandir nos terrenos vazios e prédios abandonados da nossa cidade, demonstram que o direito à moradia é negado aos segmentos pauperizados, e que a violência contra as famílias e a criminalização dos movimentos tem sido a resposta mais recorrente do Estado (Nascimento, 2022).

Para podermos vislumbrar um novo

cenário, especialmente na conjuntura de eleições municipais, faz-se necessário pautar a agenda da reforma urbana, sem a qual as violações do direito à moradia continuarão a protagonizar a cena urbana de Aracaju e sua região metropolitana.

Proposições

A análise da realidade implica também proposições para novos cenários e o modelo de cidade e de moradia que a classe trabalhadora deseja construir. Nessa direção, a primeira Conferência Popular pelo Direito à Cidade, realizada em 2022 na cidade de São Paulo, demonstra o acúmulo conquistado. A Conferência contou com a adesão de mais de 600 movimentos populares, entidades, coletivos, grupos de direitos humanos e acadêmicos, inclusive lideranças de movimentos da RMA, a exemplo do MTD/MOTU. Foram 230 eventos preparatórios em todo o país, reunindo milhares de pessoas. O resultado desse intenso debate foi a Plataforma de Lutas Populares pelo direito à cidade, cujas propostas sinalizam os caminhos para o enfrentamento da violação do direito à moradia digna.

Reconhecemos que as contribuições dos movimentos sociais, articuladas aos mais críticos e fundamentados estudos sobre direito à cidade, reforma urbana, direito à moradia digna (Rolnik, 2015; Maricato, 2015; CFESS, 2016) oferecem um conjunto de proposições que reafirmam a urgente reforma urbana como condição para garantir as conquistas sociais e democráticas já asseguradas na Constituição de 1988 e em outras normativas que regulamentam o direito à cidade e à moradia digna (Brasil, 2001; Brasil, 2004).

A elaboração e aprovação da Política

Nacional de Habitação (PNH) em 2004 representou um marco significativo, pois reconheceu que o país historicamente negou habitação adequada aos seus trabalhadores. Em 2005, a criação do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social reforçou essa conquista. No entanto, apesar dos avanços, a falta de prioridade na agenda e no orçamento público, os ajustes fiscais e as recentes ofensivas contra os espaços de participação e controle social acabaram adiando os benefícios da moradia como um direito social, mantendo a lógica da habitação como mercadoria. Mas outros roteiros podem construir novos cenários. Destacamos então três aspectos fundamentais que indicam o compromisso de um plano de governo com a reforma urbana e a garantia da moradia como direito social:

1) Assegurar a função social da propriedade: faz-se necessário assegurar que a terra urbana, a casa, assim como importantes serviços sociais ultrapassem a lógica da mercadoria, cujo acesso depende da posse de outras mercadorias, especialmente o dinheiro. Desmercantilizar a casa para que seu uso seja possível para um amplo contingente da classe trabalhadora é uma condição básica para garantir o direito à moradia. Do contrário, tem-se mais casas vazias do que gente precisando de teto. O censo IBGE 2022 registrou a existência de quase 35 mil domicílios permanentemente vazios em Aracaju. Se o direito à moradia for prioridade nos programas de governo das eleições de 2024, certamente o vazio desses imóveis pode ser ocupado por uma política habitacional de interesse social efetiva, reduzindo em

muito as dificuldades de acesso à moradia, principalmente em áreas já urbanizadas, por parte dos segmentos pauperizados.

2) Assegurar a participação ampla dos movimentos sociais na formulação, na gestão e no controle social da política urbana e de moradia e não criminalização das suas lutas: a participação dos movimentos sociais nas políticas sociais de habitação implica participação nas decisões sobre o destino do orçamento público, o destino de imóveis e terrenos sem função social, sobre a gestão de programas habitacionais, especialmente garantindo que a produção de moradias promova o modelo de autogestão na habitação. Na perspectiva do direito à cidade é preciso priorizar o protagonismo popular sem que isso signifique a ausência de assistência técnica e apoio do trabalho social. Assim os projetos de moradia podem respeitar a cultura, os valores, as expectativas de quem vive nas cidades da RMA. Para os protagonistas da luta por moradia nas ocupações, a expectativa é que o Estado responda com políticas sociais e não com polícia, repressão, remoção e despejos forçados nas ações de reintegração de posse, quando é comum a violação dos direitos humanos. É possível evitar “tanta dor, tanta agonia” com a remoção de inúmeras famílias que pelo tempo em que foram negligenciadas pelo Estado e pelos governos, criaram formas de resistência, de renda, de relações e de vida nas favelas e comunidades urbanas que precisam ser urbanizadas. Com aporte de recursos é possível não

remover a população do seu território e garantir serviços públicos de água, energia, saneamento básico, equipamentos sociais e garantir os cuidados preventivos contra inundações e deslizamentos e proteção ambiental.

3) Fortalecer e qualificar a política de habitação articulada à política urbana: a RMA carece de capacidade institucional, técnica e financeira para implementar o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS). Ainda há muito a avançar para garantir a estrutura administrativa que supere a fragmentação das políticas setoriais urbanas. Além disso, a demanda por profissionais organizados em equipes interdisciplinares, com política de valorização, capacitação e vínculos que fortaleçam o serviço público precisa ser urgentemente

atendida. Obviamente, a organização institucional requer garantia de recursos no orçamento e para isso, na disputa pelo fundo público, há que se priorizar a garantia do direito social à moradia digna e à cidade, as políticas sociais e os instrumentos políticos e jurídico-normativos que podem efetivá-los.

Em síntese, o cenário possível da reforma urbana requer enfrentar a lógica mercantilista da cidade, a propriedade privada como única forma de acesso aos bens necessários à produção e reprodução da vida humana, implica ampliar os espaços coletivos de participação de modo que os segmentos da classe trabalhadora sejam sujeitos nas decisões sobre as intervenções do Estado, especialmente aquelas que impactam o morar e o viver bem nas cidades.

Referências

ARACAJU. Secretaria Municipal de Planejamento e Orçamento. FRANÇA, V. L. A. **Relatório Final do Diagnóstico da Cidade de Aracaju**. Aracaju, 2014. Disponível em: <s://ewsdata.rightsindevelopment.org/files/documents/11/IADB-BR-L1411_WbttEZe.pdf>. Acesso em outubro de 2020.

BRASIL. Ministério das Cidades. **Política Nacional de Habitação**. 2004. Disponível em: <https://antigo.mdr.gov.br/images/stories/ArquivosSNH/ArquivosPDF/4Politica-NacionalHabitacao.pdf>>. Acesso em julho de 2021.

CFESS. **Atuação de assistentes sociais na Política Urbana: subsídios para reflexão**. Brasília, 2016. Disponível em: <<http://www.cfess.org.br/arquivos/CFESS-Subsidios-PoliticaUrbana-Site.pdf>>. Acesso em março de 2022.

HARVEY, D. **O direito à cidade**. Lutas Sociais, São Paulo, n.29, p.73-89, jul./dez. 2012. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/272071/mod_resource/content/1/david-harvey%20direito%20a%20cidade%20.pdf>. Acesso em agosto de 2022.

IBGE. **Aglomeramentos Subnormais 2019: Classificação preliminar e informações de saúde para o enfrentamento à COVID-19**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/tipologias-do-ter>

[ritorio/15788-aglomerados-subnormais.html?=&t=o-que-e >](#). Acesso em março de 2020.

MARICATO, E. **Para entender a crise urbana**. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

NASCIMENTO, M. S. do. **A questão habitacional no contexto do capitalismo contemporâneo**: a formação e a expansão de assentamentos precários no município de Aracaju/SE. 2022. 97 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Departamento de Serviço Social) - Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão, 2022.

NUNES, C. A. da S.; NASCIMENTO, M. S. do; PAIXÃO, T.; BRITO, M. L. de S.. **Assentamentos precários e a agonia da nossa gente na Região Metropolitana de Aracaju**: mudar esse cenário e promover moradia digna é urgente. JI Política. Aracaju, 15 de junho de 2024. Disponível em: <https://www.jipolitica.com.br/articulista/19/assentamentos-precarios-e-a-agonia-da-nossa-gente-na-regiao-metropolitana-de-aracaju-mudar-esse-cenario-e-promover-moradia-digna-e-urgente-9e3c09ab-5b9e-411a-8df4-370099f4a634.>>. Acesso em junho de 2024.

ROLNIK, R. **Guerra dos lugares**: a colonização da terra e da moradia na era das finanças. São Paulo: Boitempo Editorial, 2015. p. 223-254.

PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA:

financeirização imobiliária e produção
da segregação socioespacial na Região
Metropolitana de Aracaju

Mário Jorge Silva Santos

Ana Rocha dos Santos

No processo histórico de acesso à habitação no Brasil, o direito social à moradia se deu a partir da aprovação de uma série de leis submetidas à lógica mercantil e que reforçou ainda mais, a transformação da moradia em mercadoria, nos últimos anos, submetida à financeirização. Esta financeirização tem ocorrido pela realização do capital financeiro que penetra na produção, assim como o capital produtivo se lança cada vez mais na captação financeira para se reproduzir. Também tem se acentuado a especulação (juros, endividamento e crédito), tendo como principais agentes as instituições financeiras, construtoras e proprietários de terra.

Nas cidades, enquanto espaços apropriados para o desenvolvimento das atividades financeiras, esse processo fica evidenciado quando percebemos que o acesso à moradia é cada vez mais subordinado à existência de crédito, ou seja, a capacidade de endividamento das pessoas. A moradia, portanto, é hoje uma mercadoria, desvinculada do direito social, sendo cada dia mais difícil para aqueles que não têm renda. Ainda que os diferentes governos, em suas esferas administrativas, promovam programas e políticas públicas habitacionais para os mais pobres, por meio do acesso a subsídios (o Governo assume a maior parte do custo da moradia), o déficit habitacional, especialmente entre os de menor rendimento continua elevado.

A financeirização imobiliária refere-se ao processo pelo qual o setor imobiliário se torna uma parte integrante do mercado financeiro. No contexto do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), isso significa que a construção de moradias populares é frequentemente impulsionada por interesses financeiros, o que pode levar a

uma série de problemas: permanência de acentuado déficit habitacional, além de os investidores e construtoras tenderem a concentrar projetos em áreas onde os terrenos são mais baratos, muitas vezes, nas periferias das cidades, em um processo acentuado de fragmentação espacial. Há, portanto, na produção da habitação uma estreita relação com a produção da cidade, que atende à lógica do mercado definidor dos valores do uso do solo urbano. Neste capítulo, serão estudadas as implicações dessa produção da habitação quanto à segregação socioespacial.

Política habitacional e segregação na Região Metropolitana de Aracaju

Na Região Metropolitana de Aracaju (SE) (RMA), aglomerado urbano com cerca de 400 mil domicílios e uma população de 932.210 habitantes (IBGE, 2022), composta por Aracaju e os municípios de São Cristóvão, Barra dos Coqueiros e Nossa Senhora do Socorro, essa realidade é contundente, quando observamos que segundo dados de 2019, apontados pela Fundação João Pinheiro, essa região apresenta um déficit habitacional absoluto de 36.334 moradias, com concentração inserida, principalmente, na faixa de renda familiar de 0-3 salários mínimos, ou seja, aquelas famílias sem capacidade financeira de acesso a crédito e financiamento bancário para adquirir uma moradia própria.

Entre os anos 2009 e 2014, a principal política de acesso à habitação na RMA foi desenvolvida pelo Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV). Desestruturado no governo Bolsonaro (2019-2022), foi retomado em 2023 (Lei nº 14.620/2023) no governo Lula. Dividido até 2014 em 3 faixas, o

PMCMV se estruturava da seguinte forma: A primeira faixa era destinada a famílias com renda mensal inferior a R\$ 1.600,00 que podiam receber subsídios de até 96% do valor do imóvel, pagos com recursos do Orçamento Geral da União (OGU). Na segunda faixa, para o segmento de renda familiar acima de R\$ 1.600,00 até R\$ 3.275,00. Os juros cobrados eram menores que os de mercado e os subsídios podiam chegar a R\$ 25.000,00 por família, sendo que quanto menor a renda familiar, maior o valor subsidiado. Na terceira faixa, a partir da renda familiar de R\$ 3.275,00 até R\$ 5.000,00 não existia subsídio no valor do imóvel, mas as taxas de juros também eram menores que as de mercado. Os recursos da segunda e da terceira faixas eram provenientes do FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço).

O funcionamento do PMCMV parte da alocação dos recursos pela União (Governo Federal) que faz a solicitação de projetos. A partir disso, os estados e municípios realizam cadastramento das famílias que poderão ser selecionadas e as construtoras apresentam os projetos às superintendências regionais da Caixa Econômica Federal, podendo fazê-los em parceria com estados, municípios, cooperativas, movimentos sociais ou independentemente.

De 2009-2014 foram entregues pelo PMCMV na RMA um total de 19.375 unidades habitacionais, sendo que desse total, apenas 1.631 moradias foram construídas para famílias inseridas na primeira faixa, com menor rendimento. Essa concentração de moradias na faixa 2 do programa revela uma dinâmica diferenciada na expansão urbana com empreendimentos imobiliários construídos para o grupo de rendimento dessa faixa. Os imóveis são construídos na periferia da região, em

espaços configurados como verdadeiros territórios de segregação socioespacial, historicamente construídos como lugares de carência de transportes, saneamento, acesso a serviços públicos, espaços que concentram uma grande fragmentação e hierarquização socioespacial.

As terras existentes nas periferias imediatas da RMA vêm sendo apropriadas pelo capital imobiliário, por meio de construtoras e incorporadoras. As periferias são as localidades com maior número de empreendimentos do PMCMV, e nelas, o preço da terra, aparentemente mais baixo, quando comparado com o preço de outros terrenos mais valorizados, com maior infraestrutura e proximidade urbana, vem sendo (re) valorizado pelo capital, promovendo uma fragmentação e uma hierarquização, especialmente, em territórios com profundos processos de segregação socioespacial da região.

Na RMA, esse processo é fortemente representado, na escala local, como parte de uma totalidade espacial, marcada pela existência de uma estrutura urbana dualizada entre ricos e pobres, uma organização espacial corporativa e fragmentada na qual os agentes financeiros imobiliários, em interface com o Estado, podem controlar a produção e o consumo da cidade por meio de instrumentos como a financeirização imobiliária, fundamentados na lógica do desigual acesso à moradia na região.

Há uma clara separação entre as condições de vida da população que vive nesses territórios de segregação socioespacial e os recém-chegados moradores dos condomínios do PMCMV (figura 1). Essa separação se expressa tanto no modelo de habitação, produzido pelas construtoras, como também pelas formas de consumo e mobilidade urbana, condi-



Figura 1: Bairro Santa Maria em Aracaju, Condomínios de apartamentos do PMCMV - os muros como limites físicos de separação e segregação

Fonte: Mário Jorge Silva, 2017.

ções essenciais para o exercício do direito à cidade.

A aquisição da casa própria para esses moradores é apontada como a principal explicação para que se sujeitem a morar, muitas vezes, em localidades distantes do seu local de trabalho e das suas relações cotidianas de vida familiar e social. Essa é a efetividade da produção da vida nos territórios de segregação socioespacial dos Loteamentos da expansão Leste, Loteamentos da Expansão Oeste, Loteamento Pai André, Loteamento Piabeta e, também, dos loteamentos existentes na Zona de expansão urbana do Povoado Cabrita.

A principal característica dessas localidades, ainda hoje, é a dificuldade de acesso aos serviços de saneamento, saúde, educação, trabalho e habitação adequada, provocando, na vida e na paisagem urbana dessas comunidades, uma expressão das desigualdades sociais acentuada ainda mais com a construção de condomínios fechados de apartamentos e casas financiados pelo Estado e produzidos pela política habitacional do

Programa Minha Casa Minha Vida, gerando conflitos e contradições.

Diante dessas contradições, uma das formas encontradas pelos agentes financeiros imobiliários para superar essa contradição espacial é, por intermédio das construtoras e incorporadoras, oferecer produtos “imobiliários completos”, uma vez que, supostamente, podem urbanizar fragmentos das periferias por meio da construção de empreendimentos fechados que contam com algumas infraestruturas (ruas pavimentadas, iluminação, esgotamento sanitário).

Todavia, quando esse processo é realizado, os agentes imobiliários acentuam a separação entre os novos espaços e os lugares do entorno, além de gerar uma grande demanda de serviços que muitos municípios da RMA enfrentam dificuldades para suprir. Isso porque o capital financeiro imobiliário, primeiro, garante a realização dos negócios imobiliários, depois, solicita que o poder público municipal os torne espaços dotados de melhores condições de urbanidade.

Na atualidade, grande parte dos territórios de segregação está exatamente vinculada a esse contexto histórico de formação socioespacial. Até hoje, esses territórios permanecem com precárias estruturas de saneamento, acesso à rede de água e esgoto, coleta de lixo, educação, saúde, mobilidade e condições de trabalho e renda, que só se transformam com lutas e conflitos entre os moradores e os governos. Na Região Metropolitana de Aracaju, esses fenômenos podem ser observados em diversas formas:

- 1) Projetos Periféricos:** Conjuntos habitacionais do PMCMV são frequentemente localizados em áreas periféricas onde o preço dos terrenos é menor e a infraestrutura é deficiente.
- 2) Impacto no Transporte:** Moradores dessas áreas periféricas enfrentam longos deslocamentos diários para acessar empregos e serviços no centro da cidade, o que aumenta o custo de vida e o tempo gasto em transporte.
- 3) Condições de Vida:** A qualidade das construções e a falta de manutenção adequada podem levar a problemas de habitabilidade, como infiltrações, falta de saneamento e insegurança.

A carência social se reflete na própria relação que esses moradores têm com a cidade e a região metropolitana, para a qual, nesses casos, o Estado se faz presente, exatamente na sua ausência. Entretanto, na atualidade, os processos de segregação que ocorrem já priorizam a perspectiva de uma ação imobiliária e de expansão urbana regional para outras localidades, pois a lógica de valorização do espaço continua em plena produção. Urge, entretanto, superar essa lógica e construir

as condições necessárias para a reprodução social dos que vivem na cidade.

Por uma política habitacional para a redução das desigualdades socioespaciais: proposições

O PMCMV tem o mérito de ter proporcionado moradia para milhões de brasileiros, contudo, sua vinculação às questões de financeirização imobiliária e mercantilização tem acentuado a segregação socioespacial. É necessário, portanto, melhorar a atuação do PMCMV como política social e garantir que o programa realmente contribua para a inclusão social e a redução da desigualdade. Para tanto, melhorar o acesso à habitação no Brasil é condição indispensável. Isso requer a adoção de uma abordagem multifacetada que envolva políticas públicas, investimento em infraestrutura, parcerias com o setor privado e medidas de inclusão social, tais como:

- 1) Políticas Públicas e Financiamento - Programas de Habitação Social:** Expandir programas como o “Minha Casa Minha Vida”, garantindo que sejam acessíveis a famílias de baixa renda; Subsídios e Financiamentos: Oferecer subsídios diretos para compra ou aluguel de imóveis, além de condições de financiamento facilitadas com juros baixos para famílias de baixa renda.
- 2) Planejamento Urbano e Infraestrutura - Regularização Fundiária:** Implementar programas de regularização fundiária para garantir a posse segura da terra e incentivar a melhoria das moradias. Infraestrutura Urbana: Investir em infraestrutura

básica como saneamento, água potável, energia elétrica e transporte público nas áreas urbanas e rurais.

3) Melhorar a Qualidade das Construções:

Consolidar padrões mais rigorosos de qualidade das habitações. Através da atuação do poder público, aperfeiçoar mecanismos eficazes de fiscalização e controle da qualidade das construções realizadas pelo Programa habitacional. Aplicar sanções administrativas para as empresas que não cumprirem com as obrigações que dizem respeito à qualidade das habitações (em relação à estrutura, paredes, pisos, tetos, portas, janelas, instalação elétrica, parte externa e cobertura).

4) Incentivo à Construção e Reforma -

Parcerias com o Setor Privado: Incentivar parcerias público-privadas para a construção de moradias populares, oferecendo benefícios fiscais e desburocratizando processos. **Programas de Autoconstrução:** Promover programas de autoconstrução e reforma de moradias, fornecendo materiais de construção a preços subsidiados e assistência técnica.

5) Inclusão Social e Participação Comunitária -

Envolvimento da Comunidade: Envolver as comunidades na tomada de decisões sobre os projetos habitacionais, garantindo que as soluções atendam às suas necessidades específicas. **Programas de Educação:** Oferecer programas de educação sobre direitos à moradia e gestão financeira para ajudar as famílias a manterem suas moradias de maneira sustentável.

Efetivar processos democráticos: instituir mecanismos que coloquem

em prática o que está definido no Estatuto das cidades, em seu Capítulo IV que diz respeito à gestão democrática, com a participação de diferentes segmentos sociais e moradores na definição dos programas e ações para as cidades. Desenvolver políticas complementares que promovam a integração social e econômica dos moradores. Além da priorização das construções para aqueles de menor renda, é necessário apoio financeiro e garantia de assistência técnica para as iniciativas de construção habitacional coletiva, feitas através de autoconstrução e mutirão, por exemplo.

6) Combate à Discriminação Habitacional - Igualdade no Acesso:

Implementar e reforçar leis que combatam a discriminação no acesso à habitação, garantindo que todos tenham oportunidades iguais de encontrar moradia.

7) Implementação e Monitoramento -

Transparência e Prestação de Contas: Garantir a transparência nos processos de seleção e financiamento de programas habitacionais, com mecanismos de prestação de contas e participação popular. **Avaliação Contínua:** Realizar avaliações periódicas das políticas habitacionais e ajustar as estratégias conforme necessário para garantir eficácia e eficiência.

8) Rever a Localização dos Projetos:

Priorizar áreas com melhor infraestrutura e acesso a serviços e/ou instalar a infraestrutura necessária que garante condições mínimas de reprodução social dos moradores. Isso permitirá o atendimento do que define a diretriz estabelecida no in-

ciso XII, da Lei nº 14.620/2023, que trata da “promoção de adensamento urbano adequado à integração eficiente das unidades habitacionais com a infraestrutura de transporte e serviços necessários ao atendimento da população”.

Apesar de a política de habitação do PMCMV realizar-se na interface Estado/capital, pois é a junção da lógica de subordinação do Estado aos interesses dos agentes financeiros imobiliários, é a principal política de promoção habitacional no espaço urbano regional. Como

é uma política que (re)estrutura a produção do espaço urbano, urge que sejam criados mecanismos que estejam aliados às transformações sociais mais amplas, como a redução das desigualdades sociais. Isso requer um esforço de um conjunto de sujeitos: pesquisadores, movimentos sociais, grupos vulneráveis que sofrem todo tipo de exclusão, representantes de partidos políticos engajados com a luta por justiça social, entre outros. Do esforço e trabalho coletivo desses sujeitos resultará uma cidade onde a vida pode ser vivenciada em sua plenitude.

Referências

BRASIL. **Lei nº 14.620, de 13 de julho de 2023**. Dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida. Diário Oficial da União. Seção 1, Edição 133. Brasília: Senado Federal, 2023. Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/lei-n-14.620-de-13-de-julho-de-2023-496371977>. Acesso em julho de 2024

_____. Estatuto da Cidade. **Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001**. Brasília: Câmara dos Deputados, 2001.

CARLOS, A. F. A. A tragédia urbana. In: CARLOS, A. F. A; Volochko, D.; ALVAREZ, I. P. (orgs). **A cidade como negócio**. São Paulo: Contexto, 2015, p.132-148.

SPOSITO, M. E. B. Reflexões sobre a natureza da segregação espacial nas cidades contemporâneas. **Revista de geografia**. Dourados, n.4, p.71-85, 1996

VOLOCHKO, D. **A produção do espaço e as estratégias reprodutivas do capital: negócios imobiliários e financeiros em São Paulo**. Dissertação. (Mestrado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2008.

PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA E O ACESSO ÀS OPORTUNIDADES URBANAS EM ARACAJU

Viviane Luise de Jesus Almeida

Maria Clara Haywanon Santos Araujo

Sarah Lúcia Alves França

No artigo anterior, os autores abordam a implementação do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) na RMA e retratam os processos de segregação socioespacial e periferização da moradia social atrelados à financeirização. Assim, de maneira complementar, este artigo busca analisar a produção do PMCMV especificamente em Aracaju com foco no acesso às oportunidades urbanas, um entrave que tem assolado a qualidade de vida dos moradores desses empreendimentos, com o desencontro do acesso à moradia urbanizada.

Dessa forma, essa discussão baseia-se numa pesquisa científica de PIBIC¹ que considerou a localização desses empreendimentos e sua proximidade às centralidades da cidade, atribuída pela concentração de comércios e serviços (feiras, mercados centrais e setoriais, faculdades e shoppings) com grande fluxo e concentração de ofertas de emprego e renda; equipamentos públicos (UBS, EMEI, EMEF, escolas estaduais, universidade pública e áreas livres para lazer), em um raio de vizinhança caminhável de 1.000 metros; e a oferta de transporte público em um raio de 400 metros - distâncias consideradas por autores como LabCidade (2014) e Farr (2013) ideais para esses usos.

O PMCMV e o acesso às oportunidades urbanas?

Aracaju, capital do estado de Sergipe, conta com mais de 600 mil habitantes (IBGE, 2022) concentrados nos seus diversos bairros com disparidades socio-territoriais entre as porções norte a sul. A população contemplada com os subsídios do governo federal no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida vive nas 15.284 moradias distribuídas nos 73 empreendimentos contratados entre os anos de 2009 a 2021. Dentre esses², mais de 95% das moradias foram construídas pelo capital imobiliário, demonstrando seu protagonismo.

Esses empreendimentos, localizados em sua maioria, nas porções norte, oeste e sul, em áreas periféricas, incentivam, como chama França (2019), a formação ou consolidação de vetores de expansão urbana de Aracaju, que se estendem para além dos limites municipais, como é o caso do Jabotiana, Aruana e Santa Maria, alvos de ocorrências ambientais. Somente o primeiro recebeu 22 empreendimentos e quase 4 mil moradias, registrando a maior quantidade de habitações, seguido do Santa Maria, com mais 2 mil unidades, que apresenta os maiores índices de pobreza (França; Almeida, 2022).

Ainda vale ressaltar a dispersão urbana em relação às faixas de renda dos seis empreendimentos da faixa 1 inseridos em bairros de menor renda e alta vulnerabilidade social, como Santa Maria, e as faixas maiores (2 e 3) em bairros com famílias de maior poder aquisitivo, como

¹ Nesse sentido, destaca-se que nos últimos 5 anos, o Centro de Estudos de Planejamento e Práticas Urbanas e Regionais (CEPUR), grupo de pesquisa do Departamento de Arquitetura e Urbanismo (DAU) da Universidade Federal de Sergipe (UFS), realizou pesquisas a respeito da implementação dos empreendimentos do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) com o olhar para três diferentes escalas: estadual, metropolitana e municipal, respectivamente no estado de Sergipe, na Região Metropolitana de Aracaju e na capital. Foram estudos específicos com enfoques diversos, dentre esses, sobre o acesso às oportunidades urbanas, como educação, saúde, lazer, comércios e serviços, centralidades urbanas e transporte público.

² Dos 73 empreendimentos, 2 foram contratados através da modalidade Entidades, ou seja, organizações sem fins lucrativos, sendo que um não obteve êxito durante a construção, o Residencial José Raimundo dos Santos, constado como uma "obra frustrada" nas tabelas disponibilizadas pela CAIXA (2018) e MDR (2021).

o Jabotiana e a Aruana, reafirmando a segregação socioespacial.

Quanto às características arquitetônicas, a maioria dos empreendimentos são condomínios verticais próximos uns dos outros, com alto número de blocos de apartamentos, inclusive com situações em que a totalidade da quadra está fechada intramuros (fachada “cega”), como é o exemplo do condomínio Alameda Real no bairro Santa Maria, com 51 blocos e 816 apartamentos. Esses fatores agravam problemas no tocante à utilização do espaço público pelo pedestre que se sente inseguro, sem os “olhos da rua”, como afirma Jacobs (2000). Além disso, o processo de periferização agrava o problema do acesso à cidade como um todo, pois marginaliza as famílias, distanciando-as de direitos básicos como saúde, educação e transporte público.

Com a sobreposição desses 73 empreendimentos MCMV em Aracaju, com as centralidades, nos equipamentos públicos e nos abrigos de ônibus e linhas de transporte nos raios mencionados acima verificam-se alguns aspectos que devem ser considerados. O primeiro deles é que dentre essas moradias, 61% estão distantes dos principais comércios e serviços, 60% das áreas de centralidade, e 19% e 29% ainda não têm, respectivamente, proximidade a equipamentos de educação e de saúde (Almeida, 2022; Araujo, 2022). A falta desses serviços está atrelada, principalmente, às moradias construídas para famílias de até 3 salários mínimos, distanciadas ainda mais de seus direitos, implicando assim na dependência pelo transporte motorizado, ou a pé ou bicicleta, muitas vezes em vias inseguras, totalmente muradas. Quanto à oferta de transporte público no raio de abrangência de 400 metros, verifica-se que 12 empre-

endimentos não dispõem de abrigos de ônibus nesta área delimitada, com destaque a 6 condomínios no bairro Jabotiana e 2 no bairro Porto D’Antas (Figura 1).

Nesse sentido, cabe alertar para os seguintes aspectos: dos 73 empreendimentos, apenas 14 têm acesso aos 6 elementos analisados na pesquisa (comércios e serviços, centralidades, educação, saúde, lazer e abrigos de ônibus), em contraposição de apenas 1 sem nenhum dos elementos (Residencial Horto Santa Maria, no bairro de mesmo nome). Ainda vale apontar que 8 empreendimentos contam com 4 elementos no raio delimitado, sendo 6 deles àqueles cujo abrigo de ônibus está ausente; 10 empreendimentos com 3 elementos (todos esses com abrigos de ônibus); 18 empreendimentos com 2 elementos, sendo o ponto de ônibus e outro elemento, exceto equipamento de saúde. Por fim, 20 empreendimentos têm apenas 1 elemento, sendo este, em 17 deles, o ponto de ônibus, com ausência de equipamentos de educação, feiras e shoppings e centralidades, mas com presença de postos de saúde. Aqueles empreendimentos que têm equipamentos de uso diário, como escolas e outros postos de trabalho afastados desse raio acarretarão, para esses moradores, maiores gastos com deslocamentos, comprometendo sua renda mensal familiar. Isso desencadeia um ônus para essas famílias que poderiam utilizar parte desses recursos para seu lazer, bem-estar e descanso.

Ainda, em casos em que existe a oferta do equipamento público, mas este não é suficiente para suprir as necessidades daquela área, o que ocorre principalmente com escolas em bairros de alta densidade populacional, é necessário um maior deslocamento e por consequência a precarização das instituições daquele e

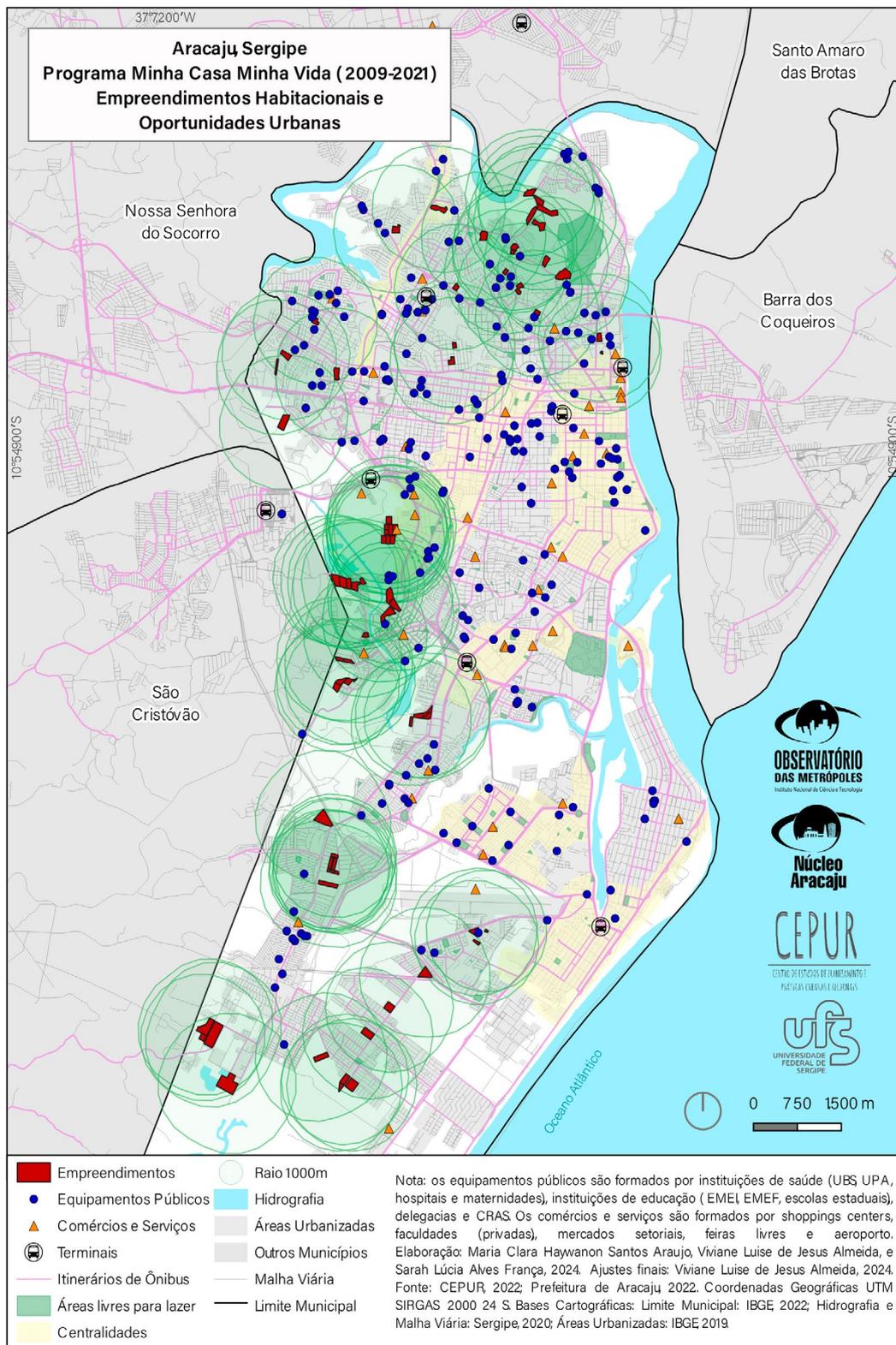


Figura 1: Aracaju, Sergipe, Empreendimentos habitacionais do PMCMV e oportunidades urbanas (2009-2021)

Fonte: CEPUR, 2022; Prefeitura de Aracaju, 2022. Elaboração: Maria Clara Araujo, Viviane Almeida e Sarah França, 2024. Ajustes finais: Viviane Almeida, 2024.

de bairros vizinhos. A existência desses equipamentos em um determinado bairro é considerado um fator importante de bem-estar social e de qualidade de vida. Se esses direitos não estão garantidos, a sua carência demonstra as desigualdades daquele local. Ainda, é perceptível a concentração da oferta desses componentes em poucos setores da cidade (geralmente de maior poder aquisitivo), gerando segregação socioespacial, uma vez que os empreendimentos das menores faixas, além de periféricos, são também os mais carentes.

O Art. 5º da Lei nº 11.997/2009, que implementa o PMCMV (incluído pela Lei nº 12.424/2011), aborda a implantação de empreendimentos urbanos, explanando no item IV a obrigatoriedade da “existência ou compromisso do poder público local de instalação ou de ampliação dos equipamentos e serviços relacionados à educação, saúde, lazer e transporte público”. Isso explica o fato de grande parte dos empreendimentos terem acesso em até 1.000 metros a algum equipamento público e aos itinerários e abrigos de ônibus em até 400 metros, o que não ocorre no caso das centralidades e acesso a comércios e serviços. Apesar disso, a presença de apenas um equipamento, seja de saúde, educação, lazer ou somente o acesso ao transporte, nas proximidades desses empreendimentos, não deve ser considerada como padrão de qualidade quanto a inserção urbana, pois nega o gozo do direito genuíno a cidade e a itens essenciais para garantia de direitos sociais básicos.

Assim, é notório o distanciamento entre as políticas habitacional, urbana, social, econômica e ambiental, e à medida que as eleições de 2024 se aproximam,

torna-se imperativo esse destaque para as agendas propositivas dos candidatos. A realidade, revelada através de pesquisas científicas, expõe a urgência de revisar diretrizes para construção desses empreendimentos, a fim de garantir, efetivamente, a inclusão social e o acesso equitativo à moradia digna e às oportunidades urbanas.

Algumas proposições

Para tornar viável o acesso a essas oportunidades, alguns caminhos podem ser trilhados pelos futuros gestores e legisladores municipais. Primeiramente, é essencial a atualização e a aplicação rigorosa do Plano Diretor, vigente desde 2000, considerando a distribuição geográfica dos empreendimentos habitacionais relacionados à integração com infraestrutura, serviços públicos e transportes. Isso pode ser associado ao instrumento das Áreas Especiais de Interesse Social (AEIS), delimitando áreas passíveis de receber esses empreendimentos, que oferecem disponibilidade de estrutura urbana, especialmente em áreas consolidadas e centrais. Esse planejamento deve ser participativo, incluindo comunidades afetadas nas decisões para que suas necessidades sejam atendidas.

Além disso, é necessário um investimento robusto na ampliação do transporte público de qualidade que conecte os locais mais distantes aos centros urbanos, reduzindo o tempo de deslocamento e melhorando a acessibilidade aos empregos, educação e serviços de saúde. Essa estratégia deve ser acompanhada pelo fortalecimento de políticas de descentralização dos serviços, promovendo o desenvolvimento de centralidades nas

regiões periféricas, para reduzir a dependência do centro urbano consolidado.

Outro aspecto crucial é a fiscalização e regulação do mercado imobiliário para, de fato, assegurar que os projetos habitacionais atendam às necessidades das famílias de renda mais baixa. Isso inclui garantir que os subsídios e incentivos governamentais sejam empregados efetivamente, e na sua maioria, para beneficiar esses grupos e não apenas para maximizar os ganhos lucrativos do setor privado.

Cabe pontuar a necessidade de repensar os padrões arquitetônicos desses empreendimentos, uma vez que a grande escala dos projetos “fecha os olhos” para a cidade com modelos de condomínios com extenso número de blocos. Esses apartamentos, inclusive, não favorecem a maioria das famílias carentes incluída nas faixas 1 e 1,5 do programa, que na maioria das vezes necessita de espaço para realização de serviços que contribuem na renda familiar, como a conhecida “vendinha” na porta de casa. Nesse sentido, a realização de avaliações pós-ocupação (APO) nesses empreendimentos e o acompanhamento desses moradores por assistentes sociais, seja na pré-seleção, durante a mudança e na pós-ocupação, aponta pistas para o reconhecimento da necessidade de um redesenho de moradias atreladas aos diversos tipos de famílias que existem na sociedade (solteiros, casados com filhos, idosos sem filhos etc), inclusive com espaços compartilhados para associar as atividades trabalhistas que fomentem renda para manutenção familiar.

Com as eleições municipais em 2024, os eleitores têm a oportunidade de de-

mandar e apoiar candidatos que se comprometam com a transparência e a eficácia na gestão dos recursos e políticas urbanas. O fortalecimento dessas medidas e a exigência de prestação de contas contínuas são essenciais para assegurar que os erros passados não se repitam e que o direito à cidade seja acessível a todos.

Por fim, é urgente a adoção de medidas adequadas às mudanças climáticas, uma vez que essa lógica capitalista de produção habitacional é insustentável ambientalmente, dando “as costas” para a utilização de edificações vazias em centros que oferecem um “leque” de oportunidades urbanas, cumprindo a função social da cidade e da propriedade urbana. Além disso, construções racionalizadas com projetos repetidos, para economizar gastos e ampliar lucros, não atendem aos critérios de qualificação do ambiente com a finalidade de promover realmente melhor qualidade habitacional, se constituindo assim, apenas metas numéricas alcançadas, mas sem efetivar, de fato, o direito à moradia digna.

De fato, essas medidas, se adotadas, podem, não apenas melhorar a qualidade de vida dos habitantes das áreas urbanas, mas também promover uma cidade mais inclusiva e justa. Portanto, os desafios apontados pelos estudos recentes realizados na academia, devem ser transformados em propostas e ações concretas que garantam um futuro urbano democrático e equitativo para a população de Aracaju, demais municípios da Região Metropolitana, e de outras cidades brasileiras que enfrentam desafios semelhantes.

Referências

- ALMEIDA, V. L. de J. Minha casa... e a minha vida na cidade? oportunidades urbanas no entorno dos empreendimentos do programa Minha Casa Minha Vida em Aracaju-SE. **Atividades Econômicas no entorno dos empreendimentos do PMCMV** (Relatório de Pesquisa). São Cristóvão, UFS: Repositório Institucional, 2022.
- ARAÚJO, M. C. H. S. Minha casa... e a minha vida na cidade? oportunidades urbanas no entorno dos empreendimentos do programa Minha Casa Minha Vida em Aracaju-SE. **Equipamentos Públicos no entorno dos empreendimentos do PMCMV** (Relatório de Pesquisa). Centro de Estudos de Planejamento e Práticas Urbanas e Regionais. Departamento de Arquitetura e Urbanismo: UFS, 2022.
- FRANÇA, S. L. A. **Vetores de expansão urbana: Estado e mercado na produção da habitação em Aracaju-SE** – São Cristóvão: Editora UFS, 2019. [recurso eletrônico].
- _____; ALMEIDA, V. L. de J. **Produção do espaço urbano no bairro Jabotiana: um olhar para os últimos anos** (Relatório de Pesquisa). Centro de Estudos de Planejamento e Práticas Urbanas e Regionais. Departamento de Arquitetura e Urbanismo: UFS, 2022.
- JACOBS, J. **Morte e vida das grandes cidades**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- LABCIDADE. **Ferramentas para avaliação da inserção urbana dos empreendimentos do MCMV** (Relatório de Pesquisa). São Paulo, 2014.
- FARR, D. **Urbanismo sustentável: desenho urbano com a natureza**. Porto Alegre: Bookman, 2013.

EXPERIÊNCIAS E DESAFIOS DA ASSESSORIA TÉCNICA PARA HABITAÇÃO SOCIAL NA REGIÃO METROPOLITANA DE ARACAJU

Ana Maria de Souza Martins Farias

Sarah Lúcia Alves França

Catharina Nunes Cruz

Os desafios das questões da habitação e a adoção da Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social (ATHIS) no Brasil são enormes, uma vez que a Lei Federal nº 11.888, aprovada em 2008, assegura às famílias de baixa renda assistência técnica pública e gratuita para projeto e construção de habitação de interesse social.

A prática da assistência técnica, em conjunto com outras políticas, são formas de reduzir a precariedade habitacional com menor impacto social e ambiental, considerando que as ações permitem a adequação de domicílios sem a necessidade de remoção das famílias de suas respectivas comunidades, evitando novas demandas de infraestrutura, equipamentos e serviços para o poder público. A implantação e efetivação dessa política não trata apenas a questão da moradia, como também fomenta o mercado da construção civil para a compra de materiais de construção e contratação de profissionais.

Existem diversas formas que a assistência técnica pode ser trabalhada, considerando que o profissional técnico, pode atuar não apenas na elaboração de projeto e execução da moradia, como também em projetos de reforma e/ou ampliação do domicílio, projeto e execução de unidades sanitárias, reparos gerais que promovam ambientes salubres e confortáveis para seus habitantes, além do auxílio no processo de regularização fundiária. Entretanto, apesar de mais de 15 anos de vigência, falta sua implementação como política pública, especialmente nas prefeituras municipais.

Para estimar esse problema no país, a Fundação João Pinheiro (FJP) traz contribuições metodológicas a nível nacional a partir dos dados do Censo Demográfico

do Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE), para estimar o déficit habitacional básico e o déficit qualitativo, na escala nacional. O primeiro, que corresponde à falta de moradia, é uma realidade e se amplia dia a dia, se constituindo em habitações precárias, coabitação familiar, ônus excessivo com aluguel (mais de 30% da renda familiar) e adensamento excessivo em domicílios alugados, em que há necessidade de reposição de estoque.

Políticas habitacionais, com foco na construção de moradias, tem tentado reduzir o déficit quantitativo, sem sucesso, face ao direcionamento para reprodução do capital imobiliário e aberturas de frentes de expansão nas cidades e regiões metropolitanas. No século anterior, programas anteriores, como aqueles subsidiados pelo Banco Nacional de Habitação, não conseguiram amenizar o problema, causando sérios impactos sociais e urbanos. Os mais recentes, como os programas de Arrendamento Residencial e Minha Casa Minha Vida, têm repetido problemas, garantindo protagonismo ao mercado imobiliário no distanciamento da efetivação do direito à moradia e à cidade (Cardoso, 2013).

Nesse sentido, a realidade do déficit habitacional dada a precariedade das condições de vida da população brasileira está presente em todas as regiões, com concentração de casos principalmente nas regiões Sudeste e Nordeste, carecendo de ações efetivas para superação desse entrave, comprovando que, apesar de também ser necessário, não deve ser apenas essa a solução do problema.

De fato, é relevante alertar a urgência da relação da política habitacional com outras políticas urbanas, como saúde, saneamento básico, meio ambiente e mobilidade. Introduz, assim, o conceito

de inadequação dos domicílios, partindo do pressuposto de que em muitos casos a melhor forma de enfrentar o problema habitacional seria implementar políticas complementares e não, obrigatoriamente, construir mais unidades de moradia.

Por outro lado, as inadequações dos domicílios, ou seja, o déficit qualitativo, também são um nó, que interferem diretamente na qualidade do domicílio e da vida, especialmente na saúde dos moradores. São classificadas como: 1) carências edilícias, que correspondem à ausência de banheiro privativo na moradia, problemas na cobertura e no piso, ausência de sistema de armazenamento de água, cômodo servindo de dormitório; 2) ausência de infraestrutura, como rede de energia elétrica, rede de tratamento e abastecimento de água, sistema de coleta e tratamento do esgoto e coleta de lixo; e/ou 3) falta da titulação da propriedade da terra.

Sobre isso, Pasternak (2016) garante que a importância de relacionar moradia à condição de saúde e bem-estar da família, especialmente, porque a estrutura física da habitação, pode favorecer a proliferação de doenças transmissíveis, respiratórias, infecciosas, como aquelas atreladas ao abastecimento da água, tratamento do esgoto, condições sanitárias, espaços nos dormitórios, conservação da comida e água, umidade na estrutura, aberturas para ventilação e insolação. Soma-se a isso, a necessidade de espaços de lazer, exercícios e brincadeiras, como varandas, quintais, espaços ao ar livre, que são importantes para propiciar condições para descanso e interação entre membros da família.

Nesse sentido, os dados da Fundação João Pinheiro (2024) para a estimativa do déficit habitacional em 2022, demonstram que, no Brasil, 26 milhões de domicí-

lios apresentam algum tipo de inadequação, que corresponde a 41% do total dos domicílios urbanos duráveis no país. Para Sergipe, são 383 mil domicílios inadequados, correspondendo a 60% do total dos domicílios urbanos duráveis no estado. No caso da Região Metropolitana de Aracaju (RMA) (Aracaju, São Cristóvão, Barra dos Coqueiros e Nossa Senhora do Socorro), esse número atinge 145 mil domicílios, o que significa 43% do total dos domicílios urbanos duráveis, demandando atenção das gestões municipais e estadual para efetivar, na agenda pública, programas de assistência técnica que atendam as necessidades de qualificação das moradias, existentes nos quatro municípios. Esses números são domicílios ocupados, predominantemente, por famílias de baixa renda.

As inadequações de infraestrutura são solucionadas a partir da implementação de obras e serviços por parte do poder público, pois, embora interfira na qualidade do domicílio, é uma adequação de maior escala, que ocorre nas vias, quadras e até bairro, em que determinada obra abrange diversas unidades habitacionais. Na RMA, a quantidade de domicílios com essa inadequação atinge 66 mil unidades (20% do total).

Quanto às inadequações edilícias, observando a RMA, destacam-se 95 mil domicílios com alguma carência (28% do total), com expressividade para o problema do armazenamento de água (88 mil domicílios, que representa 26% do total). Mas também carecem de ações os 3 mil domicílios que têm cômodos servindo de dormitórios, quase 5 mil domicílios que têm cobertura inadequada e 1,5 mil domicílios que não contam com banheiro exclusivo, segundo as estimativas da Fundação João Pinheiro para 2022.

A inadequação fundiária é a falta da segurança jurídica do domicílio, e o direito à moradia não é completo devido à instabilidade de poder ser retirado do local a qualquer momento (Fundação João Pinheiro, 2024). Na RMA, para 2022, estima-se mais de 24 mil domicílios em situação de irregularidade fundiária¹, carecendo de intervenções da gestão municipal, associadas a outras instâncias, como cartórios, embora esse número esteja subestimado, não expressando a realidade.

Vale lembrar que a regularidade da terra, especialmente para a população de baixa renda, está diretamente ligada ao cumprimento da função social da propriedade urbana, da efetivação da moradia como direito social, redução da pobreza e garantia da segurança e integridade, bem como do acesso às oportunidades como educação, saúde, lazer e emprego, face à dependência de comprovantes de endereço para exercício da cidadania e participar da vida na cidade (Ceolin, 2015).

Embora o problema tenha se ampliado nos últimos anos, na RMA, somente a capital conta com legislação (Lei Ordinária nº 3169/2004) que regulamenta a ATHIS (antes da Lei Federal), embora desatualizada e carecendo de revisão para adequação à Lei Federal. Outro exemplo é o município de São Cristóvão que trouxe, através de convênio celebrado com o Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Sergipe, um projeto-piloto de reforma das moradias na ocupação Portelinha.

Sendo assim, entende-se que a ATHIS deve ser considerada como solução, à medida que grande parte das moradias no país é resultado da autoconstrução das famílias com renda mensal de 0 a 3 salários-mínimos. Isso porque, no nosso modelo de urbanização capitalista, a terra é mercadoria, excluindo essa população do acesso ao mercado da terra urbanizada, e obrigando-as a viver em terrenos desvalorizados e periféricos, em áreas de risco, de preservação ambiental, sem oferta de infraestrutura.

Para atender esses desafios, os municípios devem assegurar a criação ou fortalecimento de programas de cestas de materiais de construção, oferta de lotes urbanizados com autoconstrução da moradia, reforma na habitação, regularização fundiária, associando a Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social (ATHIS), às intervenções e obras de infraestrutura e pavimentação viária, e em espaços públicos, para criar possibilidades dos moradores usufruírem de locais de encontro para viverem a vida coletiva e, acessarem, de forma efetiva, o direito à cidade.

De fato, as ações da ATHIS têm contribuído para trazer direito à moradia digna. Nos últimos anos, o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU), os editais da ONU-Habitat, a criação de Escritórios Público de Assistência Técnica, como na Prefeitura do Conde/PB (gestão de 2017-2020), na Companhia de Habitação do Distrito Federal (CODHAB) que implantou postos de atendimento na periferia de Brasília, se constituem em ações práticas que garantiram o acesso aos serviços técnicos gratuitos de arquitetura e engenharia para sanar problemas da qualidade da moradia. No nosso caso, o Governo do Estado de Sergipe,

¹ Sobre a irregularidade fundiária há lacunas, face à coleta dos dados do Censo Demográfico ser através de perguntas aos moradores, resultando em "problemas de fidedignidade da resposta, face à insegurança dos residentes revelarem sobre a irregularidade do seu imóvel a um estranho" (Cardoso, 2016, p.42). A constatação dessas informações demandaria uma pesquisa documental em escrituras públicas, em registros cartoriais e/ou no órgão de licenciamento municipal de imóveis ou de parcelamento.

neste mês de junho, assinou um termo de cooperação com o Tribunal de Justiça para assessorar municípios para realizar a regularização fundiária.

Uma proposta relevante, ainda que de forma articulada pelos municípios circunvizinhos, é a criação do escritório público de ATHIS, banco de dados de profissionais, e promoção de editais e concursos de projeto para urbanização de favelas, em parceria com os conselhos profissionais e institutos. Além de fomentar a qualificação da moradia e do direito à segurança jurídica da terra, essa ação promove o aquecimento do mercado profissional de arquitetura, engenharia, direito e assistência social, especialmente para jovens profissionais que buscam espaços de geração de renda. Nesse sentido, podem ser criadas capacitações e cursos para movimentos sociais e comunidades, através de convênios com as universidades, instituições de pesquisa e conselhos profissionais, para que as famílias trabalhem na autoconstrução da moradia, ou mesmo, se insiram no mercado da cons-

trução civil.

Outras ações relevantes são as extensões universitárias, que deram origem aos cursos de Residência em ATHIS, nos moldes das ciências da saúde. A Universidade Federal da Bahia (UFBA), em 2013, foi pioneira e fomentou uma rede junto a outras instituições, como a Universidade Federal de Sergipe, que iniciou as atividades este ano. A Residência Multiprofissional em Assistência Técnica para Habitação e Direito à Cidade (HabCidade) está articulada ao Departamento de Arquitetura e Urbanismo da UFS.

Assim, espera-se que a ATHIS seja inserida no centro da política habitacional nos municípios sergipanos, especialmente na RMA, que concentra grande parte do problema e, portanto, carece urgente de práticas efetivas, para superarmos os números do déficit habitacional nos próximos anos, com direcionamento de recursos para esse fim.

Referências

- CARDOSO, A. L.; ARAGÃO, T. A. **Do fim do BNH ao Programa Minha Casa Minha Vida: 25 anos da política habitacional no Brasil**. In O programa Minha Casa Minha Vida e seus efeitos territoriais. Cardoso, A. L. (org). Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013.
- CARDOSO, A. L. **Assentamentos precários no Brasil: discutindo conceitos**. In: MORAIS, M. P.; KRAUSE, C.; LIMA NETO, V. C. Caracterização e tipologia de assentamentos precários: estudos de caso brasileiros. Brasília: Ipea, 2016.
- CEOLIN, A. C. S. A regularização fundiária como instrumento de inclusão social e superação da pobreza: estudo de caso da Comarca de São João da Ponte, Minas Gerais. *Revista de Direito Urbanístico, Cidade e Alteridade*. Minas Gerais, v.1, nº 2, pg. 75-104, Jul/Dez, 2015.
- Fundação João Pinheiro. Inadequação de Domicílios – Estados e Regiões Metropolitanas (PnadC 2022). Fundação João Pinheiro. Belo Horizonte: FJP, 2024.
- Pasternak, S. **Habitação e saúde**. *Estudos Avançados*, 30(86), 51–66. 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-40142016.00100004> Acesso em julho de 2024.

EIXO
MOBILIDADE E
DESIGUALDADES
SOCIOESPACIAIS

TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO NA REGIÃO METROPOLITANA DE ARACAJU:

o direito de ir e vir com qualidade

César Henriques Matos e Silva

Magno Evangelista Pereira

Em cidades de grande porte ou em uma rede de cidades sob a forma de um aglomerado urbano, como a Região Metropolitana de Aracaju (RMA), é fundamental entender como acontece o fluxo de pessoas, mercadorias e serviços. Afinal, as atividades que acontecem em um local atendem a demanda de outros locais da região, e por isso os deslocamentos são fundamentais. Para isso, é importante lembrar que, se antes falávamos de transporte e trânsito, hoje temos um conceito mais amplo: mobilidade urbana. Antes mais restrito às dimensões técnicas da engenharia, o conceito passou por uma mudança gradual na terminologia e é resultado da incorporação de temas afeitos ao urbanismo, arquitetura, geografia, ciências sociais, dentre outros.

A mobilidade urbana consiste no estudo e na compreensão de todos os tipos de deslocamentos urbanos por meio dos mais diferentes modais como trem, metrô, ônibus, automóvel, motocicleta, bicicleta, andar a pé etc. Os percursos cotidianos que cada um de nós fazemos para ir ao trabalho, à escola, ao lazer ou para fazer compras impactam na qualidade da vida coletiva na cidade; ademais, os trajetos e deslocamentos que envolvem as logísticas de bens e serviços, como abastecimento e entrega de produtos, de recolhimento de lixo e outros, também se somam nesses diversos cruzamentos.

Quanto mais populosa a cidade, mais complexos e mais numerosos são os percursos sobrepostos. Quanto mais longas forem as distâncias, maior será o investimento financeiro e o tempo de deslocamento. Assim, em uma região metropolitana, devido às grandes distâncias e às grandes massas de pessoas a serem transportadas, dentre todos os modais, predomina o transporte público coletivo.

O principal modal existente na Região Metropolitana de Aracaju são os ônibus, ainda que existam formas de transporte alternativas como taxi-lotação, cooperativas de ônibus intermunicipal (Coopertalse) e “tototó” (transporte fluvial).

Processos de ocupação do solo e suas implicações para a mobilidade metropolitana

Desde 1995, a Lei Complementar estadual nº 25 reduziu a RMA a quatro municípios: Aracaju (cidade-polo), Barra dos Coqueiros, Nossa Senhora do Socorro e São Cristóvão. O sistema integrado de transporte público surgiu nos anos 1980 atendendo apenas a capital. A ampliação para um sistema metropolitano começa a tomar forma em 1997 e passa a atender, ainda de maneira precária, os demais municípios.

Entretanto, ao longo desse período, em especial a partir dos anos 1990, a expansão urbana nos municípios da região metropolitana ocorreu desconectada das políticas de transporte público, cuja rede sempre esteve a reboque dos grandes empreendimentos residenciais. Sem estudos técnicos de desenvolvimento urbano adequados, inúmeros processos decisórios levaram à ocupação dessas áreas limítrofes de Aracaju, como por exemplo os conjuntos habitacionais Marcos Freire, em Nossa Senhora do Socorro, e o campus da Universidade Federal de Sergipe (UFS) em São Cristóvão.

Embora todas essas novas formas de ocupação urbana tenham gerado novos deslocamentos diários por grandes distâncias, as tomadas de decisão sobre a localização desses empreendimentos na RMA não levaram em consideração as possibilidades ou limitações de acesso

por transporte público. Não havia, como ainda não há, uma visão integrada das políticas de ocupação do solo e de mobilidade urbana: apenas *a posteriori* o sistema de transporte público era alterado e adaptado para atender a essas novas demandas de deslocamento. Estratégias de desenvolvimento urbano deveriam otimizar o uso do transporte público, buscando um maior adensamento urbano com uso misto do solo (residencial e comercial) ao longo dos corredores de transporte.

Um exemplo do descompasso entre processos de expansão urbana e políticas de transporte foi a implantação, no início dos anos 1980, do campus da Universidade Federal de Sergipe nas imediações do loteamento Rosa Elze, até então com uma ocupação bastante rarefeita no município de São Cristóvão. O novo campus exigiu uma expansão da rede de transporte público, novas linhas de ônibus foram criadas apenas para atender à comunidade universitária, tendo como ponto de partida o centro da cidade e percorrendo os principais eixos viários de Aracaju com as seguintes denominações: Campus via Contorno (antiga denominação da av. Tancredo Neves), via av. Saneamento, via av. Maranhão, via av. Desembargador Maynard etc.

Entretanto, ainda que tendo sido implantado apenas mais tarde e de forma precária, o sistema de transporte público em uma escala metropolitana foi fundamental para a consolidação dos novos locais de moradia e trabalho da RMA, pois os ônibus eram basicamente a única forma de deslocamento em longas distâncias para as populações mais pobres residentes na periferia da região.

Conforme Duarte *et al* (2012, p. 13), “a mobilidade urbana é um dos principais fatores do desenvolvimento e da orientação

do crescimento da cidade, e, por conseguinte, da localização dos assentamentos habitacionais”. Neste contexto, observa-se na RMA assentamentos habitacionais para a população de baixa renda na periferia da malha urbana, onde o valor da terra é menor, onerando a população periférica – a que menos têm recursos para gastar – com mais tempo e dinheiro para fazer longos deslocamentos para as partes da cidade onde há maior concentração de oferta de trabalho. E, nesse mesmo processo de localização habitacional em áreas desprovidas ou com baixa oferta de serviços, entre eles o de transporte, ocorre a pressão para que a municipalidade atenda às novas demandas. Assim, para atendê-las, são feitos investimentos públicos na expansão da rede de infraestrutura viária e de transportes que valorizam as áreas urbanas, ainda vazias, que estão no meio do caminho, entre o centro e a periferia. É dessa forma, nesses vazios urbanos e com investimentos públicos em infraestrutura e em transporte público, que se fomenta a especulação imobiliária pelo capital privado, como é o caso do bairro Aruana, por exemplo. A RMA tem um tecido urbano fragmentado, com vazios urbanos nos municípios de São Cristóvão e Nossa Senhora do Socorro, o que gera dificuldades para a promoção de uma mobilidade plena em todas as escalas.

Segundo os censos demográficos produzidos pelo IBGE, a RMA tinha, em 2010, 835.816 habitantes, tendo crescimento relativo de 11%, contabilizando uma população de 932.210 para 2022. A capital Aracaju concentra 55% desses moradores, apresentando as maiores taxas de emprego e as maiores ofertas de domicílios, das atividades de comércio e serviços, assim como de infraestrutura urbana (França *et al*, 2023).

Nas regiões metropolitanas brasileiras, o núcleo central normalmente apresenta menor crescimento, tendo em vista o alto valor da terra e a ocupação dos terrenos com atividades econômicas. E, de fato, Aracaju cresceu apenas 5% nesse período. Por outro lado, nos municípios vizinhos a população cresceu mais, resultado de dois processos: a periferação da moradia de baixa renda e o aumento de empreendimentos horizontais fechados destinados às camadas de maior poder aquisitivo, evidenciando uma forte segregação socioespacial. Em alguns casos, ambos os processos podem ocorrer no mesmo município. Esse é o caso da Barra dos Coqueiros, onde se constatou, no período entre 2010 e 2022, um incremento de 66% da população residente, decorrência do extraordinário interesse do mercado imobiliário privado, sobretudo após a construção da ponte Construtor João Alves em 2006, que viabilizou diversos condomínios residenciais fechados do outro lado do Rio Sergipe, seja de alta renda na faixa da praia, seja para uma classe média localizados mais próximos ao núcleo urbano central.

Como essa região da Barra dos Coqueiros foi preparada para atender às novas demandas de mobilidade urbana após a construção da ponte? Observa-se que apenas a infraestrutura viária recebeu maiores investimentos do poder público, como a abertura de novas vias e (re)qualificação de outras, em contraponto a um baixo investimento no sistema de transporte público.

Esse processo de ocupação da Barra dos Coqueiros evidencia a fragmentação do espaço urbano, mencionada anteriormente. Os condomínios horizontais trazem uma expansão de baixa densidade populacional e um uso extensivo do

solo. Outra consequência é a acentuada redução na mistura de usos e, por conseguinte, no aumento das distâncias, produzindo deseconomias para o sistema de transporte público (intervalos longos entre partidas nos bairros periféricos mais próximos de Pirambu, na extremidade norte do município) e fomentando o uso do transporte individual. Em uma escala micro, tem-se uma má qualidade do desenho urbano e do espaço público, já que o modelo de condomínio residencial fechado se assemelha a ilhas de moradia, isoladas umas das outras, cercadas de muros altos com uma única conexão direta com a rua.

Importante observar que existem planos para a construção de uma segunda ponte ligando Aracaju a Barra dos Coqueiros, proposta com alto custo financeiro e impactos negativos ao meio ambiente, mas que atende claramente ao mercado imobiliário.

Proposições para um novo sistema de transporte metropolitano

A relação do sistema de transporte público com a região metropolitana se inicia no final dos anos 1990, como mencionado anteriormente, com a ampliação do sistema integrado de Aracaju para os demais municípios, constituindo o Sistema Integrado Metropolitano (SIM). Desde então, o sistema se transformou muito pouco. Muito embora tenham surgido novas linhas de ônibus e terminais (em Nossa Senhora do Socorro e São Cristóvão), ocorreram de fato poucas alterações significativas na infraestrutura viária da cidade e na concepção do sistema.

A criação do Consórcio de Transportes da RMA, ainda que bastante tardia

(Lei Complementar nº 266/2015) foi imprescindível como marco regulador para o planejamento e a gestão do território da Região Metropolitana, mas o serviço de transporte público ainda funciona sem licitação, o que fere a Constituição Federal. Apenas em junho de 2024 foi publicado o edital de licitação do transporte público para a região metropolitana.

Apontamos alguns problemas significativos do atual edital de licitação. Um deles é o modelo de gerenciamento escolhido que coloca a prefeitura da capital, Aracaju, como principal gestora do Consórcio, quando o mais indicado deveria ser um órgão ou empresa estadual, em parceria com os municípios. Outro problema diz respeito ao caráter pouco participativo de sua elaboração. Entre 22 de março e 05 de abril de 2024 foi aberta uma consulta pública online para recebimento de sugestões e manifestações dos cidadãos, por meio de um formulário disponibilizado em um portal eletrônico que não aceitava fotos nem mapas. Foram apenas dez dias úteis para que cidadãos se manifestassem sobre a concessão pública de um serviço essencial para a população para os próximos 20 anos, podendo ser prorrogado por mais 5. Com tão pouco tempo, e considerando que o edital é um documento com aproximadamente 600 páginas com um texto técnico de difícil entendimento por pessoas leigas, é inviável obter um número razoável de manifestações valiosas para a melhoria do edital. Também não foi realizada uma escuta qualificada dos interessados por meio de audiências públicas e reuniões com organizações e movimentos sociais, associações de bairros e demais partes interessadas. Dessa forma, não se pode dizer que houve participação efetiva da população em

geral e dos usuários do sistema de transporte coletivo.

Diversos outros problemas do edital propriamente dito podem ser ainda elencados, para os quais existem caminhos mais adequados que levariam a um sistema de transporte público de qualidade. O edital não prevê a integração temporal com um cartão (já existente para pagamento de passagens) que permita ao passageiro fazer a conexão de uma linha com outra em qualquer ponto da cidade, não sendo forçado a ir até um dos terminais. O edital de licitação deveria exigir a aquisição de ônibus de grande porte, como ônibus articulado ou biarticulado, motor traseiro para facilitar o embarque e melhorar a qualidade de trabalho para os motoristas, piso baixo, portas largas com rampa de acesso, ônibus pneumático com sistema de “ajoelamento” para facilitar o embarque e desembarque. Os ônibus de grande porte são necessários para atender aos corredores de grande demanda e melhora a fluidez e regularidade. O atual edital menciona apenas ônibus básico. Lamentavelmente nem mesmo ônibus elétrico é exigido, na contratação das grandes cidades brasileiras.

As pessoas se afastam do transporte coletivo pela falta de regularidade dos ônibus e por não terem informações básicas dos horários dos ônibus, embora exista tecnologia GPS que permite ao usuário saber a localização dos veículos em tempo real. O passageiro deve ter confiança no sistema, sabendo que horas o ônibus vai passar no ponto e quando vai chegar no destino. Atualmente os usuários só tem acesso aos horários das linhas em seus pontos iniciais, mas não sabem quando e qual ônibus passa em algum ponto de parada intermediária. Há quase completa falta de informação so-

bre a dinâmica de circulação dos ônibus e como a rede de linhas está organizada, pois não existem mapas de linhas e quadro de horários, nem nos terminais. O órgão público de mobilidade urbana, responsável pelo planejamento, organização e regulação do sistema, deve disponibilizar aos passageiros um material informativo de qualidade, seja gráfico ou textual, contendo quadro de horários e rede de linhas legível e de fácil entendimento.

O edital não está em conformidade com o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Aracaju (PDDU) de 2000, desatualizado e ainda sem revisão. Sem um Plano Diretor atualizado não há como traçar um sistema de BRT's, não previsto no edital, podendo comprometer a RMA a ficar sem um corredor de ônibus moderno nos próximos 25 anos, gerando um enorme prejuízo para os usuários do sistema e comprometendo os próximos gestores (Figura 2).

Mas, como dito anteriormente, mobilidade urbana não é apenas ônibus. A precariedade no sistema de transporte público também pode ser facilmente observada nas formas ativas de mobilidade, como andar a pé e de bicicleta. A acessibilidade, comodidade e segurança nos deslocamentos pela cidade deveriam estar presentes seja no transporte público, garantidas, por exemplo, na oferta de ônibus com portas largas e piso baixo, como no andar a pé e no transporte cicloviário. Embora sejam modos de transporte sustentáveis, são relegados a um segundo plano pelas gestões urbanas. Como bem ressalta Vasconcelos (2017, p. 48), “não há prefeitura no Brasil que tenha um mapa detalhado das suas calçadas, ao passo que a maioria tem um mapa das vias para os veículos”. As calçadas são cheias de obstáculos como carros estacionados,



Figura 1: Ponto de parada em Aracaju sem informações sobre percurso e horários das linhas de ônibus

Fonte: César Henriques Matos e Silva, 2024.

buracos e desníveis, e as travessias de ruas são extremamente inseguras com faixas de travessia muitas vezes mal sinalizadas e sem semáforo para pedestres. Quanto ao transporte cicloviário, temos uma rede de ciclovias extremamente deficiente, com falta de sinalização e infraestrutura adequada. Não se pode deixar de ressaltar que as bicicletas também podem circular normalmente nas ruas e avenidas, mesmo que não haja ciclovias ou ciclofaixas. Em suma, a rede cicloviária é composta por toda a malha viária da cidade.

Os órgãos de mobilidade urbana municipais devem ter uma atenção especial à mobilidade ativa e sua integração com o transporte público coletivo motorizado. Os passageiros chegam caminhando aos terminais e pontos de parada de ônibus. Quem sabe um dia os usuários do transporte público sejam não apenas os trabalhadores, mas também os patrões, empresários e gestores. Tudo isso é um enorme desafio do planejamento urbano

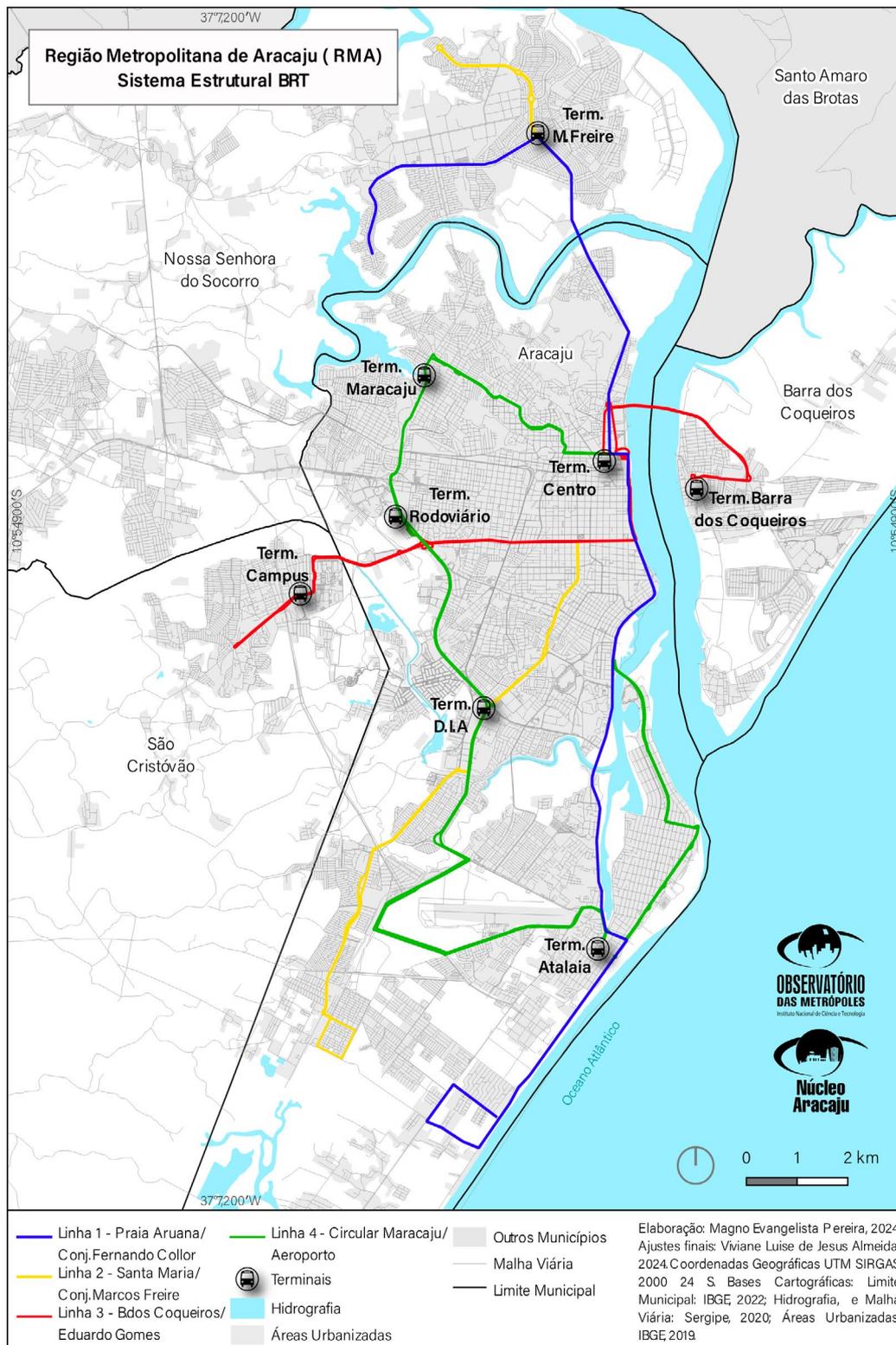


Figura 2: Região Metropolitana de Aracaju, Proposta de um Sistema Estrutural BRT

Fonte: Elaboração: Magno Evangelista Pereira, 2024. Ajustes finais: Viviane Almeida, 2024.

para prefeitos e vereadores das nossas cidades. É necessário pensar em uma mobilidade urbana integrada, inclusiva, sustentável e que respeite o meio ambiente.

Referências

DUARTE, F.; SÁNCHEZ, K.; LIBARDI, R. **Introdução à mobilidade urbana**. Curitiba: Juruá Editora, 2012.

VASCONCELOS, E. A. **Andar nas cidades do Brasil**. In: Cidade de pedestres: a caminhabilidade no Brasil e no mundo. Andrade, Victor e Linke, Clarisse (orgs.). Rio de Janeiro: Babilonia Cultural Editorial, 2017.

FRANÇA, S. L. A.; ALMEIDA, V. L. de J.; MELO, C. C. S. **Os dados preliminares do Censo 2022 na Região Metropolitana de Aracaju apontam novas tendências?** Observatório das Metrôpoles, Artigos Semanais, 22 set 2023 <<https://www.observatorio-dasmetrololes.net.br/os-dados-preliminares-do-censo-2022-na-regiao-metropolitana-de-aracaju-apontam-novas-tendencias/>>. Acesso em julho de 2024.

EIXO
SANEAMENTO AMBIENTAL
E DESIGUALDADES
SOCIOESPACIAIS

O QUE FAZER COM A ÁGUA DA CHUVA NA REGIÃO METROPOLITANA DE ARACAJU?

Possibilidades de renaturalização o direito
de ir e vir com qualidade

Lina Martins de Carvalho

Wesley Rodrigues de Aquino

Clarice Mendes Cavalcante Barros

João Victor Silva Espínola

O presente capítulo visa proporcionar aos leitores uma reflexão a respeito das possibilidades de implementação de estratégias que aumentem o aporte natural nas cidades constituintes da Região Metropolitana de Aracaju (RMA), como fator contribuinte e indispensável para a vida humana na urbe, sendo ainda considerado como elemento agregador às medidas de contenção das águas da chuva. Os estudos discutidos no presente texto foram financiados pela CAPES e Universidade Federal de Sergipe (UFS).

Cidade, águas de chuva e natureza

Pensar as cidades e suas implicações para as questões ambientais e sociais é tarefa difícil, tendo em vista as diferentes formas de ocupação humana, suas adaptações às características locais, bem como as condições naturais e susceptíveis do próprio sítio em que se encontram.

A ampliação da oferta de saneamento foi crucial para a melhoria da qualidade de vida da população das cidades em geral, contribuindo para sua fixação e equilíbrio com a natureza. As técnicas higienistas de saneamento evoluíram ao longo do século XX seguindo a demanda dos problemas citadinos, avanço da ciência, conscientização das populações para as questões ambientais, bem como capacidade dos gestores e órgãos públicos em conduzirem sua implementação. Entretanto, apesar desses benefícios, as grandes obras de engenharia necessárias para a implementação de infraestrutura urbana foram responsáveis pela degradação de recursos naturais, impactos ambientais, contaminação e inundação.

A partir de 1990 a atenção ambiental se iniciou mundialmente, considerada como uma fase sustentável do saneamento, muito influenciada pelo relatório *Brundtland* de 1986, da Organização das Nações Unidas (ONU), em que foi disseminado o conceito de desenvolvimento sustentável, estimulando acordos políticos entre diferentes nações (Tucci, 2008; Bélanger, 2013). Nessa fase sustentável, principalmente sobre drenagem e manejo das águas, observamos o surgimento de diversos conceitos que corroboram com a necessidade de ações gentis entre cidades e natureza, englobando, inclusive, o planejamento urbano nas tomadas de decisão sobre as águas da chuva, através de planos diretores de drenagem e manejo de águas pluviais ou manuais instrutivos de ações práticas. Esses conceitos, como infraestrutura verde e soluções baseadas na natureza, apresentam a necessidade de aproximarmos as cidades aos seus recursos naturais.

Como forma de viabilizar a aplicação prática desses conceitos, diversas técnicas passaram a ser implementadas ao longo da malha urbana, como forma de contribuir com a retenção e infiltração das águas da chuva, preservação de áreas permeáveis vegetadas, recarga de aquíferos e planejamento da ocupação urbana, com base em mecanismos naturais de escoamento das águas pluviais, de modo integrado com a infraestrutura convencional já instalada, promovendo redução de inundações e melhoria da qualidade de vida nas cidades. São exemplos: jardins de chuva, teto verde, lagoas pluviais, pavimentos permeáveis, canteiros pluviais, dentre outros (Cormier e Pellegrino, 2008).

Por volta dos anos 2000, uma visão baseada em sistemas passou a ser empre-

gada nas cidades, identificando as potencialidades da natureza como protagonista na solução dos problemas relacionados à drenagem e manejo das águas pluviais. A natureza e a paisagem urbana passam a ser consideradas como infraestrutura, essencial para a melhoria da qualidade de vida, devendo ser inserida nas práticas e planos urbanísticos de forma tão incisiva quanto os demais elementos constituintes da infraestrutura urbana, como esgotamento sanitário, abastecimento de água, energia e mobilidade (Cormier e Pellegrino, 2008; Bélanger, 2013).

Assim, os espaços livres constituídos de natureza e paisagem tornam-se fundamentais para propostas sustentáveis de drenagem e manejo de águas pluviais, contribuindo com a qualidade dos ecossistemas das cidades. Os serviços ecossistêmicos constituídos de primazia socioambiental e produtividade econômica – através da vegetação, cursos hídricos e fauna – viabilizam o incentivo à preservação, manutenção e valorização da nature-

za nas cidades, trazendo benefícios de: 1) infraestrutura, proporcionando melhores condições de manejo das águas pluviais, como infiltração, zonas úmidas e amortização da água a ser escoada; 2) manutenção do ecossistema a partir da distribuição de seres vivos; 3) melhoria do bem-estar humano e sua adaptabilidade ao espaço físico; 4) dinâmica urbana ao proporcionar lugares agradáveis, saudáveis e que promovam, inclusive, a sua valorização.

A Região Metropolitana de Aracaju (RMA) no contexto das águas pluviais

A RMA é formada por Aracaju, Barra dos Coqueiros, Nossa Senhora do Socorro e São Cristóvão. São Cristóvão e Nossa Senhora do Socorro iniciaram seus assentamentos, respectivamente, nos séculos XVI e XVIII (Nogueira, 2004), com traçado orgânico e espontâneo, respeitando fatores naturais como topografia, zonas úmidas e áreas destinadas ao plantio. A disposição de lotes estreitos e alongados com quintais, a delimitação de praças e espaços para lazer e contemplação, bem como, manchas verdes no interior das quadras, são características positivas para o manejo das águas pluviais, proporcionando opções de infiltração e amortecimento do escoamento (Figura 1).

Em contrapartida, Aracaju possui malha urbana ortogonal rígida, oriunda das quadrículas de Pirro, cuja manutenção e replicação demandou alterações nas características do seu sítio natural, sendo necessários aterros, desmonte de morros e extinção das várias áreas úmidas e/ou vegetadas, principalmente mangues (Nogueira, 2004). Sob influência higienista, os bairros de Aracaju que cresceram ao longo do século XX, tiveram seus riachos



Figura 1: Centro histórico de São Cristóvão

Fonte: Google Earth, 2021; adaptado por Carvalho, 2024.



Figura 2: São Cristóvão

Fonte: Google Earth, 2021; software QGIS; adaptado por Carvalho, 2024



Figura 3: Lagoas naturais de drenagem da ZEU

Fonte: Google Earth, 2024; software QGIS; adaptado por Carvalho, 2024.

canalizados para aproveitamento do traçado das vias e neutralização dos alagamentos, ocasionados pelos baixos níveis de altitude e proximidade do lençol freático à superfície do solo (Lima, 2002). Seguindo um processo de crescimento semelhante, as periferias de São Cristóvão e Nossa Senhora do Socorro, conurbadas e dependentes economicamente da capital, são constituídas por conjuntos habitacionais (França, 2019), com riachos canalizados, viabilizando-se a maximização do parcelamento urbano (Figura 2), em detrimento de um tipo de ocupação com menor impacto ambiental que preserve as áreas vegetadas, margens de cursos hídricos, uso agrícola e zonas úmidas.

Ainda em relação à configuração urbana e os estudos de drenagem, observamos a supressão de importantes elementos naturais tendo em vista a expansão urbana baseada na especulação imobiliária, a exemplo dos condomínios de casas de alto poder aquisitivo localizados na antiga Zona de Expansão Urbana de Aracaju

(ZEU) (Figura 3) e na Barra dos Coqueiros, próximos à faixa costeira. É identificado traçado favorável à especulação e à contemplação da paisagem litorânea, ocasionando supressão da continuidade das lagoas naturais de drenagem, ou seja, áreas naturalmente alagadiças que fazem parte do ecossistema local e que contribuem, sobremaneira, com o equilíbrio ambiental.

Possibilidades de melhoria

Em qualquer intervenção urbana é salutar que se considere o planejamento regional e a delimitação da bacia hidrográfica como escala de planejamento. A RMA encontra-se a níveis mais baixos da Bacia Hidrográfica do rio Sergipe, que deságua no oceano Atlântico, devendo ser uma região planejada ambientalmente conforme essas circunstâncias, que são: permoporosidade, menores possibilidades de formação de poços aquíferos, áreas planas e geralmente alagáveis, havendo ainda interferências da maré e das localidades

situadas nas cotas de níveis mais altos da bacia, ou seja, de seus municípios vizinhos.

Por esse motivo, é importante pensar num planejamento integrado entre os municípios, principalmente aqueles que compartilham as mesmas bacias hidrográficas, a exemplo de Aracaju, pois possui sua delimitação municipal quase totalmente preenchida pela malha urbana, não havendo áreas livres rurais disponíveis em seu entorno, inviabilizando sua autossuficiência em termos de produção de alimentos, de mananciais para o abastecimento de água, fontes de energia, florestas para a preservação da biodiversidade, dentre outros.

Os serviços de infraestrutura também devem ser planejados de forma integrada, pois as ações neles implementadas sofrem influência mútua, a exemplo de: descarte irregular de resíduos que gera obstrução nos canais de drenagem; despejo irregular de esgoto doméstico nos canais aumentando a poluição e a vazão a ser drenada; desmatamento que pode afetar a qualidade de distribuição de água potável para as cidades. Planos e ações conjugadas devem ser pensadas não apenas entre os serviços de saneamento, mas também de modo a abranger outras demandas, fortalecendo a relação intrínseca entre a oferta de infraestrutura, a qualidade das políticas de habitação, a conscientização ambiental e mobilidade urbana, pois juntas promovem a melhoria da qualidade de vida da população e dos espaços urbanos de modo sistêmico. Os serviços monofuncionais de infraestrutura seriam, assim, substituídos por serviços multifuncionais, que agregariam mais valor às ações públicas.

Muitos estudos defendem que a paisagem, e seus elementos naturais, também deve ser considerada como parte da infraestrutura urbana (Bélanger, 2013). É nesse sentido que o presente trabalho defende a

implementação de projetos de infraestrutura verde nos municípios da RMA, como forma de proporcionar a restauração ambiental dessas cidades, condizentes com as características naturais do sítio e que sejam adaptados à atual configuração da malha urbana. Essa proposta traria benefícios aos mais diversos setores, sejam eles ambientais, sociais e econômicos, considerando ainda o baixo custo das intervenções sustentáveis de infraestrutura urbana (como jardins de chuva e zonas úmidas) se comparadas às técnicas de engenharia convencionais (como canalização de rios).

Um exercício importante a ser feito é analisar a configuração dos espaços livres desses municípios e identificá-los como potenciais para a implementação de infraestrutura verde, pois preservam resquícios da natureza, como áreas vegetadas e recursos hídricos, essenciais para o melhor desempenho da infiltração, escoamento e retenção das águas pluviais. A infraestrutura verde pode ser abordada nas várias escalas da estrutura urbana, desde a macroescala (municípios vizinhos), à mesoescala (bairros) e microescala (canais de drenagem). Como forma de contribuir com propostas possíveis para a RMA, foram pensadas em estratégias de infraestrutura verde nessas 3 (três) escalas de abrangência.

Propostas para macroescala, mesoescala e microescala

Para a macroescala, acredita-se que um sistema de infraestrutura verde em fortalecimento à proteção dos rios que margeiam e delimitam os municípios da RMA serviria de contenção ao crescimento urbano disperso e promoção de diversidade ecológica. Estratégias de conexão entre os elementos verdes (vegetação) e

azuis (água) poderiam promover um efeito sistêmico na cidade, imprescindível para a manutenção desses espaços como estruturantes, possibilitando sua ligação a outros arranjos naturais de menor escala.

Sobre a mesoescala, exemplifica-se o caso do bairro Eduardo Gomes (São Cristóvão), para onde foram pensadas as técnicas de pavimento permeável, biovaletas, grade verde, jardins de chuvas, canteiros e lagoas pluviais em pontos previamente selecionados (Figura 4). O objetivo consiste em fazer com que essas técnicas funcionem de forma conjugada e interdependente, para sanar os alagamentos e inundações provenientes do aumento populacional e da área impermeabilizada pelos conjuntos habitacionais do Rosa Elze, bem como, da canalização de afluentes do rio Poxim, a exemplo do popularmente conhecido riacho da Xoxota (Figura 4).

No que consiste à microescala, tem-se o exemplo dos canais de drenagem

(Aracaju), que se apresentam adjacentes às vias de tráfego urbano e poluídos por causa do despejo indevido de esgoto doméstico. A análise dos canais recaiu sobre dois cenários distintos: 1) Canais com pouca margem de intervenção (localizados nas paisagens urbanas mais consolidadas e centrais), para os quais foi selecionado o canal Anísio Azevedo no bairro 13 de Julho – com propostas de jardins de chuva em seu entorno; e 2) Canais com ampla margem de intervenção (encontrados nas franjas urbanas de menor consolidação), para os quais foi selecionado o canal da Avenida Amarela no bairro 17 de Março e Aruanda – com propostas de biovaletas, jardins filtrantes, interseções viárias e incremento arbóreo nas extremidades (Figura 3). O objetivo das propostas consiste ainda em promover o aumento de áreas permeáveis e vegetadas, contribuindo com a redução do transbordamento dos canais durante a época de chuvas.

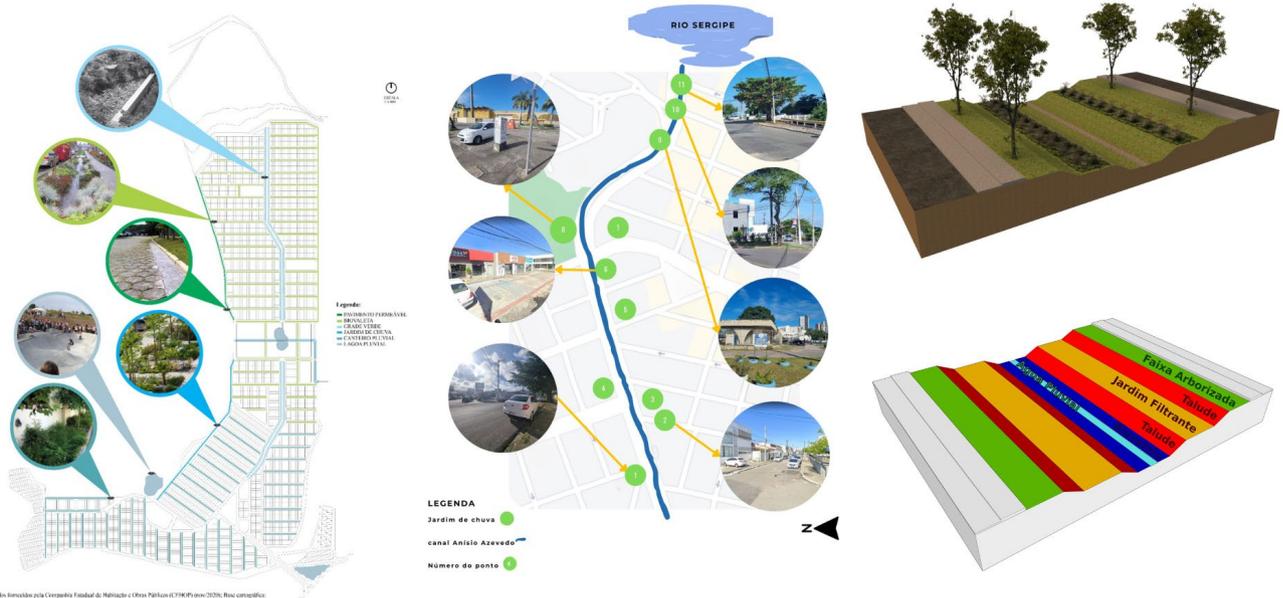


Figura 4: Propostas de técnicas sustentáveis de drenagem urbana para o bairro Eduardo Gomes (esquerda), canal Anísio Azevedo (centro) e canal Avenida Amarela (direita)

Fonte: Aquino, 2021 (esquerda); Barros, 2023 (centro); Espínola 2023 (direita).

Benefícios

Essas estratégias sustentáveis de drenagem urbana têm como premissa a busca da equidade entre as condições natural e urbana das cidades, convergindo esses termos muitas vezes antagônicos, se apresentando de forma importante para melhoria mútua.

As propostas apresentadas buscaram promover a ressignificação dos corpos hídricos locais, a partir da idealização de cenários que atendam às demandas de saneamento urbano, mais especificamente sobre a drenagem e manejo de águas pluviais, e que, ao mesmo tempo, proporcione melhorias ambientais (ciclo hidrológico), sociais (conforto e qualidade de vida) e econômicas (valorização). Para que isso seja possível, as estratégias devem partir de ações pontuais de baixo impacto ambiental, tanto em áreas afetadas por alagamentos quanto em suas adjacências, não comprometendo a infraestrutura do entorno edificado e sen-

do adaptadas e complementares à infraestrutura pré-existente proporcionando benefícios à infiltração e purificação das águas da chuva com o incremento de vegetação urbana.

É preciso destacar que as estratégias sustentáveis de drenagem dependem da criação de sistemas de espaços livres interconectados sobre a malha urbana, propensos à infiltração das águas pluviais e que corroborem a amenização de alagamentos. Necessita-se do planejamento integrado dos serviços de infraestrutura urbana, pois as estratégias eficientes de drenagem dependem da ligação dos domicílios às redes de esgotamento sanitários, bem como, de investimentos na conscientização ambiental que amenizem o descarte irregular de resíduos sólidos nas ruas das cidades. Há ainda a idealização de purificação e revitalização dos cursos d'água, de modo a contribuir com a manutenção e despoluição do meio ambiente, sendo para isso necessários investimentos desde a macroescala à microescala urbana.

Referências

- BÉLANGER, P. **Landscape infrastructure urbanism beyond engineer**. 2013. 450 f. Tese de Doutorado – Wageningen University, Wageningen, Holanda, 2013.
- CORMIER, N. S.; PELLEGRINO, P. R. M. Infra-estrutura verde: uma estratégia paisagística para a água urbana. **Revista Paisagem Ambiente: ensaios**. São Paulo, n. 25, p. 125-142, 2008.
- FRANÇA, S. L. A. **Vetores de expansão urbana: Estado e mercado na produção da habitação em Aracaju/SE**. São Cristóvão/SE: Editora UFS, 2019.
- LIMA, S. M. de. Saneamento e higiene como signos de uma urbs moderna: uma breve leitura da evolução urbana de Aracaju. **Revista TOMO**. 2002.
- NOGUEIRA, A. D. **Análise sintático-espacial das transformações urbanas de Aracaju (1855-2003)**. 2004. 344 f. Tese de Doutorado (Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal da Bahia, Salvador/BA, 2004.
- TUCCI, C. E. M. Águas Urbanas. **Revista Estudos Avançados**. v. 22, n. 63, p. 97-112, 2008.

EIXO
TRANSIÇÃO ECOLÓGICA E
CLIMÁTICA DAS CIDADES
E QUALIFICAÇÃO DO
AMBIENTE URBANO

**ÁREAS DE PRESERVAÇÃO
PERMANENTE URBANAS E
A (IN)SUSTENTABILIDADE
SOCIOAMBIENTAL ÀS
MARGENS DO RIO POXIM EM
ARACAJU**

Ingrid Carvalho Santos Oliveira

Jailton de Jesus Costa

Lindemberg Medeiros de Araujo

Ticiano Rodrigo Almeida Oliveira

Imagine um rio que percorre diferentes trechos da cidade, cheio de vida e com suas margens repletas de verde que funcionam como um respiro em meio às ruas asfaltadas. Esse rio poderia ser o rio Poxim e esse verde poderia compreender as Áreas de Preservação Permanente (APPs) urbanas, atuando como elo entre o ambiente construído e o natural, um espaço no qual a natureza se mantém intacta e oferece refúgio para fauna e para a flora. Mas, nas margens do rio Poxim, em Aracaju/SE, o cenário é bem diferente. O que deveria ser um oásis de biodiversidade transforma-se em um palco de degradação ambiental e conflitos socioambientais.

A frase, transcrita no começo deste texto, é um trecho da fala de um pescador ao ser questionado sobre como é a labuta de pescador nas águas do rio Poxim, em Aracaju/SE. Junto com o rio Sergipe e o rio Vaza-barris, o rio Poxim compõe a paisagem urbana, colaborando com áreas verdes em meio ao asfalto de ruas e avenidas da cidade. Mas, basta nos aproximarmos para perceber que o verde das suas margens logo é substituído pela visível falta de qualidade de suas águas.

É nessa narrativa de resistência que a natureza e os que vivem em sintonia com ela

lutam para sobreviver diante da expansão urbana sem o planejamento urbano correto. Diante da problemática arrolada de promoção de cenários de (in)sustentabilidade, questiona-se: Como auxiliar na preservação das APPs? Como as APPs podem auxiliar no planejamento urbano sustentável? Como as pessoas que vivem das águas do rio Poxim podem colaborar com a preservação dessa riqueza em meio ao caos urbano?

Antes de respondê-las, é necessário compreender que as APPs são áreas regulamentadas através da Lei Federal nº 12.651/2012, popularmente conhecida como Código Florestal, e desempenham um papel fundamental na manutenção da qualidade de vida da população e na preservação de ecossistemas importantes como manguezais. À medida que a cidade de Aracaju cresce, novos bairros, avenidas e edificações surgem, muitas vezes destruindo a vegetação nativa das margens dos rios. As APPs, que deveriam ser intocáveis, são frequentemente ameaçadas e/ou ocupadas pelo avanço das áreas construídas, resíduos sólidos, esgotos domésticos e industriais, lançados diretamente no rio, queimadas e vítimas do desmatamento ilegal.

O papel das APPs vai além da proteção ambiental direta, pois também são



Figura 1: Rio Poxim no trecho do bairro Inácio Barbosa em Aracaju/SE.

Fonte: Ticiano Rodrigo Almeida Oliveira, 2024.

fundamentais para o controle de desastres naturais, como enchentes e deslizamentos de terra. Elas atuam como uma barreira natural, absorvendo o excesso de água durante períodos de chuva intensa e estabilizando o solo, prevenindo erosões. Sem essas áreas protegidas, os ecossistemas urbanos enfrentam diversos problemas, comprometendo a saúde pública, bem-estar, biodiversidade, entre outros.

É nessas APPs que é realizada a atividade da pesca artesanal. Dados do Ministério da Pesca e Aquicultura (2023) informam que há aproximadamente 1 milhão de pescadores no Brasil. Destes, 25 mil estão no estado de Sergipe e 10 mil pescadores atuam em Aracaju. Mas esses dados estão desatualizados e passam por constantes processos de recadastramento, o que gera muitas dúvidas em relação à quantidade de pescadores e ao volume de captura de pescado na região, o que acarreta diretamente o direcionamento de políticas públicas para o setor.

Pescar é um ato de resistência. A atividade realizada no rio Poxim, como em outras cidades brasileiras que são banhadas por rios, é rodeada por conflitos socioambientais que ameaçam as atividades produtivas, gerando marginalização, perda de identidade e de sua própria história. Os impactos ambientais são mais percebidos pelos ribeirinhos, em especial pescadores e marisqueiras, que tentam garantir seu modo de vida, cada vez mais ameaçado. Uma constatação é a queda da população de pescados, repetidamente descrita por representações dessas comunidades, como resultado direto do processo de poluição das águas ao longo do rio.

A bacia hidrográfica do rio Poxim é uma sub-bacia do rio Sergipe, formada pelos rios Poxim-Mirim, Poxim-Açu, Pitanga e Riacho Timbó, abrangendo uma área de

350 km². Insere-se, em grande parte, na zona do litoral do Estado, compondo ambientes costeiros complexos e dinâmicos, como estuários e manguezais. O rio Poxim drena os bairros São Conrado, Inácio Barbosa, Coroa do Meio, Farolândia, Jabotiana e Jardins, sendo que os dois primeiros abrigam diversas ocupações subnormais, situadas em APPs. O bairro da Coroa do Meio já foi objeto de intervenções para regularização de problemas dessa ordem. Fora da zona urbana, verifica-se nessa bacia a presença de atividades agropecuárias relacionadas, principalmente, aos cultivos da cana-de-açúcar, laranja, mandioca e milho.

Nas últimas décadas, principalmente em função do crescimento populacional e industrial, é fácil observar o aumento da demanda por água, associada à degradação de sua qualidade, o que tem resultado em conflitos de usos e problemas de escassez quantitativa e qualitativa.

Com o aumento da demanda de recursos hídricos, decorrente do crescente processo de urbanização, o aumento populacional mundial se deu na taxa de 1% em 2020. Apesar dessa taxa ser considerada a menor dos últimos 50 anos (ONU, 2012), espera-se que a população urbana chegue a duplicar até 2050, tornando a urbanização a mais transformadora tendência do século XXI. A população humana chegou a 8 bilhões em novembro de 2022 e com esse cenário estima-se que o consumo mundial de água aumentou seis vezes nos últimos cem anos e continuará a crescer, constantemente, a uma taxa de 1% ao ano (ONU, 2020).

Observa-se também que, em Aracaju, as APPs do rio Poxim são margeadas por bairros populosos e que impactam diretamente o rio. A partir disso, é possível notar que como fragilidades, pode-se observar: a ocupação irregular de APPs (edificações localizadas em trechos que não deveriam

estar, a exemplo das margens do rio sendo um local promissor para enchentes e alagamentos); efluentes lançados diretamente no rio, o que pode prejudicar a qualidade de suas águas; e baixa fiscalização e sinalização das APPs. Como potencialidades, observa-se que, em alguns trechos, as áreas próximas das APPs poderiam ser utilizadas como Espaços Livres voltados para práticas sociais (ex: parques e praças), mas que estão sem investimentos corretos. O Estado, por sua vez, falha em intervir e gerir de forma eficiente e integrada às cidades às margens de um rio, contribui para reproduzir as vulnerabilidades socioambientais, especialmente para grupos sociais de baixa renda, segregados em margens dos rios, em áreas de maior instabilidade.

Proposições

Para mitigar esses problemas, são propostas ações que considerem a diversidade da natureza local às margens do rio, os dilemas sociais de ocupação e uso da terra. Essas ações devem ser implementadas através da revisão das políticas existentes, e no caso de Aracaju, na extrema e gritante necessidade de renovação do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano, na gestão integrada das margens dos rios em áreas urbanas.

Referências

MINISTÉRIO DE PESCA E AQUICULTURA. **Brasil tem mais de 1 milhão de pescadores profissionais e 49% são mulheres.** 2023. Disponível em <<https://www.gov.br/mpa/pt-br/assuntos/noticias/brasil-tem-mais-de-1-milhao-de-pescadores-profissionais-e-49-sao-mulheres>>. Acesso em julho de 2024.

ONU, United Climate Change. **Loss and Damage.** 2020. Disponível em: <https://unfccc.int/sites/default/files/resource/Online_Guide_feb_2020.pdf>. Acesso em julho de 2024.

ONU, United Climate Change. **Synopses Series: Slow Onset Events.** 2012. Disponível em: <https://unfccc.int/files/adaptation/application/pdf/soe_synopsis.pdf>. Acesso em julho de 2024.

A integração das Áreas de Preservação Permanente no planejamento urbano é essencial para proporcionar cidades sustentáveis, mas na realidade local existem riscos, como inundações, enchentes e alagamentos em áreas densamente ocupadas, doenças ocasionadas pelas águas contaminadas e seus vetores, desvalorização de terras às margens de rios, perdas financeiras para atividades formais e informais, redução da mata ciliar, entre outros.

As APPs não apenas preservam os recursos naturais, mas também melhoram a qualidade de vida dos habitantes urbanos. Em um cenário de rápida urbanização e de mudanças climáticas, servem como “pulmões verdes”, reduzindo a poluição do ar, mitigando os efeitos das ilhas de calor urbanas. Portanto, incorporar as APPs no planejamento urbano é uma estratégia inteligente para criar cidades mais resilientes. Sua manutenção também facilita a implementação de infraestruturas verdes, como parques lineares que conectam diferentes áreas da cidade, promovendo a biodiversidade, proporcionando um ambiente mais equilibrado e vidas nas cidades.

Após tudo isso que vocês leram, vocês conseguem imaginar o que seria de Aracaju sem as APPs e o rio Poxim? É preciso encarar os desafios e abraçar as potencialidades, pois assim construiremos um amanhã melhor.

ARRANJO CLIMÁTICO E RELAÇÃO COM RISCOS E DESASTRES AMBIENTAIS NA REGIÃO METROPOLITANA DE ARACAJU

Josefa Eliane Santana de Siqueira Pinto

Alizete dos Santos

João Luiz Santana Brazil

O debate sobre a dinâmica climática associada aos desastres naturais é emergente diante das transformações da sociedade pós Revolução Industrial e da frequência de eventos, sobretudo em aglomerados urbanos. Considerando as cidades como um lugar de transformação e articulação entre a sociedade e a natureza, o clima se apresenta com seus arranjos sistêmicos e complexos, seja pela sua natureza ou pelos impactos.

O processo de urbanização rápido e desordenado no Brasil condicionou a população, sobretudo as mais vulneráveis socioeconomicamente, a ocuparem áreas de intensa suscetibilidade ambiental (margem de córregos, vertentes de morros/serras e ambiente flúvio lagunar). Quando associado ao sistema climático, a população está sujeita aos riscos ou desastres ambientais, a partir das chuvas intensas e, conseqüentemente, de picos de alagamento, inundações, movimento de massa, ou mesmo a sua vida em risco.

Em Sergipe, embora seja o menor Estado da federação, a Região Metropolitana de Aracaju (RMA) está cada vez mais em evidência na mídia local diante da frequência de eventos hidroclimáticos, e a produção dos riscos ambientais. Diante desse contexto, alguns trabalhos sobre a temática, como Santos (2012; 2019 e 2020) e Brazil (2016), apresentam dados sistematizados e analíticos que confirmam a necessidade de investimento para obtenção de dados e monitoramento do sistema ambiental, da vulnerabilidade social frente aos riscos em diversas escalas da RMA, que pode subsidiar o ordenamento territorial.

O condicionante climático na formação de riscos e suscetibilidade ambiental

As características do sistema ambiental físico (clima, geomorfologia, geologia, hidrografia, solos, formas de ocupação do solo) são fatores determinantes para o risco e a suscetibilidade ambiental, embora esses condicionantes tenham pesos de interferência diferentes frente aos eventos hidrológicos e geomorfológicos.

No contexto climático, a RMA caracteriza-se como o clima mais úmido, decorrente da influência da dinâmica marinha e da sua posição geográfica na porção oriental do Estado de Sergipe, bem como, das interações entre o sistema meteorológico durante o ano, por exemplo, o anticiclone semifixo do Atlântico Sul que dá origem às massas de ar Tropical Atlântica (mTa) e Equatorial Atlântica (mEa). Já o Anticiclone Subtropical do Atlântico Sul começa a se intensificar no inverno, alcançando o máximo, geralmente, em julho. Os ventos sobre o Atlântico Sul durante o período de abril a julho, passaram a ser de sudeste coincidindo com a época chuvosa no leste da região.

Importante mencionar a circulação local, notadamente o efeito das brisas marítimas na faixa litorânea corresponde à precipitação distribuída durante o ano e onde se registram os maiores totais do Estado. A precipitação concentra-se nos meses de abril até agosto, especialmente outono-inverno resultante da propagação da Frente Polar Atlântica e das Correntes perturbadas de Leste.

Porém, na RMA, situada na porção leste do Nordeste brasileiro, o impacto do clima é percebido com maior frequência através de eventos extremos de precipi-

tação. Dessa forma, vale ressaltar que, nas cidades costeiras analisadas, são responsáveis por inúmeras ocorrências pluviiais que causam transtornos às suas populações, principalmente em cidades que possuem habitações em locais de risco como encostas de falésias e também banhadas ou próximas de bacias hidrográficas urbanas, por isso, justificam-se estudos considerados significativos para que se tenha um planejamento adequado sobre as estruturas urbanas e demais necessidades da população.

Espacialização da suscetibilidade e riscos ambientais na RMA

A distribuição geográfica dos registros oficiais sobre os eventos e desastres (Figura 1) mostra que nos municípios da RMA ocorrem um predomínio de eventos relacionados à dinâmica hidrológica (inundação, enchentes, enxurradas e alagamento), em detrimento dos eventos geomorfológicos (movimentos de massa, e erosão).

Os maiores números de eventos/desastres estão atrelados às chuvas entre o outono e inverno, os principais sistemas atmosféricos a Zona de convergência intertropical (ZCIT) e os Distúrbios Ondulatórios de Leste (DOL), estes são responsáveis pelos maiores volumes de pluviosidade distribuída mensalmente. Da mesma forma, nas ocorrências, consequentemente, entre os meses de março e agosto têm-se os maiores registros, um total de 34 notificações. Como o exemplo que ocorreu, de modo intenso em 1991, em que os municípios da região decretaram situação de emergência mais de uma vez nesse referido ano. Nesse ano observou-se um volume de chuvas maior no

mês de maio, influenciando o número de ocorrência e população afetada.

As chuvas convectivas no período do verão e primavera também contribuem para ocorrência de eventos extremos, quando ocorrem maiores volumes de precipitação em curto espaço de tempo, no mês de dezembro, em função da incidência dos raios solares. Tal condição também se deve à atuação dos Distúrbios Ondulatórios de Leste (DOL) que ocorrem na faixa litorânea e levam a umidade.

A concentração pluviométrica, principalmente em tempo curto, tende a provocar vários pontos de desastres. Aracaju lidera no número de solicitações e registros de eventos, com pelo menos 28 menções a eventos ligados à dinâmica hidrológica e/ou desastres ligados à dinâmica geomorfológica. Em seguida, os municípios que mais sofreram com desastres e apelaram pela ajuda do poder Estadual ou Federal foram São Cristóvão e Barra dos Coqueiros com 14 eventos hidrológicos e/ou geomorfológicos, e Nossa Senhora do Socorro com 08 registros.

Os eventos hidrológicos se manifestam com maior magnitude quando as margens dos rios são ocupadas, as edificações, pavimentação, canalização e retificação de canais fluviais, entre outros fatores, favorecem o escoamento superficial das águas, devido a impermeabilização do solo. Essa situação é constatada em diversas localidades na RMA, a exemplo do bairro Roza Elze, em São Cristóvão, na sede da Barra dos Coqueiros, nos conjuntos habitacionais João Alves e Fernando Collor, em Nossa Senhora do Socorro, e com maior incidência em Aracaju. Na capital, devido ao inchaço urbano nas últimas décadas do século XX e início do atual, pela exiguidade e natureza geomorfológica do seu território, parte da

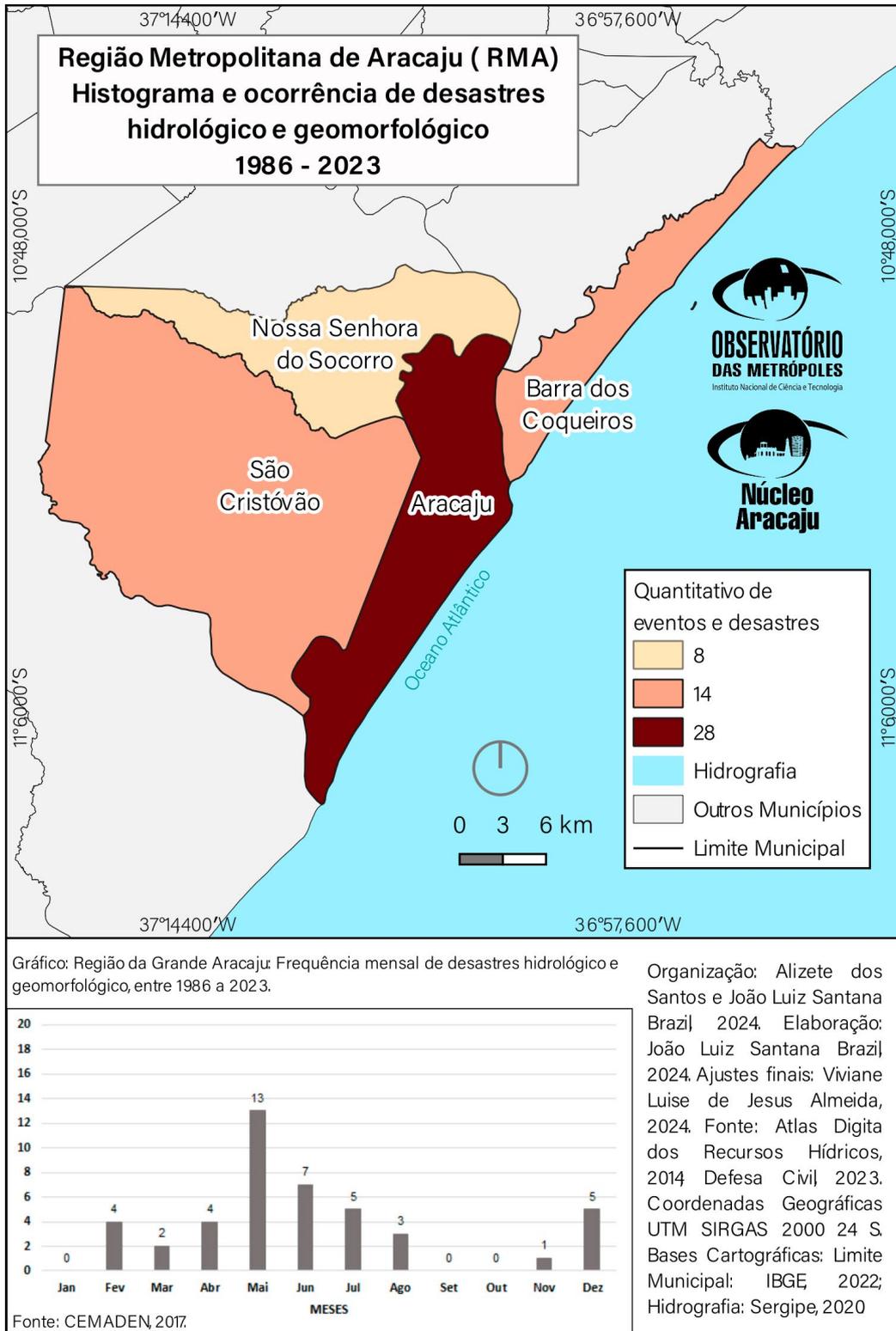


Figura 1: Região Metropolitana de Aracaju, Histograma e ocorrência de desastres hidrológicos e geomorfológicos, entre 1986 a 2023

Fonte: Atlas digital de recursos hídricos, 2014; Defesa civil, 2023. Elaboração: João Brazil, 2024. Ajustes finais: Viviane Almeida, 2024.

população ocupa porções do espaço geográfico muitas vezes inadequadas para o uso.

A prática de construção de grandes estruturas habitacionais de modo rápido e desordenado expõe a suscetibilidade e vulnerabilidade dos municípios (Quadro 1 e 2) frente ao processo de produção do espaço que está adensado sob o substrato físico, que, no caso da RMA, apresenta características de grande suscetibilidade aos processos morfogenéticos e que pode formar situação de riscos, quando a população se instala, resultando em elevado processo de degradação ambiental.

No contexto hidrográfico, a canalização dos cursos d'água na área urbana tornou-se um grande potencializador para a ocorrência de enchentes, inundações, alagamentos e erosões causadas pelas enxurradas. Na unidade geomorfológica Planície Costeira onde as altitudes são inferiores a 5 metros, observa-se que, nas áreas potencialmente susceptíveis, a ocorrência das enchentes causando transtornos para a população situa-se ao longo da planície de inundação drenada pelos rios do Sal, Cotinguiba, Jacarecica, Poxim, Vaza Barris, que drenam a RMA.

Classes	Suscetibilidade Hidrológica	Vulnerabilidade	Risco
	Características predominantes	Considerações	Descrição
Baixa	<p>Relevo: predominante nos Tabuleiros Costeiros dissecados em colinas; relevos residuais e morros altos.</p> <p>Forma das encostas: retilíneas, convexas e côncavas, suavizadas e topos amplos e planos;</p> <p>Pluviosidade média/anual: < 1200 mm</p> <p>Declividades: 13%- 45%</p> <p>Litologia: Formação Barreiras.</p> <p>Densidade de lineamentos/estruturas: baixa;</p> <p>Solos: profundos e evoluídos em determinadas áreas como os Argissolos Vermelho Amarelo eutrófico</p>	<p>-Majoritariamente caracterizado pelos conjuntos habitacionais populares, conjuntos habitacionais isolados, e condomínio de prédios residências. Todos com boa infraestrutura e habitação, baixa presença de jovens, de idosos e densidade demográfica, além da população com maiores anos de estudo.</p>	<p>Áreas sem possibilidade de enchentes, alagamento ou inundação;</p>
Média	<p>Relevo: terraço flúvio marinho; relevo dissecado com baixas altitudes;</p> <p>Formas das encostas: convexas e côncavas suavizadas e topos amplos e planos.</p> <p>Pluviosidade média/anual: entre 1200 a 1400 mm</p> <p>Declividade: 9% A 13%</p> <p>Litologia: calcário dolomito, filito, metachert arenito conglomerado.</p> <p>Solos: Neossolo Flúvico, Latossolo, Neossolo regolítico, Chernossolo.</p>	<p>A concentração de setores de média vulnerabilidade está concentrada na área consolidada. Os componentes de renda, analfabetos e densidade demográfica foram os mais preponderantes</p>	<p>A possibilidade está atrelado ao aumento de vazão dos rios e que haja solapamento de margem ou erosão fluvial.</p>

Alta	<p>Relevo: dissecados em colinas e interflúvios tabulares</p> <p>Forma das encostas: côncavas, convexas e retilíneas;</p> <p>Pluviosidade média/anoal: 1500 a 1700mm</p> <p>Declividades: 4% – 8%</p> <p>Litologia: folhelho, sedimentos aluvionar, sedimentos dentrito e laterítico;</p> <p>Densidade de lineamentos/estruturas: média;</p> <p>Solos: evoluídos e profundos;</p> <p>Processos: alagamento.</p>	A vulnerabilidade alta encontra-se concentrada na malha urbana tanto consolidada, como em áreas de expansão. Localizam-se nas margens de canais de drenagem, a concentração populacional favorece um ambiente de forte densidade demográfica, forte presença do analfabetismo, concentração de crianças e alta desigualdade social.	Ambiente com considerável possibilidade de enchentes, alagamentos e inundações no período de chuvas extremas.
Muito alta	<p>Relevo: terraços fluviais, terraços associados aos cordões litorâneos;</p> <p>Forma das encostas: côncavas e convexas;</p> <p>Amplitudes: >1800 mm</p> <p>Declividades: 0 A 3%</p> <p>Litologia: arenito, folhelho, siltito, argilito, calcário, dolomito e metapelito;</p> <p>Densidade de lineamentos/estruturas: alta;</p> <p>Solos: aluviais e moderadamente evoluídos a evoluídos;</p>	Setores com relevantes dados de analfabetismo, pobreza, predomínio de habitações improvisadas ou precárias no contexto dos aglomerados subnormais.	Áreas com frequência de alagamento/ inundações/ enchentes em período de chuvas com possibilidade de perdas e danos;

Quadro 1: Região Metropolitana de Aracaju, Síntese dos componentes de riscos hidrológicos

Fonte: Elaborado por: João Brazil, 2024.

Classes	Suscetibilidade Geomorfológica	Vulnerabilidade	Risco
	Características predominantes	Considerações	Descrição
Baixa	<p>Relevo: terraços fluviais, terraços associados aos cordões litorâneos;</p> <p>Forma das encostas: retilíneas, convexas e côncavas suavizadas e topos amplos e planos;</p> <p>Pluviosidade média/anoal: < 1200 mm</p> <p>Declividades: < 8%;</p> <p>Litologia: anfilito, metagranito, metagranodiorito, metaconglomerado, metaarenito.</p> <p>Densidade de lineamentos/estruturas: baixa;</p> <p>Solos: aluviais e moderadamente evoluídos a evoluídos;</p>	Majoritariamente caracterizado pelos conjuntos habitacionais populares, conjuntos habitacionais isolados, e condomínio de prédios residências. Todos com boa infraestrutura e habitação, baixa presença de jovens, de idosos e densidade demográfica, além da população com maiores anos de estudo.	Áreas sem possibilidades de serem atingidas por movimento de massa ou erosão acelerada
Média	<p>Relevo: terraço flúvio marinho; relevo dissecado com baixas altitudes;</p> <p>Formas das encostas: convexas e côncavas suavizadas, topos planos.</p> <p>Pluviosidade média/anoal: entre 1200 a 1400 mm</p> <p>Declividade: 9% – 13%</p> <p>Litologia: calcário dolomito, filito, metachert arenito conglomerado.</p> <p>Solos: Neossolo Flúvico, Latossolo, Neossolo regolítico, Chernossolo.</p>	A concentração de setores de média vulnerabilidade está concentrada na área consolidada. Os componentes de renda, analfabetos e densidade demográfica foram os mais preponderantes	Processos: solapamento de margem ou erosão fluvial

Alta	<p>Relevo: dissecados em colinas e interflúvios tabulares</p> <p>Forma das encostas: côncavas, convexas e retilíneas;</p> <p>Pluviosidade média/anoal: 1500 a 1700mm</p> <p>Declividades: 13 – 20%</p> <p>Litologia: folhelho, sedimentos aluvionar, sedimentos dentrito e laterítico;</p> <p>Densidade de lineamentos/estruturas: média;</p> <p>Solos: evoluídos e profundos;</p>	<p>Encontra-se concentrada na malha urbana tanto consolidada, como em áreas de expansão.</p> <p>A concentração populacional favorece um ambiente de forte densidade demográfica, forte presença do analfabetismo, concentração de crianças e alta desigualdade social.</p>	<p>Processos: deslizamento, erosão eólica.</p>
Muito alta	<p>Relevo: predominante nos Tabuleiros Costeiros dissecados em colinas; relevos residuais e morros altos.</p> <p>Forma das encostas: côncavas e convexas;</p> <p>Amplitudes: >1800 mm</p> <p>Declividades: 20%- 40%</p> <p>Litologia: arenito, folhelho, siltito, argilito, calcário, dolomito.</p> <p>Densidade de lineamentos/estruturas: alta;</p> <p>Solos: profundos e evoluídos em determinadas áreas como os Argissolos Vermelho Amarelo eutrófico</p>	<p>Setores com relevantes dados de analfabetismo, pobreza, predomínio de habitações improvisadas ou precárias no contexto dos aglomerados subnormais.</p>	<p>Áreas de elevadas possibilidades</p> <p>Processos: deslizamento, erosão em sulcos, ravinas voçorocas</p>

Quadro 2: Região Metropolitana de Aracaju, Síntese dos componentes de riscos geomorfológicos

Fonte: Elaborado por: João Brazil, 2024.

Essas áreas que deveriam ser de ocupação restrita, foram aqui classificadas como sendo de alta e muito alta susceptibilidade. Em ambientes ocupados pela planície flúvio-marinha, com altimetria superior a 5 metros, sobretudo margeando o sopé das encostas, as enchentes e inundações não se manifestam com muita frequência, sendo, portanto, considerados de baixa susceptibilidade.

Quanto aos riscos geomorfológicos, salienta-se aqueles relacionados aos movimentos gravitacionais de massa associados aos deslizamentos e desmoronamentos, e os que decorrem dos processos erosivos resultantes do escoamento superficial das águas, principalmente nas colinas esculpidas no Grupo Barreiras, cuja litologia argilosa favorece a manifestação de cicatrizes erosivas, eviden-

ciando estágios evolutivos diferenciados, inicialmente, caracterizados pelos sulcos, seguido das ravinas em maiores proporções e, finalmente, as voçorocas.

O desenvolvimento dessas cicatrizes erosivas, seja em áreas rurais e/ou urbanas, quando não monitoradas, podem trazer sérias consequências para a população, como se constata na RMA afetando casas assentadas nas proximidades das encostas ou sobre elas, com a retirada da vegetação que quebra o equilíbrio ecológico do sistema vertente. O Morro do Avião, no bairro Santa Maria em Aracaju, é um exemplo típico dessa situação.

De forma contrária, ocorre com a população de baixo poder aquisitivo (até ½ salário mínimo per capita) residente em áreas de infraestrutura deficiente desprovida de sistema de drenagem compatível

com as necessidades do ambiente, pavimentação de ruas e saneamento básico. Como regra, possuem precárias condições de habitação, concentração de aglomerados subnormais, alto adensamento populacional e índice de analfabetismo, além da presença numerosa de crianças. A alta susceptibilidade desse ambiente, aglomerando tais características, sem dúvida, aumenta a probabilidade de eventos extremos provocarem danos materiais, de mobilidade ou até mesmo risco à vida humana.

Além disso, a geomorfologia da sede de São Cristóvão e de diversas localidades do seu território apresenta áreas sujeitas a deslizamentos de terra, cuja movimentação do terreno é perceptível por rupturas extensas. Alguns setores urbanos não apresentam um sistema de drenagem adequado às instalações, gerando uma catalisação no processo erosivo e de saturação do solo, que potencializa o risco de ocorrência de acidentes. Aracaju, por sua vez, apresenta áreas pontuais extremamente necessárias para tomada de medidas do poder público sobre a situação de risco em que se encontra a população que ocupou desordenadamente às encostas nas zonas norte e oeste da cidade.

Proposições: perspectiva e técnicas de gestão dos riscos

No gerenciamento dos riscos ambientais da região, as atuações direcionadas ao seu controle devem-se basear nas medidas de contenção. Essas são classificadas, de modo geral, em estruturais e não estruturais. Os diagnósticos iniciais e processuais dos riscos norteiam a elaboração das medidas estruturais adequadas para cada tipo de risco, como:

1) Reservatórios ou bacias de amortecimento: visa a redução do escoamento superficial e amortecer as vazões nos picos de cheias a jusante. **2) Estrutura de Pavimentação:** construção de sarjetas que conduzam as águas para as chamadas bocas de lobo que interceptam as diversas direções de fluxo e conduzem à tubulação.

Por outro lado, Carvalho (2007) apresenta algumas ações de modo não estrutural para a mitigação do risco, como segue:

2) Planejamento urbano: constitui um processo necessário para subsidiar medidas e ações ligadas à ocupação urbana, e deve resultar de um processo participativo do Poder Público com representantes de setores da sociedade, englobando as áreas rurais, considerando sua interação com municípios vizinhos;

3) Legislação: consiste na reformulação na legislação municipal, especialmente o plano diretor e leis ambientais, com participação social. Além disso, é importante estabelecer novos instrumentos regulatórios, ampliação de linhas de créditos para as entidades prestadoras de serviços de saneamento, incentivos à implantação de soluções intermunicipais;

4) Política habitacional: devem contemplar programas para populações de baixa renda, com acompanhamento técnico, projetos e materiais adequados aos espaços que serão ocupados, evitando que as famílias carentes ocupem áreas não apropriadas (áreas de risco);

5) **Pesquisas:** implicam no estudo dos fenômenos, suas causas, localização espacial, análise de ocorrências e possíveis consequências, onde um dos produtos é o Mapa de Perigo ou Ameaça, no qual se determina o nível de exposição a um dado processo, levando em conta, por exemplo, frequência e intensidade das chuvas;

6) **Sistemas de alerta e contingência** (Defesa Civil): a informação dos processos naturais tem permitido a previsão de sua ocorrência, o que possibilita a preparação de Planos de Alerta (ou Preventivos) e de Contingência específicos para cada tipo de processo, baseando-se no moni-

toramento das chuvas, previsões de meteorologia e trabalhos de campo para verificação das condições das vertentes;

7) **Educação e capacitação:** o conhecimento do risco das enchentes por parte das pessoas que habitam as áreas de risco é condicionante para efetivação do plano de contenção de riscos. Um sistema educativo eficaz, que gere e difunde uma cultura de prevenção, deve abranger todos os níveis de ensino, com a inclusão de conhecimentos e experiências locais, soluções pragmáticas e que possam ser colocadas em prática pela própria população.

Referências

BRAZIL, J. L. S. **Eventos pluviais extremos e risco de inundações na cidade de Aracaju/SE.** Dissertação (mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Sergipe, 2016. São Cristóvão, 2016.

CARVALHO, M. **Mapeamento de Riscos em Encostas e Margem de Rios.** Brasília, Ministério das Cidades, Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT), 176 pp. 2007

SANTOS, A. dos. **Riscos geomorfológicos e hidrológicos em Aracaju.** Dissertação de mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2012.

SANTOS, A. dos. **Vulnerabilidade e riscos geomorfológicos e hidrológicos na região da grande Aracaju.** Tese de doutorado em Geografia, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2019.

SANTOS, A. dos; ARAÚJO, H. M. de. Inventário de magnitude e frequência dos eventos hidrológicos e geomorfológicos da grande Aracaju. In: Luis Ricardo Fernandes da Costa. (Org.). **Redução de Riscos de Desastres: Métodos e Práticas 2.** 1ed. Ponta Grossa/ PR: Atena Editora, 2020, v. 1, p. 16-27.

**UM OUTRO FUTURO
É POSSÍVEL**

**UM OUTRO FUTURO
É POSSÍVEL PARA
REGIÃO METROPOLITANA
DE ARACAJU**

Sarah Lúcia Alves França

Ana Rocha dos Santos

Desde os anos 1960, alerta-se da necessidade de discutir o futuro das nossas cidades, tendo em vista o acelerado progresso da urbanização capitalista e da maior parte da população brasileira residir, cada vez mais, nos espaços urbanos.

Diante disso, neste ano, a Rede Nacional INCT Observatório das Metrôpoles, se propõe a reunir conhecimentos e informações acumuladas ao longo dos últimos anos, através do projeto *“Observatório das Metrôpoles nas eleições: um outro futuro é possível”*. Através do esforço coletivo de pesquisadores e pesquisadoras integrantes dos 18 Núcleos Regionais, o objetivo é incidir na agenda pública no momento eleitoral, com a elaboração de conteúdos a partir de temas centrais, relacionados às múltiplas manifestações da atual crise urbana e com a agenda da reconstrução do país e desenvolvimento das cidades.

Nesse sentido, o Núcleo Aracaju do INCT Observatório das Metrôpoles, sediada no Centro de Estudos de Planejamento e Práticas Urbanas Regionais, no Campus Laranjeiras da Universidade Federal de Sergipe, tem se dedicado desde 2022, a estudar questões sociais, urbanas e ambientais nos municípios integrantes da Região Metropolitana de Aracaju e também nos demais municípios sergipanos através dos seus pesquisadores, geógrafos, sociólogos, assistentes sociais, economistas, advogados, arquitetos e urbanistas, consolidados nas suas respectivas temáticas.

Assim, para subsidiar o debate das eleições municipais, apresentamos cenários e diagnósticos (ainda que aqui, de forma breve) e traçamos propostas para construção de uma nova agenda política que fundamente a efetivação da reforma

urbana para implementação do direito à cidade, especialmente no quadriênio de 2025 a 2028, fundamentadas pelo ideário da justiça social, sustentabilidade e democracia. Neste capítulo são apresentadas, em forma de carta de compromisso, as propostas dos 14 capítulos deste livro, de forma sintética, compilada e resumida.

Proposições de diretrizes, estratégias e ações

Esse item partiu das seguintes reflexões do grupo: é possível traçar um outro futuro para nossas cidades? Quais valores e prioridades devem orientar o desenvolvimento urbano sustentável e democrático? Sem dúvida, algumas propostas de diretrizes, estratégias e ações vêm à tona ao debate atual, elencadas na perspectiva de orientar a construção de políticas públicas nos municípios da Região Metropolitana de Aracaju, mas que cabem também aos demais municípios de Sergipe.

- 1) Elaboração de estudos e diagnósticos para revisão da delimitação do arranjo metropolitano atual e identificação das fragilidades e potencialidades quanto aos aspectos urbanístico, econômico, ambiental, habitacional, social e institucional dos municípios integrantes, com posterior atualização do arcabouço legal.
- 2) Efetivação do cumprimento da função social da cidade e da propriedade urbana, para garantir moradias próximas às oportunidades de trabalho e educação, e a vitalidade urbana do Centro de Aracaju e dos subcentros da metrópole, para evitar a ocupação intensa de bairros dispersos. Também sugere-se implementar estratégias para fortalecimento dos

comércios e serviços nos subcentros dos municípios, para reduzir a dependência com a capital.

- 3) Construção de equipamentos públicos de inclusão social, com qualidade arquitetônica, para garantir a convivência democrática e sociabilidade dos moradores, prioritariamente em espaços mais vulneráveis, como o Complexo Taiçoca e Conjunto Jardim, em Nossa Senhora do Socorro; Grande Rosa Elze, em São Cristóvão; bairros da zona norte e ao sul, como Santa Maria, em Aracaju;
- 4) Qualificação das estruturas escolares, com ampliação da cobertura de matrícula para os níveis da Educação Básica, assim como melhoria da qualidade de ensino, com o desenvolvimento de estratégias para a melhoria dos níveis do IDEB e de redução da repetência e da distorção idade/série. Somado a isso, é urgente a ampliação da Educação Infantil, com oferta de maior quantidade de matrículas.
- 5) Melhoria dos serviços públicos de saúde, com qualificação das unidades de atendimento, ampliação da oferta de atendimento e da abrangência do Programa Saúde da Família, que garantam o bem-estar da população, com ações preventivas, associadas à qualificação urbanística e domiciliar. Também faz-se importante aumentar a cobertura vacinal dentro do Programa de Vacinação.
- 6) Melhoria dos níveis de ocupação da população, com desenvolvimento de estratégias junto ao setor produtivo no sentido de oportunizar maior geração de novos postos de trabalho e, conseqüentemente, da geração de renda. Para isso, podem ser adotados Programas de Qualificação Profissional, visando dar condições aos trabalhadores de bom desempenho nas suas atividades laborais e melhorias dos níveis salariais.
- 7) Fortalecimento da cadeia produtiva da indústria extrativo-mineral, a fim de promover melhores condições de ocupação e de renda da população. Também é importante desenvolver ações de fomento a utilização de energia limpa, como a energia solar.
- 8) Fortalecimento de programas voltados ao desenvolvimento do turismo, com definição de roteiros e eventos, e incentivo à atração de novas empresas de comércio e serviços, observando-se os requisitos socioambientais de proteção à natureza e às populações e comunidades tradicionais.
- 9) Elaboração de planos de recuperação integrada de centros históricos em Aracaju e São Cristóvão, articulando habitação social, transporte coletivo e equipamentos públicos, emprego, e preservação e valorização do patrimônio histórico arquitetônico.
- 10) Realização de ações de conscientização de educação ambiental e urbanística, noções de empreendedorismo e finanças, através da inserção de práticas pedagógicas nas escolas públicas, capacitação de movimentos sociais e cursos nas comunidades.
- 11) Incentivo à realização de convênios e parcerias com universidades e institutos de pesquisa para fornecer subsídios para elaboração de

políticas públicas e projetos, cursos de capacitação, assessorias técnicas e outros.

- 12) Reformulação institucional da governança metropolitana, baseada num sistema metropolitano, formado por: criação de Agência/Instituto Metropolitano para suporte de pesquisa-técnico-operacional; criação do Sistema de Informações Metropolitanas para subsidiar decisões; instituição do Conselho Participativo Metropolitano, de caráter deliberativo; criação do Fundo Metropolitano, para garantir recursos para ações.
- 13) Ampliação do aparato técnico capacitado, através da promoção de concursos para efetivação de profissionais (arquitetos e urbanistas, assistentes sociais, geógrafos, geólogos, engenheiros civis, engenheiros ambientais, etc.), e também investimentos em aquisição de equipamentos de ponta e em cursos de capacitação dos gestores.
- 14) Elaboração do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI), com elaboração de diagnóstico e concepção de diretrizes e propostas, de forma participativa, definindo, as funções de interesse comum (FIC's), como habitação, mobilidade, saneamento básico (abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto, coleta de lixo e drenagem urbana), meio ambiente e mudanças climáticas.
- 15) Criação ou reestruturação das Secretarias Municipais de Planejamento, de forma a integrar a política urbana com a política de habitação, ocupação do solo, mobilidade, saneamento básico, articulando-se com outras políticas setoriais como meio ambiente e mudanças climáticas, educação, lazer, cultura, emprego, saúde e assistência social.
- 16) Reconstrução do sistema participativo, promovendo espaços democráticos municipais como consultas públicas, reuniões locais e setoriais, audiências públicas; implementação do Orçamento Participativo; reestruturação do Conselho de Desenvolvimento Urbano e do Fundo de Desenvolvimento Urbano; realização da Conferência Municipal; construção ou reestruturação do Sistema de Informações Urbanas.
- 17) Revisão dos Planos Diretores Municipais e demais leis complementares, com envolvimento e participação social. Além disso, devem ser considerados os princípios do equilíbrio entre desenvolvimento urbano sustentável, coesão social e acesso democrático à terra urbanizada. Especialmente, nos itens de estruturação urbana e definição do zoneamento e índices urbanísticos, devem ser consideradas as características de cada zona, aptidão a receber novos empreendimentos e população, disponibilidade de infraestrutura e serviços públicos, anseio da população e outros critérios, para garantir o incentivo à estruturação da cidade compacta, mistura de usos, vitalidade urbana, redução de deslocamentos e sustentabilidade urbana.
- 18) Regulamentação e implementação dos instrumentos do Estatuto da Cidade, aqueles de garantia do acesso à habitação e terra urbanizada, como Áreas Especiais de Interesse

Social (AEIS), Usucapião Especial de Imóvel Urbano, e Regularização Fundiária, bem como os instrumentos de indução do desenvolvimento urbano, como o Parcelamento, Edificação ou Utilização Compulsórios (PEUC), IPTU Progressivo no Tempo e Outorga Onerosa do Direito de Construir (OODC).

- 19)** Garantia da transparência de documentos, planos, projetos, estudos e ações na gestão pública, para dar conhecimento à população, sobre leis e outras informações importantes, como diagnósticos e relatórios, que devem estar disponíveis nos sites das prefeituras, de forma atualizada.
- 20)** Priorização da política habitacional como direito e condição básica para o exercício da cidadania, especialmente às famílias de baixa renda, grupos vulneráveis e comunidades tradicionais e extrativistas, garantindo a permanência do seu modo de vida nos seus territórios, com ampliação de recursos e subsídios para financiamentos.
- 21)** Revisão e elaboração dos Planos de Habitação de Interesse Social (PLHIS) nos municípios de Nossa Senhora do Socorro e Barra dos Coqueiros respectivamente, para identificar¹ e caracterizar áreas de precariedade habitacional e propor intervenções para melhorar as condições urbana, ambiental, social e econômica.

¹ Deve-se considerar que as metodologias de identificação e caracterização de assentamentos precários devem dividir as necessidades habitacionais e urbanísticas e definir intervenções pontuais para cada área, como obras de urbanização, ou seja, rede de esgoto e/ou água, drenagem urbana, pavimentação, contenção de riscos (geotécnicos e hidrológicos), regularização fundiária, ou mesmo melhorias habitacionais como reforma de piso e/ou cobertura, construção de cômodos e/ou de banheiros.

- 22)** Criação de programas de cesta de materiais de construção, auto-construção e reforma de moradias, oferta de lotes urbanizados e regularização fundiária, associando a Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social (ATHIS) nos municípios. Ainda que de forma articulada pelos municípios circunvizinhos, propõe-se a criação do escritório público de ATHIS e a promoção de editais e concursos de projeto para urbanização de favelas.
- 23)** Fortalecimento da articulação com movimentos sociais para auto-construção da moradia, através da modalidade Entidades Programa Minha Casa Minha Vida.
- 24)** Criação de normativas para construção de empreendimentos habitacionais, em casos de incremento de estoque (novas moradias) e reposição de estoque (remoção de casas em áreas de risco, ambientais ou impróprias à ocupação), em áreas centrais e/ou urbanizadas, próximas às oportunidades urbanas, especialmente nas Áreas Especiais de Interesse Social (AEIS).
- 25)** Incentivo ao protagonismo popular na elaboração e execução dos projetos setoriais de recuperação ambiental, mitigação de desastres naturais, urbanização de favelas e construção da habitação, evitando, quando possível, a remoção das famílias.
- 26)** Regulação de diretrizes e padrões arquitetônicos e urbanísticos dos empreendimentos habitacionais adaptados às mudanças climáticas, às condições socioeconômicas dos futuros moradores, e fiscalização

da atuação do mercado imobiliário para garantir a qualidade arquitetônica e urbanística, a acessibilidade das pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, e o atendimento prioritário às famílias de renda mais baixa.

- 27)** Elaboração do Plano Metropolitano de Mobilidade, garantindo que transporte público seja direito social, com regulamentação dos serviços e participação da população.
- 28)** Reformulação do Consórcio Metropolitano de Transporte Público, envolvendo os municípios metropolitanos (considerando a necessidade da revisão da delimitação da RMA), coordenado por uma Instância/Agência Metropolitana, com participação dos municípios e de representantes da sociedade civil organizada e da população na formulação de propostas e monitoramento periódico.
- 29)** Reformulação do edital de licitação do transporte público metropolitano, que contemple a melhoria efetiva dos serviços, como ampliação das linhas, adoção de veículos novos, equipados com GPS, climatização, internet gratuita e plataforma elevatória, além da adoção de sistema de integração livre dos passageiros através de cartão temporal em qualquer ponto de embarque, sem necessidade de terminais de integração para isso. Além disso, é importante a criação de sistema de monitoramento dos ônibus para os usuários, com informações de mapas das linhas e horários das paradas nos pontos e nos terminais e localização dos veículos via GPS em tempo real.
- 30)** Criação de programas de incentivo à mobilidade ativa integrada com o transporte público coletivo motorizado, com projetos de ampliação e qualificação das calçadas, com adoção de sinalização, garantindo integração, inclusão, segurança, acessibilidade e respeito ao meio ambiente.
- 31)** Melhoria das condições físicas e sinalização das vias para movimentação de veículos, com criação de faixas exclusivas para transporte público e ampliação da rede cicloviária com integração metropolitana.
- 32)** Elaboração do Plano Metropolitano de Saneamento Básico e de projetos de universalização e qualificação da rede de abastecimento de água, ampliação da rede de coleta e tratamento de esgotos, com formas de incentivo e fomento de financiamento para interligação domiciliar, e ampliação da frequência da coleta de resíduos sólidos nas áreas mais distantes e precárias e intensificação da coleta seletiva e ações de educação ambiental, para reduzir a produção e descarte de lixo nas ruas. Associa-se a isso, a defesa por tarifas de água e esgoto, socialmente justas para famílias de baixa renda, com proibição do corte no fornecimento de água por inadimplência.
- 33)** Implementação de instrumentos regulatórios, com ampliação de linhas de créditos para entidades prestadoras de serviços de saneamento básico, e adoção de incentivos à implantação de soluções intermunicipais, com participação da população no processo de reestruturação.

- 34)** Adoção do planejamento integrado de saneamento básico, com a criação de sistema de espaços livres e de infraestrutura verde, com integração e manutenção das Áreas de Preservação Permanente (APPs), para fortalecer a proteção dos rios, com adoção de estratégias de conexão entre vegetação e água.
- 35)** Regulação para incentivo à adoção de estratégias sustentáveis de drenagem e manejo de águas pluviais, que visem o aumento de áreas permeáveis e vegetadas, como pavimento permeável, biovaletas, grade verde, jardins de chuvas, canteiros e lagoas pluviais em pontos estabelecidos, e também proporcionem melhorias ambientais (ciclo hidrológico), sociais (conforto e qualidade de vida) e econômicas (valorização).
- 36)** Elaboração e revisão periódica dos Planos Municipais de Contingência de Desastres Naturais, com identificação, caracterização e mapeamento das áreas de risco (alagamentos, inundações e deslizamentos de terra), propondo ampliação das medidas de monitoramento, prevenção e fiscalização, especialmente nas áreas de vulnerabilidade social e APPs, para evitar ocupações.
- 37)** Fomento à elaboração de estudos dos fenômenos, causas, localização, análise de ocorrências do passado e possíveis consequências, com determinação do nível de exposição ao processo, considerando frequência e intensidade das chuvas;
- 38)** Adoção de sistemas de alerta e contingência de desastres naturais, associados a ações de educação e capacitação dos moradores

para prevenção da ocorrência e preparação de Planos de Alerta/ Preventivos e de Contingência específicos, baseando-se no monitoramento das chuvas, nas previsões de meteorologia e nos trabalhos de campo para verificação das condições das vertentes.

- 39)** Fortalecimento e efetivação de instrumentos de controle e fiscalização das Áreas de Preservação Permanente (APPs) e terrenos de Marinha, especialmente faixas de praia e margens de rios, impedindo o acesso privativo e exclusivo de elementos naturais pelos empreendimentos particulares.
- 40)** Elaboração de estudos para mapeamento e demarcação, para regularização dos terrenos de marinha e outras ações, como a aquisição de terrenos para ampliação de cobertura vegetal.

Considerações finais

Com as eleições municipais, os eleitores têm a oportunidade de demandar e apoiar candidatos que se comprometam com a transparência das políticas e a eficácia na gestão dos recursos. O fortalecimento dessas medidas e a exigência de prestação de contas contínuas são essenciais para assegurar que os erros passados não se repitam e que o direito à cidade seja acessível a todos.

De fato, a adoção dessas medidas pode melhorar a qualidade de vida dos moradores e promover cidades mais inclusivas e justas, garantindo a possibilidade de um futuro democrático e equitativo para os municípios da Região Metropolitana de Aracaju e de Sergipe que enfrentam desafios semelhantes.

SOBRE OS AUTORES

Alizete dos Santos

É doutora em Geografia e mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente pela Universidade Federal de Sergipe. Professora do Ensino Básico do Estado de Sergipe.

aligeoufs22@gmail.com

Ana Maria de Souza Martins Farias

É doutora e professora do Departamento de Engenharia Civil e da Residência Técnica em Habitação e Direito à Cidade (HabCidade) da Universidade Federal de Sergipe. Pesquisadora do grupo de Centro de Estudos de Planejamento e Práticas Urbanas e Regionais (CEPUR).

anmsmfarias@yahoo.com.br

Ana Rocha dos Santos

É doutora em Geografia pela Universidade Federal de Sergipe, professora do Departamento de Geografia do Campus Prof. Alberto Carvalho, e coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe. Pesquisadora do Observatório das Metrôpoles, e coordenadora adjunta do Núcleo Aracaju.

ana.rochaufs@gmail.com

Antônio Francisco do Santos Neto

É mestre em Urbanismo pelo Programa de Pós-Graduação em Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Pesquisador e bolsista do Observatório das Metrôpoles, Núcleo Aracaju.

antonionetoarqurb@gmail.com

Arthur Almeida Resende

É graduando em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Sergipe (UFS), membro do Centro de Estudos de Planejamento e Práticas Urbanas e Regionais (CEPUR/UFS) e do Laboratório da Cidade (LabC/UFS).

arthuralre@academico.ufs.br

Carla Alessandra da Silva Nunes

É doutora em Serviço Social, professora do Departamento de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Sergipe. Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas Marxistas (GPEM-UFS) e pesquisadora do Observatório das Metrôpoles, Núcleo Aracaju.

carlaalessandranunes@gmail.com

Catarina Carvalho Santos Melo

É arquiteta e urbanista pela Universidade Federal de Sergipe, mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe. Membro do Centro de Estudos de Planejamento e Práticas Urbanas e Regionais (CEPUR/UFS) e pesquisadora do Observatório das Metrôpoles, Núcleo Aracaju. carvalho.c.academico@gmail.com

Catharina Nunes Cruz

É arquiteta e urbanista pela Universidade Federal de Sergipe. Pesquisadora e bolsista do Observatório das Metrôpoles, Núcleo Aracaju. catharina.arq@gmail.com

César Henriques Matos e Silva

É doutor em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal da Bahia, professor do Departamento de Arquitetura e Urbanismo, da Residência Técnica em Habitação e Direito à Cidade e da Universidade Federal de Sergipe. Líder do Grupo de Pesquisa Territórios Urbanos e pesquisador do Observatório das Metrôpoles, Núcleo Aracaju. cesarmatos.br@academico.ufs.br

Clarice Mendes Cavalcante Barros

É graduanda em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Sergipe. claclamcb@gmail.com

Eliene Oliveira da Silva

É geógrafa pela Universidade Tiradentes, mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente pela Universidade Federal de Sergipe, e doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação de Desenvolvimento e Meio Ambiente do Instituto Federal de Sergipe. j.eliane@academico.ufs.br

Fernanda Esperidião

É doutora em Geografia pela Universidade Federal de Sergipe, professora do Departamento de Economia e do Programa Acadêmico de Pós-graduação em Economia da Universidade Federal de Sergipe. Pesquisadora do Observatório das Metrôpoles, Núcleo Aracaju. feresper@academico.ufs.br

Ingrid Carvalho Santos Oliveira

É mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente pela Universidade Federal de Sergipe, e doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Alagoas. ingrid.csantos@souunit.com.br

Jailton de Jesus Costa

É doutor, professor e coordenador adjunto do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal de Sergipe. Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas Interdisciplinares em Gestão, Saúde e Educação Ambiental (GESEA/UFS).
jailton@academico.ufs.br

João Luiz Santana Brazil

É mestre em Geografia, e doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe, integrante da ABClima, AGB-Aracaju e pesquisador do Observatório das Metrôpoles, Núcleo Aracaju.
joao.s.brazil@gmail.com

João Paulo Batista de Almeida

É engenheiro civil, e mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente pela Universidade Federal de Sergipe.
eng.joaopauloalmeida@gmail.com

João Victor Silva Espínola

É graduando em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Sergipe.
joaovictoresp369@gmail.com

José Wellington Carvalho Vilar

É doutor e professor aposentado do Departamento de Turismo do Instituto Federal de Sergipe e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe. Pesquisador do Observatório das Metrôpoles, Núcleo Aracaju.
wellington.vilar@ifs.edu.br

Josefa Eliane Santana de Siqueira Pinto

É professora doutora em Geografia orientando pesquisas no campo da Dinâmica Ambiental, Climatologia e Problemáticas Socioambientais Urbanas. Integrante do quadro permanente do Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Sergipe, orientações de Mestrado, Doutorado e Pós-Doc. Pesquisadora do Observatório das Metrôpoles, Núcleo Aracaju.
j.eliane@academico.ufs.br

Laís de Andrade Lima

É graduanda em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Sergipe e membro do Centro de Estudos de Planejamento Urbano e Práticas Urbanas e Regionais (CEPUR/UFS).
laisdeandrade@academico.ufs.br

Laupa Carla Pimentel Gomes da Silva

É engenheira civil e arquiteta e urbanista pela Universidade Tiradentes. Mestranda em Desenvolvimento e Meio Ambiente pela Universidade Federal de Sergipe.
laupa.pimentel@gmail.com

Levy Santos Nascimento

É graduando em Serviço Social pela Universidade Federal de Sergipe. Coordenador Estadual do Movimento Organizado de Trabalhadores Urbanos (MOTU) e Coordenador Nacional Movimento de Trabalhadoras e Trabalhadores por Direitos (MTD).
levy_se@hotmail.com

Lina Martins de Carvalho

É arquiteta e urbanista, mestre e professora do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Sergipe. Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília, com bolsa CAPES. Pesquisadora do Observatório das Metrôpoles, Núcleo Aracaju.
linacarvalho@academico.ufs.br

Lindemberg Medeiros de Araujo

É doutor e professor do Programa de Pós-Graduação em Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Alagoas. Líder do grupo de pesquisa Turismo, Espaço e Desenvolvimento (UFAL/CNPq).
lindemberg.orientador@gmail.com

Magno Evangelista Pereira

É geógrafo, especialista em Sociologia e Política, e professor aposentado da rede pública de ensino do estado de São Paulo.
magnogeo@yahoo.com.br

Marcelo Santos do Nascimento

É assistente social. Mestrando em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Sergipe. Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas Marxistas (GEPeM-UFS).
marcelo123aju@gmail.com

Maria Clara Haywanon Santos Araujo

É graduanda em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Sergipe. Foi membro do Centro de Estudos de Planejamento Urbano e Práticas Urbanas e Regionais (CEPUR/UFS). É bolsista do Programa de Educação Tutorial de Arquitetura e Urbanismo (PETarq) da UFS.
mariaclarahaywanon@academico.ufs.br

Marianna Martins Albuquerque

É mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente pela Universidade Federal de Sergipe e doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Alagoas. Pesquisadora do Observatório das Metrôpoles, Núcleo Aracaju.
mm_albuquerque@hotmail.com

Marina de Souza Sartore

É doutora em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Carlos, professora do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Sergipe. Pesquisadora do Observatório das Metrôpoles, Núcleo Aracaju e membro da rede internacional BEACHACCESS.
marinass@academico.ufs.br

Mário Jorge Silva Santos

É doutor em Geografia pela Universidade Federal de Sergipe, professor da Secretaria de Estado de Educação de Sergipe e professor substituto do Instituto Federal de Sergipe.
mariojorge33@gmail.com

Raíssa Santana Quintiliano dos Santos

É arquiteta e urbanista pela Universidade Federal de Sergipe, mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe. Membro do Centro de Estudos de Planejamento e Práticas Urbanas e Regionais (CEPUR/UFS) e pesquisadora do Observatório das Metrôpoles, Núcleo Aracaju.
raissasantanaquintiliano@gmail.com

Sarah Lúcia Alves França

É doutora em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal Fluminense, professora do Departamento de Arquitetura e Urbanismo, da Residência Técnica em Habitação e Direito à Cidade e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe. Pesquisadora do Observatório das Metrôpoles, coordenadora do Núcleo Aracaju. Pós-doutoranda pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR/UFRJ). Bolsista CNPq.
sarahfranca@academico.ufs.br

Tainara Paixão

É comunicadora social. Graduanda em Serviço Social pela Universidade Federal de Sergipe. Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas Marxistas (GEPEN-UFS).
contatotainarapaixao@gmail.com

Ticiano Rodrigo Almeida Oliveira

É doutor e pós-doutorando pelo Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal de Sergipe. Pesquisador do Grupo de Estudos e Pesquisas Interdisciplinares em Gestão, Saúde e Educação Ambiental (GESEA/UFS).

ticiano.rodrico@gmail.com

Vera Lúcia Alves França

É doutora em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, professora aposentada da Universidade Federal de Sergipe, onde atuou no Departamento de Geografia e no Programa de Pós-Graduação em Geografia. Pesquisadora do grupo de Centro de Estudos de Planejamento e Práticas Urbanas e Regionais (CEPUR) e do Observatório das Metrôpoles, Núcleo Aracaju.

verafranca@gmail.com

Viviane Luise de Jesus Almeida

É arquiteta e urbanista pela Universidade Federal de Sergipe, mestranda pelo Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, com bolsa CNPq. Pesquisadora do Laboratório de Habitação e Assentamentos Humanos (LabHab/FAUUSP), Membro do Centro de Estudos de Planejamento e Práticas Urbanas e Regionais (CEPUR/UFS) e do Núcleo Aracaju do Observatório das Metrôpoles.

vvarquiteturaurb@gmail.com

Wesley Rodrigues de Aquino

É arquiteto e urbanista pela Universidade Federal de Sergipe, especializado em Neuroarquitetura pelo Instituto de Pós-Graduação e Graduação (IPOG).

wesley.aquino@live.com



A presente publicação reúne extenso e diversificado conjunto de textos na forma de *Cadernos de Propostas* elaborados pelas pesquisadoras e pesquisadores que integram os 18 Núcleos do INCT Observatório das Metrópoles. A intenção é que a publicação e circulação desta coletânea possam subsidiar os debates eleitorais e influenciar os atores da sociedade, do sistema político engajados no compromisso de construir alternativas à aguda crise urbana ameaçadora da reprodução da vida biológica, social, individual e coletiva, como ficou tão fortemente evidenciado no mais recente evento do ciclo recorrente de desastres que assolam as nossas cidades e metrópoles.

LETRAPITAL

